

CAMPANHA NACIONAL
CONTRA A ALCA (ORG)

SOBERANIA SIM, ALCA NÃO!
Análises e documentos

EDITORA
EXPRESSION POPULAR

Copyright © 2002, by Editora Expressão Popular
Campanha Nacional contra a Alca

Projeto gráfico, capa e diagramação
ZAP Design

Ilustração de capa:
Ricardo Ramos

Impressão e acabamento
Cromosete

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Central da UEM. Maringá - PR.

012

Soberania sim, Alca não! / Campanha nacional Contra a ALCA
(org). -- São Paulo : Expressão Popular, 2002.
190 p.

Livro indexado em GeoDados <http://www.geodados.uem.br>

ISBN: 85-87394-28-2

1. Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA). 2. Economia política. 3.
América Latina - Economia.

CDD 21.ed. 338.9

CIP-NBR 12899

Vilma Apª Feliciano CRB 9/1152

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: março de 2002

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Bernardo da Veiga, 14

CEP 01252-020 – São Paulo-SP

Fone/Fax: (11) 3105.5087

Correio eletrônico: editorapopular@uol.com.br

www.edexpressaopopular.hpg.com.br

Sumário

Apresentação	05
NATUREZA DA ALCA	
1. A Política dos EUA para a América Latina <i>Embaixador Lino Gutierrez – Governo dos EUA</i>	11
2. A Estratégia Econômica Americana <i>Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães</i>	23
3. O Imperialismo norte-americano e a ALCA <i>Emir Sader</i>	31
4. O Império e a América Latina: Bush, a ALCA e o Plano Colômbia (James Petras)	43
5. ALCA: Projeto para Recolonizar a América Latina <i>Oswaldo Martínez</i>	73
6. Os Objetivos da Formação da ALCA para o Capital Americano <i>Análise crítica de organizações políticas mexicanas</i>	87
7. A ALCA e a Destruição do Meio Ambiente <i>Pedro Ivo de Souza Batista</i>	97
8. Ao menos seis boas razões para rejeitar a ALCA <i>Kjeld Jakobsen</i>	105
DOCUMENTOS	
9. Declaração da VI Reunião dos Ministros do Comércio das Américas	137
10. Declaração da Segunda Cúpula dos Povos da América Frente à ALCA	155
11. Declaração do Encontro Hemisférico de Luta Contra a ALCA	161
12. Significado da ALCA – Razões para Dizer Não a ALCA	171
13. II Encontro de dirigentes Sindicais Classistas latino-americanos	175
14. Manifesto da Marcha Continental Contra a ALCA	177
Calendário de Atividades da Campanha Nacional Contra a ALCA	181
Material de Subsídio da Campanha para uso dos militantes	185
Entidades que Fazem Parte da Campanha Nacional Contra a ALCA	187

APRESENTAÇÃO

Este livro é uma coletânea de artigos e documentos que analisam a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Foi organizado desde uma perspectiva plural, mas dentro de uma visão crítica desse processo.

Este é também um livro militante. Foi pensado dentro de uma campanha que organizações sociais brasileiras lançaram para esclarecer à opinião pública sobre o caráter da ALCA e suas consequências negativas para a população do Brasil e de todo o continente americano. Essa campanha no Brasil faz parte de uma mobilização continental contra a ALCA que foi deliberada na IIª Conferência dos Povos das Américas realizada em abril de 2001 em Quebec.

O livro tem duas partes. Na primeira, oferecemos um conjunto de contribuições que analisam a natureza da ALCA e o que está sendo negociado pelos governos. Damos a palavra nessa seção a um representante do governo dos EUA, cuja defesa da ALCA é esclarecedora e complementar às análises críticas ali apresentadas. Na segunda parte, recolhemos documentos que exprimem as vi-

sões sobre a ALCA tanto dos governos como de diversas organizações sociais do continente.

Dessas leituras a ALCA emerge com uma dimensão que vai muito além da discussão sobre “livre comércio” no nosso continente que o nome do acordo anuncia.

Em termos gerais a ALCA é mais um capítulo da globalização neoliberal sob hegemonia do grande capital. Está dentro da lógica de um mundo regido pelos interesses dos grandes capitais em detrimento dos direitos dos povos. Com o agravante de que a ALCA amarra nossos países diretamente à política do governo da atual potência hegemônica, os Estados Unidos da América, e aos interesses do grande capital desse país.

Os EUA há mais de um século, exercem uma hegemonia político, econômica e militar sobre nosso continente. As tentativas de resistir a essa política foram afogadas no sangue dos golpes militares que assolaram nossos países no século XX com a ajuda ou mesmo sob a orientação direta dos governos dos EUA. No único caso que não conseguiram derrotar a resistência, Cuba, mantém um criminoso bloqueio há quatro décadas.

Essa política de hegemonia norte-americana a serviço dos grandes capitais do seu país não começou com a ALCA, nem está esperando a conclusão das negociações para ser implementada, ainda que precise da assinatura do acordo para alavancar seus negócios na região. O novo é que o governo dos EUA quer que a ALCA institucionalize essa dominação, e que os governos de nossos países estão aceitando um processo de recolonização através de uma negociação explícita - não mais apenas nos bastidores das conspirações.

A ALCA trata de tudo que é estratégico para uma economia nacional, definindo regras comerciais, de investimento, para os serviços, para a pesquisa científica, para a agricultura, para a produção cultural, para o setor público etc. que claramente favorecem os grandes capitais.

Vão para o sacrifício os interesses e os direitos dos trabalhadores, dos camponeses, das pequenas empresas, das populações indígenas, dos setores mais marginalizados da classe trabalhadora (os que trabalham precarizados, os jovens, as mulheres, os afro-descendentes). E a ALCA afetará não somente os povos da América Latina, mas terá impactos negativos também sobre a classe trabalhadora dos EUA e Canadá.

Os governos participam das negociações sem dar a mínima satisfação à opinião pública de seus países sobre o que estão defendendo nelas e impedindo um debate amplo sobre o que está em negociação.

Esse caráter antidemocrático dos procedimentos dos governos envolvidos tem grande sintonia com o conteúdo do que está sendo discutido. Uma vez que um país aceite a ALCA terá aberto mão de sua soberania sobre tudo que é estratégico para definir um projeto nacional. Perder soberania significa que as instituições democráticas desse país não mais poderão deliberar sobre esses temas. Em consequência, o povo desse país não mais poderá optar entre diferentes projetos. Junto com a soberania, elimina-se a democracia.

Frente a essa lógica do grande capital e do poder hegemônico do governo norte-americano, os povos levantam a reivindicação de sua soberania e da solidariedade.

A solidariedade é chave porque não se trata de uma disputa entre povos, mas dos povos do continente americano de um lado contra as grandes corporações multinacionais e os governos que lhes representam de outro.

Isso se expressa claramente em vários dos documentos reproduzidos na segunda parte do livro. São deliberações de encontros que contaram com a participação de representantes de organizações sociais de norte a sul do continente americano, unidos na mesma perspectiva lançada em Quebec de “Não a ALCA. Outra América é possível”.

Este é um livro militante. Queremos que com sua leitura mais e mais pessoas no Brasil se conscientizem sobre o que significa esse acordo que o governo Fernando Henrique Cardoso está negociando a espaldas do povo. Que discutam como a política desse governo vem comprometendo nosso futuro enquanto nação e o caráter antidemocrático do projeto que implementa. Mas não basta entender esse projeto. É necessário agir coletivamente para detê-lo. Por isso, o livro é também um convite para que o/a leitor/a se junte à campanha que as organizações sociais brasileiras - junto com as do continente inteiro - estão desenvolvendo contra a ALCA. Essa campanha no nosso país combina processos de educação massivos, mobilizações populares e a realização de consultas ao povo (através de plebiscitos e outras formas) sobre qual deveria ser a política do governo brasileiro em relação a esse acordo.

Temos uma esperança e estamos trabalhando para que ela se concretize: que contra o projeto de um continente submetido à lógica do capital transnacional e dos interesses hegemônistas do governo norte-americano, se levante uma América dos Povos. É nossa tarefa que a população do Brasil se engaje ativamente nessa luta!

Gustavo Codas
Comissão Brasileira da Campanha Continental contra a ALCA

NATUREZA DA ALCA

I – A POLÍTICA DOS EUA PARA A AMÉRICA LATINA

Embaixador Lino Gutiérrez - Governo dos EUA - Declaração de abertura da Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos

Bom Dia.

Obrigado por terem me convidado a participar junto com vocês da sua reunião semestral. Antes de referir-me à política dos Estados Unidos em relação à América Latina, quero comentar brevemente sobre o impacto neste hemisfério dos acontecimentos do 11 de setembro. Enquanto os fundamentos da política dos Estados Unidos na região se mantinham constantes, o 11 de setembro alterou o contexto em que nós operávamos.

No dia 11 de setembro, estava no Peru com o secretário de Estado, Powell, para assistir a assinatura da Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos (OEA) e tínhamos previsto ir, no dia seguinte, para Colômbia. Na manhã do dia 11, estávamos tomando o café da manhã com o novo presidente do Peru, Alejandro Toledo. Foi um encontro agradável – a agenda com o novo governo democrático do Peru era ampla e de largo alcance. E logo o secretário recebeu do seu pessoal a primeira de várias notas. Nossa vida nunca mais seria a mesma. Como disse o secretário Powell “estamos nesta campanha mundial juntos para um longo caminho. Sofre-

mos uma tragédia enorme, porém nós sobreviveremos. Defendemos o império da lei contra os que estão à margem dela. Não permitiremos aos assassinos destroçar nossas democracias e arruinar nossas economias. Nunca permitiremos que nosso futuro seja seqüestrado pelos terroristas”.

Logo depois do 11 de setembro a resposta de todo o hemisfério foi imediata, enérgica e de apoio. O primeiro ministro Ingraham, das Bahamas, resumiu o sentimento de muitos na reunião da Comunidade Caribenha (CARICOM) e do Mercado Comum do Caribe, ao dizer: “Em resposta ao pronunciamento dos mensageiros da morte, que levam seus jovens para esses atos de barbárie, enquanto eles se mantêm intactos, sem risco, em esconderijos seguros, o terrorismo não lhes dará nem vitórias nem glória; mas sim, de maneira indubitável, para sempre, serão conhecidos e recordados como causadores da morte, da destruição e do mal”. Temos recebido mensagens de apoio, condolências e de condenação dos ataques por parte de chefes de estado, ministérios de relações exteriores, parlamentares e líderes da sociedade civil de todo o hemisfério e de todo o mundo.

A Organização dos Estados Americanos atuou imediatamente, convocando uma reunião de ministros de Relações Exteriores poucos dias depois do ataque. Ao mesmo tempo, os ministros das Relações Exteriores dos estados membros do Tratado do Rio, encabeçados pela Argentina, Brasil e Chile, invocaram os convênios de segurança coletiva. A OEA também convocou os aparatos antiterroristas do hemisfério e prepara um novo tratado hemisférico contra o terrorismo. As nações do hemisfério ofereceram apoio militar, ajuda humanitária e colaboração em iniciativas diplomáticas e de segurança. O apoio tem sido amplo e incondicional, com a habitual exceção de Cuba, cujo ministro das Relações Exteriores, num discurso de novembro frente às Nações Unidas, lançou a indignada calúnia de que os Estados Unidos e seus aliados “estão

apontando para os filhos afegãos e as instalações da Cruz Vermelha”, e alguns comentários do presidente venezuelano Hugo Chávez, que semearam preocupações.

Muitos de nossos vizinhos ofereciam esse apoio, ao mesmo tempo em que sofriam sua própria dor como resultado do ataque. Mais de 300 cidadãos de 30 países do Hemisfério Ocidental desapareceram no ataque; quase a metade das vítimas provinha de El Salvador e da República Dominicana.

Os ataques terroristas de setembro têm debilitado as perspectivas de crescimento econômico e o clima empresarial em todo o hemisfério. Dado que nossa economia nacional ficou afetada, o mesmo ocorreu com as economias dos nossos vizinhos. Países com comércio forte e laços turísticos com os Estados Unidos, como Canadá, México, América Central e Caribe são particularmente vulneráveis às consequências econômicas dos ataques. O Banco Mundial disse que o Caribe é a região do mundo mais gravemente afetada – especialmente pela baixa do turismo – imediatamente depois dos vizinhos do Afeganistão. O Banco previu uma queda de 25% nos lucros do turismo em 2002, dado que os consumidores adiam seus gastos ou temem viajar. Os baixos fluxos de capital, devido ao temor ao risco que sentem os principais investidores, afetará muitos países. Os países andinos também verão um crescimento mais débil. O alto grau de incerteza na guerra contra o terrorismo e o rombo da recuperação mundial poderia prejudicar o clima empresarial em todo o hemisfério, reduzir os investimentos e outros fluxos de capital e afetar as perspectivas dos negócios. Por suposto, com as dificuldades econômicas surgem outros problemas. As dificuldades econômicas sempre ameaçam exacerbar os problemas sociais, políticos e de segurança.

O terrorismo em si é um tema no Hemisfério Ocidental. As denominadas Organizações Terroristas Estrangeiras operam no hemisfério, mais notavelmente na Colômbia, Peru e na região da tríplice fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil. As redes de

apoio aos terroristas que operam nesta última região têm contatos com o Oriente Médio e se suspeita que cometeram e/ou apoiaram atentados terroristas, como os ataques com bombas contra a embaixada israelense e o Centro da Comunidade Judia na Argentina, matando mais de 100 pessoas inocentes no início da década de 90. Também se suspeita que células da região participam no financiamento das organizações terroristas no Oriente Médio.

Na Colômbia, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Exército de Liberação Nacional (ELN), as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) continuam assassinando e seqüestrando civis, atacando a infra-estrutura econômica do país e estimulando a violência política. Em outros lugares existe preocupação com os terroristas com laços internacionais que abusam do sistema financeiro do Caribe para arrecadar fundos ou lavar dinheiro.

Agora, mais do que nunca, os países do hemisfério reconhecem que temos um interesse comum em enfrentar o terrorismo, e os governos se unem para traçar respostas, reconsiderar posições e resolver problemas. Em resposta aos ataques o governo dos Estados Unidos e seus aliados têm desenvolvido um enfoque de quatro partes para enfrentar essas ameaças.

Primeiro, temos solicitado a todos os países para ratificar os 12 tratados internacionais antiterrorismo. Desde que começou a crise, muitos países que ainda não tinham aderido, de imediato tomaram medidas para fazê-lo. Esses tratados permitem que a cooperação internacional trabalhe efetivamente, permitindo o exercício da jurisdição internacional sobre os terroristas. Trata-se de um importante passo para proteger o hemisfério, coletivamente, possibilitando a cada país ajudar a estabilizar os demais. A Organização dos Estados Americanos, por intermédio da Comissão Inter-Americana de Antiterrorismo, utiliza os tratados para elaborar um programa de segurança hemisférica que institucionalizará a estrutura de colaboração que está sendo elaborada.

Segundo, colaboramos com as nações do hemisfério para garantir a identificação e o confisco dos bens financeiros do terrorismo. Todas as nações democráticas da região têm procedido rapidamente para revisar os registros financeiros. O Grupo de Trabalho de Ação Financeira (GTAF) colabora para aprovar uma legislação contra a lavagem de dinheiro em todos os países. Por meio do GTAF, México, Canadá, França, Holanda, Espanha, Reino Unido e os Estados Unidos ajudam as nações a melhorar sua capacidade de impedir a lavagem dos lucros proporcionados por suas atividades criminosas. Muitas nações têm criado ou criam agora unidades de inteligência financeira, algumas com ajuda dos Estados Unidos. Muitas nações do hemisfério, junto com outras do resto do mundo, são membros do Grupo Egmont, que trabalha para criar uma rede mundial de Unidades de Inteligência Financeira para facilitar a cooperação internacional, em parte por intermédio de um sítio eletrônico seguro na Internet. Estão se esgotando rapidamente os lugares onde os terroristas podem ocultar seus bens.

Terceiro, trabalhamos com outros países para assegurarmos que o terrorismo seja declarado delito em todas as suas formas. As agências de aplicação da lei nos Estados Unidos e outras agências estão desenvolvendo a ajuda técnica para os governos que elaboraram essas leis. Juntos com a jurisdição universal estabelecida pelos tratados, restará poucas possibilidades de usar o Caribe ou a América Central como intermediários. Os terroristas e seus seguidores em breve verão que não existe mais lugar onde possam esconder-se – onde seu ataque seja um delito, podem ser julgados ou extraditados, e em breve será um delito ser terrorista, conspirar com um terrorista ou ajudar um terrorista em todos os recantos do mundo.

Por último, e possivelmente é o mais importante, trabalhamos para melhorar os controles fronteiriços. Isto interessa a todos nós. A Administração Federal de Aviação tem sugerido maneiras de melhorar a segurança e as linhas aéreas de todo o hemisfério seguem

essas orientações. O Serviço de Imigração e Naturalização oferece treinamento ao pessoal de imigração e linhas aéreas em toda a região para melhorar a segurança dos aeroportos e a integridade fronteiriça, assim como para estabelecer laços para permitir a cooperação internacional em termos de imigração. Isto também ajuda a reduzir a corrupção. Passaportes seguros, com identificação eletrônica, junto com a computação dos sistemas de imigração também terão um enorme impacto nos fluxos de migrantes, sendo esta uma área que requer mais atenção e recursos. Muitas nações reconsideraram os méritos da cidadania econômica. O intercâmbio de informação aumenta rapidamente.

Entretanto, não abandonamos nossa agenda hemisférica. Agora, mais do que nunca, ela deve continuar. Nossa estratégia no hemisfério permanece baseada em três pilares decisivos, cada um reforçando o outro. Um pilar consiste em favorecer o desenvolvimento sustentável, incluindo o acréscimo do comércio livre e a estabilidade econômica. Segundo, fortalecer a democratização e o império da lei, incluindo os direitos humanos e a educação. Mais de 40% do nosso financiamento para ajudar a região apóia programas em favor da democracia.

Terceiro, queremos impulsionar a segurança hemisférica, incluindo o combate contra o terrorismo e um programa vigoroso, porém equilibrado contra o narcotráfico. O presidente Bush compreende e se interessa profundamente pela região e tem expressado sua intenção de trabalhar com nossos parceiros no hemisfério para criar o “Século das Américas”.

Apesar da atenção consensualmente enfocada nos acontecimentos do Afeganistão, estamos promovendo ativamente nossa agenda para o Hemisfério Ocidental. Com o México continuamos comprometidos numa estreita cooperação numa variedade de temas bilaterais, incluindo a migração. Nas nações andinas nosso pacote de ajuda proposto para 2002 inclui financiamento da Iniciativa

Regional Andina para continuar com as enérgicas atividades de combate ao narcotráfico e promover, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico e a melhora das instituições públicas. Resolver o problema da pobreza na América Central continua sendo uma preocupação maior; no Caribe vemos um compromisso revigorado com nossa Iniciativa da Terceira Fronteira.

Em particular, quero destacar nosso firme compromisso com um comércio mais livre e o crescimento econômico. Como o assinalou o representante de Comércio dos Estados Unidos, Bob Zoelick “Os inimigos de antes aprenderam que a América do Norte é o arsenal da democracia; os inimigos de hoje aprendem que a América do Norte é o motor econômico da liberdade, da oportunidade e do desenvolvimento”. A meta final é a Área de Livre Comércio das Américas, com seu potencial de implementar de maneira espetacular os fluxos comerciais entre os países das Américas nesta década. Todos os 34 líderes democráticos deste hemisfério estão comprometidos com o livre comércio, o que foi reiterado durante a Cúpula das Américas na Cidade de Québec em Abril 2001. O presidente reconheceu que a integração econômica do hemisfério é um momento importante da futura prosperidade dos Estados Unidos e do bem-estar do hemisfério. A Autoridade de Promoção Comercial (TPA) segue sendo um passo decisivo se queremos cumprir com o compromisso assumido pelo presidente Bush e os líderes hemisféricos na Cúpula de Québec de cumprir a data de 2005 fixada para o Área de Livre Comércio das Américas. Nos sentimos satisfeitos quando a Câmara dos Representantes superou uma das barreiras da TPS com sua aprovação no início deste mês.

Quero referir-me a situação em três países que hoje nos preocupam – Venezuela, Cuba e Colômbia. Logo após os ataques terroristas do 11 de setembro, nossas relações historicamente fortes com a Venezuela experimentaram dificuldades. As críticas do presidente Chávez, em 29 de outubro, em resposta aos Estados Unidos e a

coligação militar ao terrorismo internacional provocaram graves tensões em nossa relação bilateral. Em resposta às declarações de Chávez pedimos ao nosso embaixador na Venezuela para regressar a Washington para consultas. Logo depois dessas consultas se determinou continuar nossa política de participação com a Venezuela, medindo o estado de nossas relações com base nos atos, e não nas palavras. Porém, no caso das autoridades venezuelanas, elas julgaram erroneamente as políticas ou determinações dos Estados Unidos, os Estados Unidos responderão.

Ao avaliar a Venezuela pelos seus atos e não pelas palavras de Hugo Chávez, deve se notar que aos Estados Unidos, em geral, lhes satisfaz a cooperação da Venezuela na guerra contra o terrorismo. Por exemplo, a Venezuela se comprometeu em aumentar sua produção de petróleo em caso de qualquer interrupção no abastecimento de energia. A Superintendência dos Bancos da Venezuela prestou uma excelente ajuda na busca de possíveis valores dos terroristas e um apoio às investigações por parte das agências encarregadas de aplicar a lei e os serviços de segurança da Venezuela têm sido bem recebidos. Esses êxitos demonstram que existem áreas práticas nas quais podemos cooperar na guerra contra o terrorismo.

A Igreja Católica tem um importante papel a desempenhar na Venezuela. Durante a greve geral dos trabalhadores, de 10 de dezembro, foi importante que instituições como a Igreja mantivessem sua participação. A Igreja contribui para exigir a moderação e o diálogo e, ao ser uma das instituições mais respeitadas da Venezuela, teve considerável influência – a voz moral da Igreja ressoa claramente na Venezuela.

As organizações de direitos humanos da Igreja Católica têm sido importantes vigias da situação dos direitos humanos na Venezuela. Em geral, ainda persistem dificuldades nos direitos humanos, como as deploráveis condições das prisões e o uso excessivo da força por parte das forças de segurança, embora a Venezuela

tenha, em geral, bons antecedentes em direitos humanos. Mas existe, no entanto, crescentes preocupações pelas ameaças contra a liberdade de expressão, a imprensa e a indevida pressão ao trabalho sindicalizado. Apreciamos os esforços desses observadores da Igreja no que diz respeito aos direitos humanos porque vigiam de perto os acontecimentos.

No caso de Cuba, a intransigência do governo cubano e seu recuo em cumprir seus compromissos significam que as expectativas criadas pela histórica visita do papa a Cuba não têm sido cumpridas. Numa destacada prova de controle do governo cubano, Cuba ainda mantém em funcionamento uma “Oficina de Assuntos Religiosos”, para aprovar qualquer atividade da Igreja vigente. Essa oficina tem proibido às dioceses de adotar medidas básicas para cumprir suas obrigações pastorais, como a de ampliar e reformar as instalações eclesiais, estabelecer programas para ajudar os pobres e os idosos, preparar novos clérigos e trazer clérigos estrangeiros para a ilha.

Ainda mais preocupante é a existência de um documento preparado pelo Partido Comunista da Havana no início deste ano, sugerindo formas de o partido se contrapor às “atividades ilícitas da Igreja”. O cardeal Ortega se referiu publicamente a esse documento como “anti-religioso” e como um retrocesso a Constituição prévia de 1992, antes das atividades religiosas serem reconhecidas pelo estado comunista.

Apesar deste ambiente, a Igreja Católica continua sendo a organização mais poderosa e influente da sociedade civil na ilha. A Igreja e Caritas realizam grandes esforços para atender às necessidades do povo cubano. Dirigida pelo cardeal Ortega, a Igreja Católica cubana tem sido uma voz manifesta em favor da verdade e da moral numa ilha com uma notável necessidade de ambas. Nossos bispos, especialmente o bispo González, de Pinar do Rio, o arcebispo Meurice, de Santiago, e o arcebispo Rodríguez, de Camagüey têm

demonstrado seu compromisso especial de proteger o seu rebanho frente a repressão governamental.

Nossa política consiste em alentar uma rápida transição para democracia em Cuba, que se caracterize por um enérgico apoio aos direitos humanos e aos mercados abertos. A Igreja terá um papel importante em qualquer transição.

Cuba enfrentava as conseqüências do furacão Michele, tormenta de categoria quatro que fustigou a ilha no início do mês de novembro. De imediato, os Estados Unidos se ofereceram para enviar uma equipe da Oficina de Ajuda em Casos de Desastre para avaliar os danos e determinar as necessidades de ajuda internacional. Fizemos esta oferta a Cuba, assim como às demais nações do Caribe afetadas pelo furacão. Cuba recusou a oferta, explicando que já tinha superado a fase de auge da crise e que se encaminhava para a reconstrução. Cuba manifestou seu desejo de comprar alimentos e medicamentos para reabastecer suas reservas esgotadas durante a crise. Dado que essas vendas estão permitidas pela lei (venda de medicamentos desde 1992, venda de alimentos desde o ano passado), o papel do governo dos Estados Unidos tem sido o de assegurar que todas as leis e regulamentos aplicáveis sejam respeitados.

Não sabemos a quantidade de alimentos e medicamentos que Cuba comprou dos fornecedores dos Estados Unidos. Sabemos que a decisão de Cuba parece ser de natureza política e não baseada na necessidade humanitária. É evidente que os funcionários cubanos, desde Castro para baixo, tinham proclamado em alta voz a disposição de Cuba de não comprar aos Estados Unidos nem sequer um grão de cereal enquanto não houvesse financiamento dos Estados Unidos para esse tipo de compras.

Porém, possivelmente a área de maior preocupação hemisférica para nós é a Colômbia. A Colômbia tem uma insurreição há 40 anos, com grupos que se financiam com o tráfico de drogas ilícitas, seqüestro e outros tipos de extorsões. A Colômbia tem mais de

3.000 seqüestros, dos que são notificados, cada ano e 4.000 vidas que se perdem anualmente na violência política.

O conflito segue provocando uma quantidade enorme de graves violações dos direitos humanos, incluindo massacres e tortura. A maior parte das violações dos direitos humanos na Colômbia são cometidos pelos grupos armados ilegais. Os Estados Unidos estão profundamente preocupados pelas denúncias de envolvimento entre os militares colombianos e as forças paramilitares de direita. Temos exigido constantemente do governo do presidente Pastrana que corte qualquer desses vínculos, incluindo o desligamento de oficiais suspeitos de tais vínculos e a possibilidade de serem processados. O Alto Comando compreende a necessidade de romper todos os laços, porém, nos níveis inferiores continua uma certa cumplicidade. Contudo, os militares têm dado baixas a quase 700 de seus membros durante os dois últimos anos, muitos deles por violações dos direitos humanos.

O presidente Pastrana iniciou em 1998, os esforços de paz com dois dos três grupos armados da Colômbia. Os Estados Unidos, junto com o presidente Pastrana, buscaram apoio com um esforço amplo para resolver os problemas profundamente enraizados da Colômbia. Sua política, o Plano Colômbia, se concentra em ajudar o povo colombiano a combater o tráfico de drogas ilícitas, fortalecer as instituições democráticas, proteger os direitos humanos e favorecer o desenvolvimento socio-econômico. Nossa ajuda respalda todos os aspectos do Plano Colômbia.

Admitimos que as negociações são a única maneira de acabar com o conflito interno na Colômbia, porém, temos deixado a condução do processo de paz ao presidente Pastrana. Não participamos nas conversas com grupos armados ilegais desde que as FARC, em março de 1999, mataram três cidadãos norte-americanos ativistas dos direitos indígenas. Como assinei antes temos designado os três grupos – FARC, ELN e AUC – como Organizações Estrangeiras Terroristas segundo a lei dos Estados Unidos.

A ajuda dos Estados Unidos ao Plano Colômbia foi aprovada em julho de 2000 e levou 938 milhões de dólares para a Colômbia e 382 milhões de dólares para a região. A ajuda à Colômbia compreende 710 milhões de dólares para atividades de combate ao narcotráfico e 228 milhões de dólares para o desenvolvimento institucional e os direitos humanos, programas de desenvolvimento alternativo e migrações, e administração das reformas judiciais. A próxima etapa do processo, a Iniciativa Regional Andina, compreende 625 milhões de dólares para sustentar os programas do Plano Colômbia e ajudar os vizinhos da Colômbia, dos quais 50% serão para programas de desenvolvimento alternativo e de justiça.

Em 11 de setembro, após receber as terríveis notícias de Nova York e Washington, o secretário Powell considerou que deveria interromper sua viagem na região e regressar. Porém, antes de partir de Lima enviou um sinal claro ao deixar a abertura da sessão especial da OEA. Ao dirigir-se aos delegados, logo após aceitar suas condolências, o secretário exigiu que a Carta Democrática da OEA fosse aprovada por aclamação, o que ocorreu de imediato. Não podia ser uma mensagem mais poderosa sobre a importância da democracia no Hemisfério.

Os principais inimigos do terrorismo, do crime organizado e da violência política e da repressão são a democracia, os sistemas judiciais eficientes e a estabilidade econômica – esses são os maiores meios para derrotar os terroristas, os criminosos e qualquer outra ameaça que enfrentamos. Nós seguimos nosso caminho para um hemisfério que seja livre, próspero e pacífico. Nem sequer os ataques de 11 de setembro podem nos desviar dessa meta.

Obrigado.

Washington, DC 17 de dezembro de 2001

2 – A ESTRATÉGIA ECONÔMICA AMERICANA

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Ministério das Relações Exteriores do Brasil

A grande estratégia econômica americana pode ser resumida na idéia de manter a influência hegemônica de interesses americanos, adquirida com a Segunda Guerra Mundial, como forma de contribuir para níveis de bem-estar cada vez mais elevados da população do país.

Os principais objetivos a serem alcançados no processo de implementação dessa grande estratégia estão sintetizados a seguir.

1. Implantar um sistema econômico internacional cujas normas garantam a mais livre circulação de bens, serviços e capital (mas não de trabalho).

Esse objetivo foi buscado inicialmente nas conferências de Bretton Woods e de Havana. A estratégia americana tolerava os impérios coloniais, porém nitidamente favorecia a abertura dos mercados africanos e asiáticos. Por outro lado, a necessidade de recuperar a estagnada economia européia, de unir França e Alemanha frente à ameaça soviética, tornou necessário aceitar o projeto da Comunidade Européia, discriminatório de bens, mas não de investimentos americanos. Na Ásia, a ascensão de Mao-Tsé-Tung,

a Guerra da Coréia e a Conferência de Bandung contribuíram para a tolerância americana em relação à política de reconstrução japonesa, protecionista em relação a bens e ao capital e voltada para a exportação ao mercado americano.

Na América Latina, a revolução cubana e os movimentos insurrecionais que eclodiram em diversos países tornaram necessária uma política americana de cooperação com os esforços nativos de desenvolvimento, através da Aliança para o Progresso, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BIRD) e de tolerância em relação a políticas protecionistas e industrializantes na região.

Todavia, permaneceu o objetivo básico estratégico e, assim fortalecidas a economia europeia e japonesa, reduzir a força política dos movimentos socialistas europeus, derrotados os movimentos insurrecionais na América Latina e instalado o déficit comercial crônico e crescente nos Estados Unidos, ressurgiu o esforço de abertura de mercados, agora agressivo, através da teoria do *fair trade* e dos mecanismos de pressões e sanções unilaterais das Leis de Comércio americanas, que viria a ser multilateralizado e legitimada pela Rodada Uruguai do GATT.

No campo multilateral, a estratégia americana se desenvolveu em várias frentes. A primeira delas foi a vinculação entre a renegociação da dívida externa em condições mais favoráveis à adoção de programas chamados de “condicionalidades” e hoje de *structural adjustment*, que incluíram sempre políticas de abertura do setor externo para bens, serviços e capitais; desestatização ou privatização e desregulamentação. Essas políticas são impostas e supervisionadas por organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, e sua opinião e aprovação é solicitada pelos credores, quando da renegociação das dívidas privada.

Ainda no campo multilateral, a estratégia americana foi a de estabelecer regras universais e sancionáveis não só para as relações

econômicas internacionais mas também para as atividades econômicas domésticas, a pretexto de que as políticas domésticas podem distorcer os fluxos de comércio e de capitais e prejudicar os interesses americanos.

Esse esforço se realizou principalmente através de um processo de negociações comerciais multilaterais no âmbito do GATT, a Rodada Uruguai, que se encerrou com a criação da Organização Mundial do Comércio.

O processo de negociação foi caracterizado pelo exercício simultâneo de pressões bilaterais; pelo convencimento da periferia em fazer “concessões” unilaterais antecipadas, sem obter reciprocidade dos países desenvolvidos, que argumentavam serem aquelas concessões do próprio interesse da periferia; pela persuasão das elites a não-aceitação das novas regras a “excluiria” do sistema internacional com conseqüências graves, entre elas a sujeição “inerte” ao unilateralismo americano.

Na esfera regional, os Estados Unidos organizaram forte ofensiva contra a Comunidade Econômica Européia (CEE), acusando-a de ser uma “fortaleza” protecionista e intervencionista. Em segundo lugar, iniciaram um processo de integração na América do Norte, cujo principal objetivo não era o de abrir o mercado mexicano (que já era aberto), mas sim o de procurar romper com certas teses de que o México era paladino, inclusive em relação ao tratamento diferenciado e à propriedade intelectual; ter acesso eventual ao petróleo mexicano e criar um “modelo” de *success story* para convencer outros países, como o Brasil e a Índia, a mudarem suas posições tradicionais, diante do exemplo de um país subdesenvolvido que, ao aderir às regras da nova política americana, teria conseguido ingressar no Primeiro Mundo.

A estratégia americana em relação à *North American Free Trade Association* (NAFTA) se expandiu subitamente com a Cúpula das Américas e com a proposta de integração hemisférica, uma nova

“ferramenta” para obter maiores reduções de barreiras a suas exportações e a seus capitais, de obter concessões “GATT-plus”, e de alinhar os países do hemisfério em torno de objetivos políticos relativos ao narcotráfico, terrorismo, corrupção, redução de armamentos convencionais e reformulação das tarefas das Forças Armadas dos países da região.

Após sete anos de pressões, de negociações e da maior campanha de mídia jamais vista, a Rodada Uruguaí resultou na criação da Organização Mundial do Comércio. A OMC estabelece normas internacionais para promover e garantir a livre circulação internacional de bens, serviços e capitais e, ademais, para impedir a adoção de políticas nacionais que afetem a liberdade de ação do capital estrangeiro ou que privilegiem o capital nacional.

Os Estados Unidos, todavia, continuaram a utilizar instrumentos unilaterais de sanção e pressão contra aquelas políticas que unilateralmente consideram “injustas” e “desleais” e, ademais, aprovam e aplicam legislação extraterritorial americana, que contraria a OMC e o Direito Internacional.

2. Manter a capacidade de proteção de setores da economia americana ameaçados pela competição estrangeira.

Logo após a aprovação do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), os Estados Unidos obtiveram um *waiver* que permitiu a continuação de sua política de concessão de subsídios à agricultura que, na prática, ficou excluída das rodadas de negociação para redução tarifária e defendida da competição externa.

Mais tarde, com o aumento da capacidade exportadora de certos países periféricos, na área de manufaturados, de início têxteis, depois aços e outros produtos, a defesa dos setores ameaçados pela concorrência externa passa a se fazer através dos acordos “voluntários” de restrição de exportação – *Voluntary Export Restraint*

Agreements (VER), que igualmente atingiram as exportações japonesas, em especial de automóveis.

O aprofundamento das reduções tarifárias por meio das negociações do GATT não atingiram a maior parte dos “picos tarifários” nos Estados Unidos (mas também na Europa e no Japão), os quais sobreviveram e afetam os interesses de exportação daqueles países periféricos justamente capazes de exportar os produtos de indústrias mais simples – e, muitas vezes, mais antigas – nos países altamente industrializados e que utilizam mais mão-de-obra. Ademais, a proteção passou a se fazer através da legislação americana de *anti-dumping* e de direitos compensatórios, aplicada de forma unilateral, e de pressões americanas para acabar com a possibilidade de políticas de subsídio, no nível bilateral, o que foi consagrado pelas novas regras da OMC, resultantes da Rodada Uruguai. Essa proteção tem permitido a reestruturação de setores da economia ameaçados pela competição externa, que voltam a ser competitivos.

As formas mais recentes de instrumentos para atingir esse objetivo de proteção de setores são as pressões relativas à adoção de uma “cláusula social” e de uma “cláusula ambiental” no sistema multilateral de comércio.

3. Introduzir terceiros Estados a adotar instituições, normas de atividade e políticas econômicas semelhantes às americanas.

Essa política teve início com a aprovação do GATT, em 1947, cuja base é a prática e o direito comercial americano. Apesar de as necessidades políticas decorrentes da Guerra Fria terem colocado esse objetivo em repouso durante longo período, ele ressurge e se torna ainda mais importante com o início da adesão do comunismo ao Ocidente, com a queda do Muro de Berlim (1989), que ocorre no início da Rodada Uruguai (1986/94), e com a aceleração da expansão das mega-empresas multinacionais.

A expansão dessas empresas ocorreu, nacionalmente, com a firme oposição de Reagan e Thatcher à *legislação anti-truste*, uma conquista da sociedade americana, passando a permitir as fusões de grandes empresas que se expandem com vigor e que se beneficiam para sua expansão internacional das possibilidades técnicas abertas pelo avanço das telecomunicações e da informática.

Para as mega-empresas multinacionais, a adoção por todos os países de normas semelhantes nos campos, comercial, fiscal, ambiental, técnico etc. facilita enormemente sua atividade e aumenta sua lucratividade.

A esse processo de expansão se deu o nome neutro de “globalização” da economia e a ele se conferiu características de novidade, inexorabilidade, imparcialidade e propiciador de benefício geral. Ao tornar ilegal uma série de políticas de estímulo à atividade econômica e ao estabelecer regras sobre propriedade intelectual, *anti-dumping*, subsídios, barreiras não-tarifárias etc. a Rodada Uruguaí foi o instrumento preferencial do governo americano para alcançar esse objetivo. Recentemente, organizou-se todo um programa paralelo, executado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, visando à “cooperação” e à indução dos países endividados para que executem políticas de modernização estrutural, inclusive com a adoção de normas econômicas e de atividade empresarial (contábeis, fiscais etc.) semelhantes às vigentes nos Estados Unidos. A divulgação, em agosto de 1998, de um estudo do Banco Mundial sobre as reformas a serem feitas nas instituições periféricas após o “sucesso” do Consenso de Washington é uma clara demonstração da permanência desse objetivo.

4. Garantir o acesso americano direto às fontes de matéria-prima essenciais à economia americana, em especial à energia.

A política de garantir a liberdade de acesso a matérias-primas estratégicas, tem três vetores: o primeiro, a criação de estoques estratégicos desses materiais nos Estados Unidos; o segundo, a preservação das reservas americanas desses materiais; o terceiro, o forte desestímulo e pressão contra políticas de exploração estatal por terceiros países desses materiais, em especial o petróleo.

A permanência, no tempo, desse objetivo estratégico faz com que até hoje os Estados Unidos tenham atitude hostil em relação à Líbia e ao Irã e que tenham sido levados à Guerra do Golfo, contra o Iraque, cuja natureza punitiva é exemplar, para reafirmar a importância vital desse objetivo. Os processos em curso de privatização de companhias estatais de petróleo em vários países da periferia correspondem a esse interesse americano. Muitas vezes não se trata de produtores eficientes e competitivos em confronto com as grandes companhias americanas, mas a sua atividade de exploração de petróleo através de companhias estatais não só prejudica os interesses de exportação das grandes companhias produtoras como também cria um efeito-demonstração que pode tentar países produtores eficientes a estatizar seus setores de petróleo.

5. Garantir a mais ampla liberdade de ação às empresas americanas que atuam em terceiros países.

Percentual cada vez mais significativo do faturamento das grandes empresas americanas se realiza no exterior, o que corresponde a significativos fluxos de lucros para os acionistas americanos, compensando em parte o gigantesco déficit comercial do país. A esse objetivo corresponde a campanha para a desregulamentação da atividade econômica na periferia, de redução da ação empresarial do Estado, único concorrente possível diante das dimensões das mega-empresas multinacionais.

Por outro lado, desenvolve-se grande esforço para a assinatura de acordos de proteção de investimentos, incluindo dispositivos de

privilégio do foro estrangeiro, isto é, americano, para resolver as disputas de empresas multinacionais com o Estado local. A idéia de proteção “recíproca” de investimentos é risível diante da enorme assimetria entre os interesses americanos nos países da periferia e desses nos Estados Unidos. Não há notícia desse tipo de acordo entre países desenvolvidos.

6. Impedir a transferência de tecnologia que permita o surgimento de competidores efetivos nos mercados de ponta mais lucrativos.

O objetivo de reduzir a velocidade de transferência de tecnologia, em especial em direção à periferia, tem sido objetivo perseguido pelos Estados Unidos com vigor redobrado pela convicção de que sua gradual perda de parcelas do mercado mundial se deveria à “pirataria tecnológica” de países como o Japão.

A razão dessa estratégia é a de que os mercados mais lucrativos são aqueles criados por novos produtos, mercados que a patente permite explorar com margens extraordinárias de lucros. Os produtos de tecnologia conhecida são transacionados em mercados mais competitivos e onde, portanto, as margens de lucro são menores. Quanto maiores as dificuldades à transferência de tecnologia, mais lentamente surgem competidores e durante mais tempo as empresas líderes podem auferir lucros extraordinários.

Fonte: *Quinhentos anos de periferia*
(Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 1999)
contrapontoeditora@yahoo.com.br

3 – O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO E A ALCA

Emir Sader - Professor da UERJ - Rio de Janeiro

Como os EUA se tornaram imperialistas

Os EUA se fundaram como nação mediante uma guerra de independência (1776) contra a maior potência colonialista do mundo e se afirmaram, diante de si mesmos e do mundo, como o modelo de democracia liberal. Isto lhes deu não apenas uma enorme auto-confiança como país, como também lhes incutiu um sentimento de superioridade em relação ao resto do continente e, com o passar do tempo, em relação ao resto do mundo.

A Doutrina Monroe (1823) – “A América para os americanos” – já revelava sua disposição de se afirmar como potência hegemônica no continente, ao delimitar que os conflitos e problemas da América deveriam ser resolvidos entre os países da área, em circunstâncias que sua força já era superior à dos demais, vantagem consolidada pela obtenção da independência décadas antes dos outros países. A influência ideológica da independência norte-americana estará fortemente presente nos outros processos similares no continente, contribuindo desde o começo para que a história dos EUA fosse tomada como referência, senão como

modelo – tanto de forma de libertação do colonialismo, como de modalidade de construção de nação.

A expropriação de grande parte do território do México – incluindo a Califórnia e o Texas, hoje os grandes produtores de petróleo dos EUA – foi um primeiro passo que já apontava para os projetos belicistas e expansionistas do novo império em formação.

O outro grande passo internacional para que os EUA se transformassem em potência imperialista se deu na intervenção desse país na guerra de independência de Cuba contra a Espanha. Cuba não havia conseguido se tornar independente no começo do século XIX – situação similar à de Porto Rico –, pela radicalidade do movimento independentista e pela importância do país para a Espanha, que conseguiu adiar a ruptura do colonialismo por algumas décadas. Quando Cuba estava conseguindo – na sua segunda guerra de independência –, mediante a construção de um exército popular, que lutava com os facões de cortar cana contra as armas de fogo dos colonizadores, derrotar a Espanha, os EUA intervieram, com o pretexto de que um navio seu tinha sido atacado pelos espanhóis – pretexto que ele vai utilizar várias vezes depois no seu afã intervencionista –, impedindo o triunfo dos cubanos e impondo sua tutela sobre o país. Os EUA cobraram caro da Espanha sua derrota – ficaram com o domínio de Porto Rico, das Filipinas, das ilhas Gwan e passaram a controlar uma Cuba que teve interrompida sua tentativa de independência nacional.

O líder da independência cubana, José Martí dizia que era preciso derrotar os EUA para impedir que, dominando a Cuba, pudesse desatar toda sua fúria expansiva na direção do conjunto do continente. A derrota dos independentistas cubanos abriu o caminho para a construção do império norte-americano sobre o continente. A primeira metade do século XX tem um calendário cheio de intervenções diretas dos EUA em países como Cuba, Nicarágua, Honduras, Guatemala, República Dominicana, entre outros. A

montagem da separação da região norte da Colômbia para formar o Panamá fez parte desse projeto expansionista, dando nascimento a um país artificialmente, porém possibilitando a conclusão do Canal de Panamá, que viria não apenas a dar aos EUA o controle das vias rápidas de contato entre o Atlântico e o Pacífico – o Panamá se auto-proclamou “a esquina do mundo” –, como uma base militar de operações no meio do continente, que viria a ser amplamente utilizada para o treinamento de militares do continente na luta anti-guerrilheira.

No plano mundial, os EUA se preparavam para se tornar uma grande potência, ao privilegiar a fabricação de automóveis, que se tornaria a maior mercadoria – econômica e ideológica – norte-americana ao longo do século XX. Afirmavam uma novidade tecnológica e um estilo de vida e de consumo. A primeira guerra mundial aparecia como uma disputa entre a Alemanha ascendente e a Inglaterra decadente, com os EUA afirmando-se neutros e alheios à guerra. Porém, quando se deram conta que a vitória da Alemanha possibilitaria a este país assumir a hegemonia mundial, rapidamente o governo norte-americano mudou de postura e fez uma imensa campanha para levar o país a participar da guerra – usando o argumento que continua a ser utilizado: o de que os interesses nacionais norte-americanos estavam em jogo naquele conflito.

Ao intervir de forma importante já na primeira guerra, os EUA ajudaram ao bloco integrado pela Inglaterra e pela França a triunfar, porém revelavam o poderio bélico da nova nação ascendente, enquanto impunham grave derrota ao principal adversário na luta para substituir o decadente império inglês. Esse mesmo mecanismo funcionou a favor dos EUA na segunda guerra mundial. A Europa criou o monstro do fascismo e do nazismo e não soube derrotá-lo. Os EUA e a URSS foram decisivos para fazê-lo. Os EUA se valeram do armamento para a guerra para abreviar as conseqüências da crise de 1929, que deram um grande impulso ao maior ciclo

de expansão econômica do capitalismo em toda a sua história, tendo a economia norte-americana o seu motor principal.

Pela segunda vez os outros competidores dos EUA pela hegemonia mundial sofriram os desgastes da guerra em seus territórios – efeitos devastadores em países como a URSS, a Alemanha e o Japão –, enquanto os norte-americanos, ao contrário, fortaleceram sua indústria bélica e, terminada a guerra, consolidou seu papel hegemônico na reconstrução da Europa e do Japão. A construção da OTAN – teoricamente para defender a Europa do “expansionismo soviético” – serviu para construir um força militar internacional sob comando norte-americano. O “perigo soviético” foi instrumentalizado para consolidar a hegemonia norte-americana sobre o bloco capitalista e para fazer do anti-comunismo o critério dos aliados e adversários no mundo. (Na ideologia norte-americana a polarização comunismo/capitalismo foi encoberta pela polarização democracia/totalitarismo.)

Nesse período – o posterior à segunda guerra mundial – consolidou-se o império norte-americano no mundo, apenas enfrentado pelo chamado “campo socialista”, liderado pela URSS. A América Latina foi consolidada como área de dominação privilegiada dos EUA, apenas questionada pela revolução cubana, que no entanto sofreu um forte bloqueio e isolamento econômico.

Terminada a “guerra fria”, os EUA se afirmaram como a única super-potência no mundo, apoiada no poderio do seu mercado interno, na sua superioridade tecnológica e militar, na sua consolidação como única força política mundial e numa imensa máquina de dominação ideológica. Os EUA conseguiram não apenas derrotar seu maior oponente – a URSS –, como conseguiram neutralizar seus novos eventuais competidores – Europa ocidental e Japão – e mesmo possíveis lideranças regionais – como o Brasil, a África do Sul, a Índia, o Iraque. Restam alguns países que não estão sob controle dos EUA – como a China, o Irã –, mas o primeiro deles de-

pende do mercado norte-americano, de sua tecnologia e investimentos, o que tira parte da sua eventual autonomia diante dos EUA.

Reforçou-se e renovou-se um sistema imperial mundial, sob hegemonia norte-americana, apoiado na OTAN, no FMI, no Banco Mundial, na OMC, no G-8, além da força própria de ação dos EUA – incluindo seu sistema monopólico de meios de comunicação e de propaganda ideológica desse país. Sua ideologia é o neoliberalismo – a difusão ilimitada da mercantilização e do “livre comércio” e da “globalização” em todo o mundo –, seus pilares as grandes corporações multinacionais e a hegemonia econômica no conjunto do sistema está no capital financeiro.

Suas debilidades estão, em primeiro lugar, na exclusão da grande maioria da humanidade – e da grande maioria de países – dos benefícios das políticas dominantes. No Sul do mundo, onde se situa 86% da população mundial, dividindo-se muito mal 15% da riqueza mundial, estão os maiores obstáculos à hegemonia norte-americana. Ai, uma frente de países como a China, a Índia, o Brasil – para mencionar somente alguns – somaria quarenta por cento da população mundial e poderia aparecer como uma liderança alternativa, defendendo interesses dos grandes continentes excluídos dos três mega-mercados mundiais, todos eles situados no hemisfério norte – onde estão apenas 15% da população mundial, que possui 85% da riqueza existente.

Um segundo elemento de debilidade do bloco imperialista é sua dependência de outros países, como é o caso dos produtores de petróleo – dentre os quais situam-se países com conflitos com os EUA, como a Venezuela, o Irã, o Iraque, a Líbia – ou daqueles produtores baratos de mercadorias para os norte-americanos – como a China, a Índia, o México – ou mesmo de força de trabalho barata para os EUA – México, Porto Rico, entre outros.

Mas os elementos de maior debilidade do sistema imperialista liderado pelos EUA vêm do plano histórico e moral. O capitalis-

mo, na sua fase de hegemonia do capital financeiro, está penetrado pela lógica corrosiva da especulação, em detrimento da produção. A utilização da tecnologia em função da maximização dos lucros barateia os produtos, mas diminui o nível de emprego. No seu conjunto, o capitalismo acentua seu elemento contraditório central – eleva a produção de bens e serviços, mas não distribui renda de maneira correspondente, reproduzindo suas crises de super-produção (ou de sub-consumo). A crise atual, por exemplo, expressa esse mecanismo central do capitalismo, que tende a ser cada vez mais exacerbado.

Tudo isso expressa o caráter regressivo assumido pelo capitalismo no mundo contemporâneo. Quando se expande, ele produz efeitos positivos para um número decrescente de pessoas e quando entra em crise, produz fortes regressões para setores cada vez mais numerosos em todo o mundo. Os valores que defendem são cada vez mais ligados a valores e a bens materiais, a que o próprio capitalismo não corresponde, ao vetar à grande maioria o acesso a esses bens. A maior parte da humanidade é vítima do trabalho informal, precário, sem direitos, com toda a insegurança que essa situação produz. Os modelos econômicos dominantes fraturam profundamente as sociedades nacionais, introduzindo e aprofundando contradições sociais.

Outro elemento desfavorável ao imperialismo é de caráter moral. Os grandes temas que enfrenta a humanidade são postos e discutidos por aqueles que contestam a globalização liberal, como se pode ver no confronto entre o Fórum Social Mundial de Porto Alegre e o Fórum Econômico Mundial de Davos, com evidente superioridade moral e política daquele. Os contestatários se baseiam nos valores da solidariedade, do humanismo, do combate ao reino do dinheiro e da mercadoria, propõem o privilégio dos problemas dos mais pobres, atacam a exclusão social, privilegiam os direitos e a inclusão, favorecem a cultura, a educação e os direitos sociais em

geral, preocupam-se com o equilíbrio ambiental, pregam o fim da indústria bélica.

A ALCA e o projeto imperial norte-americano

Na “nova ordem mundial” depois do fim da URSS e do enfraquecimento dos países do Terceiro Mundo, os países mais ricos do mundo se organizaram em torno de três mega-mercados: na América do Norte, na Europa ocidental e no sudeste asiático. Os EUA, a Alemanha e o Japão se fortaleciam assim na competição entre si e para obter mais vantagens do resto do mundo, especialmente do Sul do mundo, excluído desses mega-mercados.

O projeto norte-americano era o de estender o NAFTA, de integração da América do Norte para o conjunto do continente. Depois do México, o Chile havia sido escolhido para ser o próximo cooptado. Porém, a crise mexicana de 1994 adiou essa possibilidade, até mesmo porque o Congresso dos EUA retirou do presidente o poder de fazer acordos comerciais sem que o Congresso precisasse referendá-los (o que se chama de “via rápida”).

Foi nesse momento e nesse espaço deixado pela crise mexicana e o freio à expansão do NAFTA que o Mercosul cresceu, fazendo acordos com o Chile e a Bolívia, estendendo-as na direção do Pacto Andino – como a Venezuela. Nesse momento o governo dos EUA mudou de tática: tirou da gaveta uma proposta que tinha sido aprovado sem perspectivas de ser levada adiante – a da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA.

A ALCA trazia na sua propaganda até ali a longa expansão da economia norte-americana – com todas as teorias de que seria um ciclo interminável –, com suas conseqüências positivas para o México e, com elas, as teses de que o livre comércio e a integração sob a égide de uma economia tão poderosa seriam um caminho seguro de desenvolvimento. No plano geral, se expandia a Organização Mundial do Comércio (OMC) e seus acordos de livre comércio.

O marco de integração não podia ser mais favorável para os EUA. Sua economia representa 75% do total do continente – isto é, sozinha, é 3 vezes maior que todos os outros países somados. Sua concretização daria aos EUA um acesso privilegiado a uma imensa área, em detrimento dos outros concorrentes – especialmente a União Européia e os países asiáticos. A diferença de competitividade daria aos EUA vantagens extraordinárias no confronto com os outros países do continente. O exemplo da economia mexicana é claro: o país passou a ter 90% do seu comércio exterior – tanto a exportação quanto a importação – com os EUA, ficando uma proporção mínima para o intercâmbio com outra economia importante como a canadense.

A situação começou a mudar com a crise das economias dos países do sudeste asiático, em 1997, seguida pelas crises das economias russa (1998) e brasileira (1999). Em seguida, vieram as manifestações de Seattle (novembro de 1999), revelando o grau de descontentamento com a globalização liberal, em particular com a OMC, que não conseguia começar sua nova ronda de negociações para a liberalização do comércio mundial.

Em seguida a economia norte-americana começou a dar sinais de desaceleração do seu ritmo de expansão, até entrar num ciclo recessivo. Pelo peso que a economia dos EUA tinha – era a única das maiores que crescia, funcionando como locomotiva da economia capitalista internacional –, essa virada levou toda essa economia para baixo. Na recessão, ficou ainda mais difícil continuar o processo de liberalização do comércio, porque cada país trata de se proteger, buscando não abrir mais sua economia.

Nessas condições fica ainda mais importante para os EUA consolidar sua hegemonia sobre o conjunto da economia do continente, para dispor de melhores condições para enfrentar a recessão de sua própria economia. Porém, o estilo de governo do novo presidente norte-americano, tentando colocar em prática suas teses radicalmen-

te conservadoras, sem levar em conta que havia triunfado de forma muito contestada e por uma estreita margem, fez com que rapidamente seu governo perdesse a escassa maioria que tinha no Senado. Com isso, alterou-se a presidência de todas as comissões a favor do Partido Democrata, tornando muito mais difícil ao governo de Bush conseguir recuperar para a presidência a “via rápida” que Bill Clinton havia perdido e sem a qual nenhum acordo internacional – como a ALCA – é possível, porque nenhum país assinaria acordos com os EUA que depois tivessem que ser referendados ou não pelo Congresso dos EUA. Além disso, com a recessão, se eleva o desemprego e com ele a resistência dos sindicatos norte-americanos a qualquer tipo de política que possibilitaria aumentar a transferência de empresas dos EUA para países com força de trabalho mais barata, como aconteceu amplamente com a faixa norte do México, em detrimento do emprego dos trabalhadores dos norte-americanos.

Diante dessas dificuldades, sem abandonar o projeto da ALCA – embora com obstáculos para cumprir a promessa de Bush na reunião de Quebec de que conseguiria a aprovação da “via rápida” até o fim do ano, o que parece ser difícil – os EUA impulsiona os acordos bilaterais de livre comércio. Diante da crise do Mercosul, países como o Chile – cuja economia depende em 50% do comércio exterior – buscam acordos diretamente com os EUA, caminho que a Argentina, frente à situação de profunda crise em que se encontra, também está sempre tentada a trilhar.

Além do objetivo estratégico positivo para si de consolidar uma área continental de domínio praticamente absoluto, os EUA têm outro objetivo estratégico, este de caráter negativo: bloquear a possibilidade de unificação latino-americana ou sul-americana ou mesmo apenas do Mercosul. Para isso é necessário que nem o Brasil, nem a Argentina – possíveis líderes de uma projeto desse tipo – possam ter autonomia e capacidade própria de ação para pôr em prática um projeto dessa ordem.

Os governos dos anos noventa no Brasil – e, em particular o de FHC – respondeu ao que os EUA queriam: protagonizou uma aliança subordinada aos interesses norte-americanos, seguiu as políticas do FMI, do Banco Mundial e da OMC, assinando acordos com o FMI e defendendo as políticas de livre comércio dos EUA. Perdeu assim o país qualquer capacidade própria de ação, mais ainda qualquer possibilidade de se projetar como líder de um projeto alternativo ao da hegemonia norte-americana sobre o continente. Os conflitos entre os governos da Argentina e do Brasil e a falta de visão estratégica sobre a importância da aliança entre os dois países se encarregaram de completar o quadro favorável ao projeto hegemônico norte-americano.

Caso se concretize a ALCA, o conjunto do continente latino-americano se transformará numa imensa zona franca para a exploração de mão-de-obra barata pelas grandes corporações norte-americanas – como já aconteceu com a faixa fronteira norte do México. A América Latina será vítima tanto dos ímpetus expansivos da economia norte-americana, quanto dos efeitos de suas recessões, como ocorre agora dramaticamente com o México, que se tornou um país completamente dependente dos EUA.

O Brasil é o principal botim sobre o qual os EUA avançarão, até porque outras economias da área, como a chilena ou a Argentina, já estão mais penetradas do que a nossa pela economia norte-americana. Os EUA terão mais facilidades para se abater sobre a Amazônia e outras reservas biológicas e de matérias primas que o Brasil dispõem, obstruindo completamente qualquer possibilidade de um projeto brasileiro autônomo.

A dolarização terminará se tornando inevitável, pela construção de uma imensa economia na área do dólar. O continente retrocederá ainda mais, tornando-se absolutamente dependente e subordinado, em todos os planos, à hegemonia norte-americana.

Por uma outra integração

O caminho da consolidação da integração subordinada do Brasil e do conjunto da América Latina à ALCA e, através dela, à hegemonia absoluta dos EUA, não é inevitável. Nem é destino, nem é opção – para usar termos do governo brasileiro, que afirma o primeiro, mas cede no segundo aspecto.

É preciso um outro tipo de integração continental; é preciso e torna-se mesmo uma necessidade para os países que desejam afirmar sua soberania, para construir uma sociedade justa e solidária. De tal forma distintas formas de inserção internacional são possíveis na América Latina, que tem já países em diferentes situações, como o demonstram a situação do México e a Argentina, entre outros, por um lado, totalmente subordinados aos EUA, enquanto países como a Venezuela e Cuba afirmam sua independência diante do governo norte-americano e desenvolvem uma política diversificada de alianças internacionais.

Uma nova forma de inserção internacional é indispensável para todos os países que desejem romper com o neoliberalismo e construir um outro tipo de sociedade, fundado nos direitos de todos e na justiça social. A inserção subordinada ou soberana é assim condição de uma política soberana e fundada nos direitos sociais.

Os países latino-americanos deveriam, antes de estabelecer qualquer outra aliança internacional, integrar-se entre si, para dispor de força própria, baseada na identidade de seus interesses. Deveriam, ao mesmo tempo, trabalhar para a formação de uma frente dos países do sul do mundo – todos excluídos dos três mega-mercados mundiais –, antes de tudo com aqueles que têm mais peso, como a China, a Índia, a África do Sul, o Irã, para estabelecer vínculos comuns, intercâmbios e uma plataforma de reorganização da ordem econômica e política mundial.

A iniciativa de convocação de um plebiscito sobre a ALCA pode se transformar num bom instrumento de conscientização e de

mobilização sobre a questão da globalização liberal e as alternativas a ela, sobre o tema da soberania nacional, das alianças internacionais, da integração latino-americana. Para isso deveria conter não somente a questão da aceitação ou questionamento da ALCA, mas temas vinculados à dolarização ou à criação de uma moeda única regional, a questão do “*dumping*” dos salários, da proteção ao meio ambiente, ao trabalho infantil.

Na América Latina, o primeiro passo seria a redefinição do Mercosul, como um processo de integração não apenas econômica ou comercial, mas também social, política, cultural, informativa, tecnológica, esportiva – em suma, lançar o projeto de criação de um grande projeto de integração latino-americana, nos moldes da União Européia, para criar um novo sujeito no plano internacional, que defenda os interesses latino-americanos diante dos outros três mega-mercados, nos fóruns internacionais, além de solidarizar-se concretamente com os outros continentes do Sul do mundo.

Essa outra integração possível e necessária supõe a ruptura com as políticas do FMI, do Banco Mundial e da OMC e, para se tornar uma realidade precisam de alianças internacionais do tipo das apontadas. Isto é, a soberania nacional e a justiça social – como os dois objetivos fundamentais de nossos países atualmente – requerem uma combinação de políticas nacionais e internacionais, de ruptura com a posição subordinada aos interesses dos EUA e de construção de um espaço internacional alternativo para a grande maioria da humanidade, hoje excluídas das grandes decisões do mundo e sujeito da construção de um mundo melhor, se somos capazes de dar respostas aos imensos desafios e oportunidades que a crise atual coloca para nós.

Fonte: *ALCA: Integração Soberana ou Subordinada?*
(São Paulo, Expressão Popular, 2001)

4 – O IMPÉRIO E A AMÉRICA LATINA: BUSH, A ALCA E O PLANO COLÔMBIA

James Petras - Professor da Universidade do Estado de Nova York

“Construir um império não é tomar um chá”

Tenente-coronel da marinha dos EUA.

O problema fundamental enfrentado pela Administração Bush é o de como expandir e consolidar o império estadunidense em uma época de intensificação da competição de blocos rivais, de crescente recessão econômica no eixo Europa-EUA, de crise na Ásia e na América Latina, e de crescente oposição sócio-econômica, especialmente na América Latina, Rússia, China e, em ocasiões especiais, na Europa Ocidental e nos próprios EUA. A primeira parte deste trabalho discutirá a transição de Clinton a Bush: as evidentes continuidades nos objetivos estratégicos e as diferenças de estilo, táticas, assim como nos setores do capital que os apóiam e nos fatores da política externa dos EUA.

A segunda parte do ensaio discutirá a resposta de Washington à crise e à expansão, traduzida na provocação de “guerras frias” – aumento da militarização, do confronto ideológico e da agressiva intervenção nos países do Terceiro Mundo, sob pretexto de significarem uma “ameaça externa” à segurança dos EUA. O propósito de Washington, ao desencadear “Guerras Frias”, é subordinar seus aliados, impor regimes parceiros no Terceiro Mundo e estender e

aprofundar o controle imperial contra os desafios populares que se apresentam. O texto identifica três “Guerras Frias”. A primeira começou pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de derrotar o movimento revolucionário na Europa, Ásia, África e América Latina, provocado pela derrota do fascismo e o crescimento dos movimentos anti-coloniais. A segunda foi lançada pela Administração Carter pouco depois da derrota dos EUA na Indochina e destinava-se a isolar e a derrotar os movimentos anti-imperialistas na América Central (Nicarágua), no Oriente Próximo (Irã), na Ásia do sul (Afeganistão), no Chifre da África (Etiópia, Eritreia) e na África Meridional (Angola, Moçambique, África do Sul). A terceira tem sido lançada pela Administração Bush, confrontada por crises econômicas e desafios ao império.

Na terceira parte, discutirei as crises do império; segue-se uma análise do caráter e das políticas da Administração Bush, especificamente de como afetam a América Latina, incluindo uma discussão sobre a estratégia militar dos EUA. (Plano Colômbia – Iniciativa Andina) e sua relação com a ALCA – dois enfoques idênticos para a recolonização da América Latina.

Dirigindo o Império em um Tempo de Crise

Para compreender os problemas e as perspectivas da Administração Bush como dirigente do Império, é essencial analisar o legado de Clinton. Isto requer que examinemos a vasta expansão do Império sob o comando de Clinton, os fundamentos econômicos internos da expansão no exterior e os primeiros sinais da crise imperial no governo Clinton.

Com este presidente, o império estadunidense se expandiu muito além das fronteiras de qualquer outro presidente, desde Harry Truman. Dos países Bálticos aos Balcãs, seguindo até a parte meridional do que era antes a URSS, os Estados Unidos estabeleceram uma quantidade de estados parceiros, que são ou novos membros

da OTAN ou “Associados pela Paz”. Na Ásia, os militares dos EUA invadiram o espaço aéreo da China, modernizaram as forças armadas de Taiwan, compraram ações das principais indústrias da Coreia do Sul, e enfrentaram a economia estancada do Japão na busca de supremacia na região. Na atualidade, os EUA têm bases militares nas fronteiras da Rússia, com mísseis a apenas cinco minutos de Moscou. Washington bombardeia Iugoslávia, Afeganistão e Somália, organiza “Tribunais Espetáculo” em Haia, onde faz desfilar seus rivais derrotados. Tem bases militares em seus novos estados satélites – Albânia, Macedônia, Kosovo e, por meio da OTAN, na República Checa, Polônia, Hungria, Bulgária etc.

Os impérios euro-estadunidenses conseguiram impor o neoliberalismo em cinco continentes, possibilitando a aquisição de lucrativas empresas nacionais (tanto públicas como privadas) e a penetração nos mercados, estendendo e aprofundando assim o controle imperial sobre as economias do Terceiro Mundo. Quanto à economia interna dos EUA, o legado de Clinton revelou uma falsa realidade: na aparência uma economia em expansão durante nove anos, durante os quais as corporações estadunidenses puderam acumular enormes lucros, baseados em parte em lucros de papel, resultantes de selvagens especulações na bolsa de valores, na lavagem de bilhões de dólares por ano de “dinheiro sujo” nos principais bancos dos EUA, de níveis de consumo baseados em altos níveis de endividamento, e elevados déficits comerciais. Mais desregulamentação do sistema financeiro e da economia levou ao mais elevado nível de desigualdade e de concentração de riqueza em Wall Street de toda a história dos EUA, desde o começo do século XIX.

Assim, a expansão no exterior se apoiou em bases frágeis da economia interna. Essencialmente, os fundamentos locais do Império estavam baseados em aplicações especulativas internas e em conquistas caras no exterior. No final da presidência de Clinton, houve uma implosão de uma economia inviável e insustentável.

Embora a crise tenha começado durante os últimos meses de seu regime, aprofundou-se sob a presidência de Bush. Os sinais foram evidentes em todos os setores da economia.

O colapso das indústrias de tecnologia da informação (ITI) e o fracasso da maior parte das empresas de biotecnologia foram dois destacados exemplos da propaganda especulativa que levou milhões de acionistas a investirem bilhões de dólares no que equivale a uma imensa fraude financeira. A queda de 70% no valor do setor de tecnologia da informação é comparável à queda dos preços durante a Grande Depressão. A maior parte das ações que caíram tinham valores de até 200 vezes a sua capacidade de lucros. A maior parte dos valores de tecnologia da informação jamais deu lucros e alguns nem sequer haviam apresentado um produto vendável, que pudesse gerar receitas. Muitos cresceram simplesmente pelas expectativas futuras promovidas por especuladores que entraram cedo no mercado, inflacionaram o valor de suas ações, realizaram lucros e deixaram milhões de pessoas na posse de papéis sem valor. A indústria de biotecnologia seguiu um caminho similar. Apesar da propaganda do mercado, que levou bilhões de dólares dos acionistas, prometendo-lhes “drogas milagrosas” ou “descobrimientos milagrosos”, somente 25% das 400 empresas mais importantes do ramo ganharam algum dinheiro, e somente 63 novas drogas foram desenvolvidas durante os últimos 25 anos, depois de investimentos de bilhões de dólares. O colapso destes investimentos predispsôs os investidores, levou ao subemprego e ao desemprego e minou a confiança na chamada “nova economia”. O mais importante é que a nova economia desviou bilhões de dólares dos investimentos produtivos na infra-estrutura econômica dos EUA, a exemplo das novas fontes de poder e energia (sol, vento, oceanos etc.). Provavelmente a maior perda de fundos potenciais de investimento originou-se na fraude do Y-2 (o Bug do Milênio), quando bilhões de dólares foram gastos corrigindo computadores sob ameaça direta de um colapso econô-

mico – algo que não ocorreu sequer em países que gastaram menos de um milhão de dólares. A bolha da ITI foi estimulada em parte pelo temor causado pela propaganda enganosa sobre o Y-2.

O elemento teórico é que os anos de “prosperidade” de Clinton se basearam em uma economia de papéis, especulativa, insustentável, alimentada por expectativas falsas, apoiadas na propaganda do mercado, e desvinculada da economia real. Junto a uma política externa que saqueava riquezas no estrangeiro aproveitando programas corruptos de privatização, especialmente nos países antes socialistas, na América Latina e na Ásia, a riqueza do Império estava baseada mais no poder político e na promoção da mídia do que em cálculos racionais de mercados.

O segundo aspecto da crise econômica transmitida de Clinton para Bush é a profunda e prolongada recessão no setor de manufaturas. Desde o final de 2000, até hoje, o setor manufatureiro tem registrado crescimento econômico negativo. Durante os primeiros sete meses da recessão perderam-se mais de 500 mil postos de trabalho nas indústrias. Ainda que alguns desempregados tenham sido absorvidos pelo setor de serviços, de nível salarial baixo, na maior parte dos casos os trabalhadores tiveram reduções de 30 a 50% em seus salários e planos de saúde.

O terceiro aspecto da crise refere-se ao insustentável déficit nas contas externas. Os EUA tiveram um déficit comercial de 437 bilhões em 2000, o qual foi coberto apenas pelos fluxos de capitais externos – muitos dos quais vieram do Japão, outros de “dinheiro sujo” do Terceiro Mundo. A legislação dos EUA permite que os maiores bancos estadunidenses lavem legalmente bilhões de dólares de sonegadores de impostos e de governantes corruptos no exterior. Ademais, os bancos estadunidenses, por meio de “bancos correspondentes” no exterior, lavam a cada ano cerca de 500 bilhões de dólares em fundos ilegais. O declínio na competitividade dos EUA se deve em grande parte ao desvio de bilhões para a economia especulativa,

ou seja, para os setores ITI e de biotecnologia, que pouco ou nada contribuíram para o aumento da produtividade estadunidense.

Mais cedo ou mais tarde, os EUA não poderão continuar se baseando em recursos externos para compensar seu déficit comercial e haverá sérias repercussões sobre o nível de vida da população, em conseqüência da redução da capacidade dos EUA de manterem sua economia “baseada no consumo”.

O quarto aspecto da crise é a crescente dependência das corporações estadunidenses de lucros e ingressos de suas subsidiárias no exterior. Com o declínio da economia estadunidense, as exportações para os EUA cairão, restringindo severamente os lucros e ingressos das economias neoliberais baseadas nas estratégias de exportações. O que provavelmente reduzirá os lucros das subsidiárias estadunidenses, como resultado da diminuição dos seus mercados nos países hóspedes, assim como de seus mercados nos EUA. Além disso, os mercados no exterior estão se tornando cada vez mais competitivos. Os investidores europeus, sobretudo da Espanha, Alemanha, Inglaterra, estabeleceram bases na América Latina, mediante a aquisição de setores estratégicos de economias privatizadas.

Resumindo, a prosperidade econômica de Clinton estava baseada em fundamentos viciados, o que levou a erros crassos de distribuição dos investimentos baseados na desregulamentação da economia e à promoção, pelo estado, da bolha especulativa. A Administração Bush que, obviamente, compartilha as premissas do “livre comércio” e, basicamente, os objetivos imperialistas de seu antecessor, deve enfrentar a dupla realidade de um império ampliado e de uma crise que se aprofunda: estes são os parâmetros que balizam sua política para a América Latina.

A economia não é a única área de crise no império que a Administração Bush enfrenta. Há um problema sério, resultante da expansão político-militar agressiva que teve lugar nos anos 90. A principal característica do projeto de construção do império de Clinton

foi a intervenção indiscriminada e integral por toda parte, sem considerar a região, as prioridades ou a estratégia. O conceito de Império de Clinton era tão inclusivo que nenhuma região do mundo estava imune do ataque militar direto, da invasão ou da penetração. A administração Clinton se envolveu no bombardeio contínuo ao Iraque, causando mais de um milhão de crianças mortas de enfermidades, desnutrição etc. Washington declarou duas vezes guerra (por meio da OTAN) à Iugoslávia: uma vez na Bósnia e depois em Kosovo, estabelecendo bases militares em Kosovo, Albânia e Macedônia. Na África, enviou tropas para a Somália, as quais teve que retirar mais adiante, e depois bombardeou o país, como fizera no Afeganistão. O Haiti foi invadido com a intenção de impor um regime dócil aos EUA. Clinton expandiu a participação na OTAN para que fossem incluídos os novos regimes parceiros da Europa Oriental, muitos dos quais receberam seu batismo de fogo como cúmplices no bombardeio da Iugoslávia e no apoio logístico militar. A Administração Clinton recrutou um novo contingente de “Associados pela Paz”, membros subalternos da OTAN, em países desde o Báltico até o Cáucaso. Finalmente, a Administração Clinton apoiou o regime ineficiente e cleptocrático de Yeltsin na Rússia, como forma de destruir a economia e os militares russos, enquanto as corporações euro-estadunidenses saqueavam a economia, junto com os novos oligarcas russos.

Entretanto, enquanto crescia o império, cresciam as contradições. Washington podia saquear as economias, porém não podia impedir a crise econômica que se agravava ininterruptamente, nem controlar uma população cada vez mais descontente. Yeltsin foi substituído por Putin, e reapareceu na Rússia algo parecido a uma política econômica e externa, defendendo o país das formas mais brutais de espoliação. Na Bielorrússia e na Moldávia, chegaram ao poder novos regimes que buscam laços mais estreitos com a Rússia. Na Europa Oriental, Ucrânia e outros países, a onda inicial de apoio

à incorporação ao novo império se desvaneceu com a corrupção e o saque generalizados que caracterizaram os novos governos do livre mercado. No final dos anos 90 o boicote de Washington contra o Irã, o Iraque e a Líbia se erodiu quando estes países assinaram acordos de cooperação econômica com a Itália, a França e outros governos e corporações européias ocidentais.

Enquanto Clinton se concentrava em Israel e no Kosovo, o comércio dos EUA com os países do Mercosul – especialmente com o Brasil – decaiu. A participação dos EUA no mercado mexicano diminuiu. Investidores europeus, sobretudo espanhóis, compraram as lucrativas empresas de telecomunicações, energia e transportes onde estas foram privatizadas.

Enquanto os EUA apoiavam a extensão do neoliberalismo e expandiam o Império, a exploração e a pilhagem, por meio de regimes parceiros locais, se aprofundava. No entanto, da mesma forma crescia a oposição, à medida em que apareciam regimes nacionalistas, e se expandiam os mercados regionais. O Mercado Comum Europeu se expandiu, assim como o Mercosul, na América Latina. O regime de Chávez, na Venezuela, proporcionou liderança à OPEP, e aprofundou laços comerciais deste país com a Rússia, a China e Cuba, em defesa de um mundo multipolar. A ONU repudiou os candidatos dos EUA a duas comissões; até a OEA (Organização dos Estados Americanos), geralmente dócil, se opôs à política estadunidense de boicote econômico contra Cuba.

Bush e a Terceira Guerra Fria.

O presidente Bush enfrenta uma dupla crise: uma economia estancada e um império insustentável. Nesta situação, a resposta da Administração Bush está determinada em grande parte pelos setores do capital e pelas forças ideológicas que compõem seu regime. Tanto o regime de Clinton como o de Bush estão dominados por capitalistas ou seus representantes. Porém há diferenças

importantes entre os setores do capital representados nos dois governos.

O regime de Clinton era muito influenciado pelos banqueiros investidores de Wall Street, pelas empresas financeiras e seguradoras, pelos especuladores da ITI, assim como pelos fabricantes no exterior. Seu regime dependia em grande medida de políticos clientelistas, representantes das minorias (negros, latinos) e dos sindicalistas burocratas, para mobilizar os eleitores, em troca de nomeações políticas e de proteção contra ações judiciais. Em contrapartida, no regime de Bush, os capitalistas influentes estão localizados nos setores “extrativistas” (gás, petróleo, fornecedores de energia elétrica, mineração, madeireiros). Geograficamente, estão localizados no sudoeste e nos estados das Montanhas Rochosas. Há um forte respaldo do complexo militar-industrial, dos setores do *agrobusiness* (sobretudo dos monopólios do fumo), assim como dos investidores nas indústrias farmacêuticas estrangeiras.

O regime de Bush depende de fundamentalistas religiosos da classe média baixa, de ideólogos direitistas e anticomunistas e das Câmaras de Comércio (que reúnem pequenos negociantes) para fornecer cabos eleitorais e ganhar as eleições. Como Clinton, Bush dá “representação simbólica” às minorias: cinco negros e latinos e várias mulheres formam seu secretariado, todos de acordo com sua política externa pró-imperialista e sua política interna reacionária. Uma vez mais, a “diversidade” sem classes serve aos objetivos reacionários.

Estilos de Construção do Império

Embora os objetivos estratégicos do regime de Bush sejam exatamente os mesmos que os de Clinton, há diferenças importantes quanto ao estilo de construção do império, em parte pelo fato do contexto estar em transformação, em parte pelas diferenças de composição interna dos dois regimes.

Clinton era um mestre na dissimulação – um mestre no exercício do poder, e na perseverança quanto aos objetivos substanciais do império; enquanto observava as formas de consulta e “multilateralismo”, sempre que coincidissem com os objetivos dos EUA. A manipulação dos símbolos da cooperação internacional pelo regime de Clinton se manifestou em processos de consulta formal a seus aliados e, em menor medida, aos estados parceiros, seguidos pela ação militar unilateral ou multilateral. Formalmente “consultivo” e informalmente “unilateral”, era o estilo e a substância de seu regime. Quando era possível assegurar-se o apoio da União Européia para bombardear a Iugoslávia, procedia mediante consulta; quando não era possível, como no caso do bombardeio da Somália, do Afeganistão, e de Bagdá, agiu unilateralmente.

O estilo de construção do império de Clinton combinava a penetração comercial explícita e o recrutamento de novos clientes políticos com a intervenção militar e a espionagem encoberta. Este último método foi utilizado seja para reforçar a influência sobre regimes em desintegração, seja para solapar regimes independentes, ou para vencer a concorrência com europeus ou japoneses, usando a espionagem econômica de alto nível, o chamado Projeto Echelon.

No campo ideológico, fiel à distinção entre forma e substância, o regime Clinton elaborou, com seu sócio subordinado Tony Blair, da Grã Bretanha, a idéia da “intervenção humanitária”, para justificar a invasão e a ocupação militar da Iugoslávia e o estabelecimento de bases militares na Europa Oriental e nos países balcânicos. O equivalente interno desta versão do “imperialismo populista” foi a doutrina da “Terceira Via”. Esta ideologia preparou o caminho para importantes mudanças nas prioridades orçamentárias da previdência social, nos subsídios capitalistas e para a construção do império com o pretexto de oferecer uma alternativa ao “estatismo” e ao “livre mercado”. Sob as formas ideológicas da intervenção humanitária

ria e da Terceira Via, Clinton realizou políticas agressivas que estenderam o Império dos EUA mediante a intervenção militar, a conquista imperial, e a imposição de doutrinas neoliberais.

O legado da extensão do império por Clinton foi uma série de crescentes contradições estruturais e crises, que tornaram inviável sua política de expansão imperial indiscriminada. A política de Clinton, de estimular os investimentos econômicos no estrangeiro e de altas taxas de lucros baseadas em baixos salários no país, foi construída na base de importações de bens de consumo baratos, de áreas com salários ainda mais baixos, para compensar a queda dos salários dos trabalhadores estadunidenses. O resultado final foi um déficit comercial insustentável. As políticas do Tesouro dos EUA e de seu Banco Central (a Reserva Federal) dependiam em alto grau de grandes ingressos de capital estrangeiro para equilibrar as contas externas, enquanto que a recessão interna dependia de reduções nas taxas de juros que prejudicavam os investidores no exterior. A edificação indiscriminada do império por Clinton levou a perdas no que se refere aos mercados econômicos estratégicos, ao mesmo tempo em que ampliava a influência político-militar dos EUA em regiões economicamente marginais. A campanha de Clinton para restabelecer a supremacia dos EUA na Europa, por meio da OTAN, deixou de lado o reduzido papel econômico dos EUA no comércio e nos mercados europeus, assim como os crescentes conflitos comerciais entre os dois “gigantes protecionistas”.

A crise do império de Clinton se baseou em sua incapacidade de ir além da organização do saque e das remessas de riquezas em grande escala para os EUA, assim como da instalação de governos apaniguados. Nunca se concretizou uma integração a longo prazo, ou em grande escala, das economias subordinadas. Em troca, a pilhagem levou a crises permanentes: a expansão indiscriminada levou à perda ou decadência de mercados estratégicos, a consulta não eliminou a concorrência nem recuperou a supremacia para os EUA.

A administração Bush, dominada por setores de políticas estratégicas e econômicas acostumados a impor políticas em suas corporações e hierarquias militares, e a dominar mercados, reagiu a este complexo de crises e da expansão do império mantendo políticas abertamente unilaterais, justificadas pela defesa dos interesses econômicos imperialistas dos EUA. Diferentemente de Clinton, o regime de Bush não pretende “consultar” seus aliados ou clientes sobre as principais políticas estratégicas internacionais: seus cálculos e decisões têm estado em estreita relação com os principais interesses econômicos fundamentais do regime: as indústrias extrativistas. O regime de Bush repudiou todos os acordos internacionais vistos como negativos para o lucro ou para a exploração dos recursos naturais pelas corporações dos EUA, sem utilizar pretextos que camuflassem estes interesses atrás de uma ideologia “humanitária”. A política de Bush está baseada na participação estratégica, unilateral, em confrontos com o capitalismo europeu, com a China, a Rússia e o Terceiro Mundo. Esta política é ao mesmo tempo mais agressiva (unilateral) e menos dirigida à intervenção militar em regiões marginais. Prefere capturar mercados econômicos estratégicos, do que fazer valer a presença política dos EUA nos fóruns internacionais. A administração Bush está, por sua vez, dividida entre imperialistas econômicos e ideológico-militares, representados, de um lado, pelo Ministro de Relações Exteriores Powell e, de outro, por Rumsfeld-Cheney

Forças compensatórias: Imperialistas econômicos contra Imperialistas ideológicos

O unilateralismo tem sido a marca do primeiro ano do regime de Bush. Desde o início de sua administração, optou por adotar políticas baseadas exclusivamente no que se percebia como os interesses econômicos das corporações dos EUA, e realizar estas políticas sem consultar seus aliados ou adversários. As decisões unilate-

rais adotadas por esta administração continuam e ampliam a política de Clinton, de repudiar todos os tratados internacionais que limitavam ou que pudessem limitar o poder imperial dos EUA. Clinton rechaçou tratados internacionais sobre o uso de minas terrestres, sobre os direitos das crianças, e sobre o tribunal internacional de crimes de guerra. Bush rechaçou o Acordo de Kyoto, sobre o controle dos gases poluentes que contaminam a atmosfera, revogou o acordo com a Rússia sobre mísseis anti-balísticos (ABM) e recusou-se a por fim aos subsídios às exportações, o que era solicitado pela União Européia. O representante comercial de Bush ameaça com restrições comerciais os países que protestam contra as cotas de importação e as políticas “*anti-dumping*” dos EUA como formas de neoprotecionismo. O unilateralismo, sobretudo em relação ao repúdio estadunidense ao Acordo de Kyoto, foi justificado por Washington como sendo necessário para aumentar os lucros das indústrias extrativistas e dos fabricantes estadunidenses e para assegurar vantagens comerciais competitivas sobre os europeus.

O segundo exemplo de “unilateralismo” dos EUA foi a decisão de Washington de rechaçar as negociações com a Coreia do Norte e realizar manobras militares provocadoras com as forças armadas da Coreia do Sul. Esta decisão foi necessária para manter a ficção de que a Coreia do Norte é um estado repudiado ou “terrorista” que ameaça a “segurança nacional” dos EUA o que, portanto, justifica enormes subsídios estatais para os novos “sistemas de defesa” de mísseis de longo alcance (beneficiando assim o complexo militar-industrial).

O terceiro exemplo de “unilateralismo” dos EUA foi a violação provocadora do espaço aéreo chinês e o anúncio de que Washington continuaria com esta prática. Uma vez mais, esta ação pretendia criar “tensão” para justificar maiores gastos militares, para consolidar o domínio dos EUA no Mar do Sul da China, e para provar a disposição do governo chinês de sacrificar sua soberania política

por objetivos econômicos. Neste contexto, a venda de armamentos em grande escala para Taiwan, pela administração Bush, foi outra extensão da política de abuso e tensão dos EUA para promover vendas de armas e aumentar seu controle político.

A quarta ação unilateral foi a decisão de revogar o Tratado de Defesa com Mísseis, de 1992, com a Rússia, e provocar assim uma nova Guerra Fria. O propósito, uma vez mais, foi justificar novos contratos militares do governo, de muitos bilhões de dólares, a favor do complexo militar-industrial e obrigar a Europa a obedecer às ordens dos EUA e da OTAN.

As políticas unilaterais de Washington tiveram conseqüências não planejadas e negativas: a revogação dos Acordos de Kyoto isolou totalmente os EUA nos fóruns internacionais. Na ONU, os EUA perderam as eleições para duas importantes comissões – uma de direitos humanos e outra de meio ambiente, ficando claro que pelo menos alguns países da União Européia votaram contra os candidatos dos EUA. A decisão dos EUA, de romper com a Coreia do Norte foi seguida de imediato por uma visita da União Européia a este país, pelo estabelecimento de relações diplomáticas, e pela assinatura de importantes acordos econômicos. Além disso, a decisão unilateral dos EUA afastou vastos setores da opinião pública da Coreia do Sul.

A decisão dos EUA, de revogar o Tratado de Defesa de Mísseis com a Rússia, afastou a Europa Ocidental, e acelerou os acordos de cooperação econômica entre a União Européia e a Rússia.

As políticas de confronto com a China provocaram discussões internas no próprio regime de Bush, entre os Novos Guerreiros da Guerra Fria, reunidos em torno de Cheney/Rumsfeld, e que estão próximos do complexo industrial-militar, e Powell (o Secretário de Estado), que representa o ponto de vista de Wall Street e dos grandes grupos de investimento no exterior. O compromisso a que chegaram estas elites levou à solução temporária do conflito imediato

com os dirigentes liberais da China, sem sacrificar nem a política militar estratégica de cerco, nem o lucrativo acesso das empresas estadunidenses aos mercados e à mão-de-obra barata da China. Os Imperialistas de Mercado que apóiam Powell estão mais interessados no comércio e no mercado de investimentos da China, no valor de muitos bilhões de dólares, e na conquista gradual daquele país mediante a colonização econômica; enfrentam, assim, os Novos Guerreiros da Guerra Fria, que estão estreitamente ligados ao complexo militar-industrial interno e às indústrias extrativistas.

A posição unilateral do regime de Bush reflete a intenção de Washington de impor sua posição e de pressionar mais agressivamente para obter mais vantagens para as corporações estadunidenses, ainda que ao preço de excluir aliados estratégicos e seu próprio público interno. A relativa decadência da posição competitiva dos EUA, demonstrada pelo imenso e insustentável déficit comercial, é a força que impulsiona o unilateralismo.

Entretanto, as realidades políticas e econômicas do mundo atual debilitam a posição unilateralista. Em primeiro lugar, as fusões e aquisições por corporações multinacionais européias, estadunidenses, e japonesas, solapam a intenção dos Novos Guerreiros da Guerra Fria de desenvolver políticas de interesse exclusivo do complexo militar-industrial e das indústrias extrativistas dos EUA. Em segundo lugar, as políticas de enfrentamentos militares isolam as corporações estadunidenses, incluindo o capital extrativista, de lucrativos mercados e possibilidades de investimentos em países como Iraque, Líbia, Coreia do Norte, China, Rússia etc. Os laços econômicos entre a Europa e os EUA são tão fortes quanto suas diferenças competitivas, no momento. O problema para a administração Bush é o crescente comércio inter-europeu (dentro da União Européia) que fortalece a autonomia européia frente aos EUA e limita o acesso de Washington ao mercado europeu.

A relativa decadência econômica dos EUA na Europa e na Ásia significa que a América Latina se converteu em uma das áreas centrais para a expansão imperial e a exploração de Washington.

A “Fortaleza América” – do Neoliberalismo ao Neomercantilismo da América Latina

Diante da dura concorrência e dos balanços comerciais negativos com a Ásia e a Europa, a administração Bush decidiu consolidar e aprofundar seu controle sobre a América Latina. Sob Clinton, Washington estendeu o Império pelos quatro rincões do mundo, as corporações multinacionais estadunidenses conquistaram a supremacia, porém a “economia nacional” dos EUA – ou seja, as exportações e importações, para e a partir da economia territorial estadunidense, sofreu uma decadência relativa, como o demonstra seu crescente déficit comercial. A única região com a qual os EUA ainda mantinham uma balança de pagamentos positiva era a América Latina. Era também a região onde os EUA mantinham um controle histórico sobre os aparatos militares e as polícias secretas (as agências de inteligência), e uma influência dominante nas economias. Todavia, durante os anos 90, apesar do estabelecimento de regimes satélites e de imensos fluxos de lucros, pagamentos de juros e royalties para os EUA, e das privatizações de empresas públicas que beneficiaram as multinacionais estadunidenses, havia indicadores econômicos que mostravam uma decadência relativa no domínio dos EUA. O comércio do México com este país caiu de 92% para 70%, entre 1994 e 1998. O comércio do Mercosul com os EUA caiu de 17% para 14%, no mesmo período. Enquanto o Mercosul tinha um superávit comercial anual médio de aproximadamente 66,6 bilhões de dólares entre 1991 e 1999, seus “pagamentos de serviços” – pagamentos de dívidas, lucros, remessas de royalties – produziram um déficit anual médio de 89,9 bilhões de dólares no mesmo período, o que levou a um déficit anual médio

de 22,9 bilhões de dólares. O objetivo estratégico da administração Bush é aumentar a participação dos EUA nas transferências por serviços, assim como a parte estadunidense do comércio com o Mercosul e mudar radicalmente a relativa decadência dos EUA nos anos 90, devido ao aumento da concorrência européia. Enquanto Clinton garantia regimes subalternos na Bósnia, Kosovo e Macedônia, a parte estadunidense do comércio com o Mercosul caiu cerca de 18%. Corporações e bancos multinacionais europeus, especialmente o capital espanhol, adquiriram sistemas de telecomunicações privados, bancos e companhias petrolíferas no Brasil, Argentina e Chile.

Além disso, o domínio dos EUA na América Latina estava sendo desafiado pelos crescentes movimentos de guerrilha na Colômbia, pelo regime independente nacionalista da Venezuela, e por importantes movimentos indígenas e camponeses anti-imperialistas no Brasil, Equador, Bolívia, Paraguai, assim como por movimentos sindicalistas e urbanos no Uruguai e na Argentina. Em resposta a estes desafios, Washington elaborou uma estratégia complementar em dois flancos: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e o Plano Colômbia – Iniciativa Andina, ambos projetados para aumentar o controle dos EUA e aprofundar sua capacidade de extrair recursos e riquezas da região.

A ALCA é o feto gerado pelo progresso da doutrina neoliberal imposta por setores políticos dominantes dos EUA a seus apaniguados latino-americanos, desde meados dos anos 70. Embora fale em “livre comércio”, assemelha-se ao sistema mercantilista do antigo sistema imperial.

A discussão sobre a ALCA deveria começar com um esclarecimento sobre o que não é a ALCA. Antes de tudo, não é um acordo de livre comércio. Os Estados Unidos se reservam o direito de manter subsídios de 30 bilhões de dólares para sua agricultura, a chamada legislação “*anti-dumping*” para proteger suas principais indústrias,

cotas para importações em setores econômicos nos quais não é competitivo, uma legislação bancária que permite que os principais bancos estadunidense lavem dinheiro ganho ilicitamente na América Latina, e uma quantidade de restrições “sanitárias”, unilateralmente decididas, para reduzir as importações de gado e outros produtos. Os países latino-americanos, de outro lado, têm que eliminar todas as barreiras comerciais e cumprir a doutrina do “livre comércio”. Na Conferência de Quebec, quando o Presidente Cardoso, do Brasil, mencionou as restrições “*anti-dumping*” dos EUA para as exportações de aço do Brasil, o Presidente Bush lhe disse: “isso não tem nada a ver com a ALCA, isso deveria ser discutido na Organização Mundial do Comércio!”

Em segundo lugar, a ALCA não tem a mais remota semelhança com uma “integração econômica”. O panorama se parece à subordinação de colônias aos países imperiais, na qual estes últimos controlam os setores estratégicos da economia, dominam os mercados e a mão-de-obra, e ditam a política econômica. Integração implica num intercâmbio mais ou menos igual de produtos, fluxos de capital, lucros e juros em ambas as direções, empresas conjuntas – em uma palavra, relações e benefícios mais ou menos simétricos. A ALCA é totalmente assimétrica: as multinacionais estadunidenses acumulam ativos latino-americanos e determinam uma só direção para o fluxo de benefícios (lucros, juros, *royalties*), do sul para o norte. A subordinação, não a integração, define a natureza da ALCA. Neste sentido, a ALCA é muito diferente da União Européia.

Em terceiro lugar, a ALCA não estimula a concorrência, fomenta os monopólios. Ao estabelecer preferências dentro do bloco comercial, a ALCA penaliza a Europa, o Japão e outros sócios comerciais não-hemisféricos e aumenta as posições comerciais monopolistas da potência principal no hemisfério – isto é, os EUA, aumentando as vantagens deste país, e diminuindo a capacidade dos países latino-americanos de obterem melhores preços, tanto

nas vendas como nas compras. Em outras palavras, a ALCA diminui a concorrência no mercado mundial.

Em quarto lugar, em vista das restrições mencionadas à concorrência e ao comércio, isto é, visto que a ALCA privilegia a posição monopolista dos EUA, dá mais oportunidades às firmas estadunidenses para comprar empresas privatizadas a preços ‘políticos’, em lugar de preços de ‘mercado’. Um dos argumentos duvidosos dos ideólogos neoliberais é que “não há alternativa ao neoliberalismo”. Os defensores estadunidenses da ALCA agregariam, “não há alternativa ao mercado e aos investidores dos EUA”.

Da perspectiva da teoria econômica, a ALCA é a negação da premissa básica dos princípios liberais (ou neoliberais). É um sistema mercantilista, centrado na supremacia política dos EUA, cujas políticas econômicas são ditadas pelo estado imperial por meio de um conjunto de estruturas assimétricas, monopolistas, que facilitam o fluxo dos benefícios em uma única direção.

A transição do neoliberalismo ao mercantilismo dos EUA / ALCA é o resultado de dois fatores – o agravamento da crise econômica dos EUA e a crescente concorrência da Europa e da Ásia, levando a déficits imensos e insustentáveis. Em um tempo de crises interna e externa e de crescente concorrência, Washington necessita apoderar-se de uma parte maior do mercado latino-americano, de suas empresas e recursos naturais. A ALCA pretende estabelecer a supremacia das companhias multinacionais dos EUA sobre seus concorrentes europeus, dando prioridade ao acesso estadunidense aos mercados e ao comércio na América Latina. “Livre comércio” dentro da ALCA significa o controle monopolista estadunidense sobre seus concorrentes latino-americanos – especialmente se se levam em consideração as restrições protecionistas que Washington imporia às exportações latino-americanas.

Frente ao incremento no comércio inter-regional, especialmente no Mercosul, a ALCA favoreceria as exportações diretas para os

EUA além do comércio, por meio de subsidiárias, nos mercados regionais. O que aumentaria o superávit comercial dos EUA e prejudicaria os provedores secundários de propriedade local das companhias estadunidenses. A ALCA é um retorno às relações bilaterais assimétricas, substituindo um “comércio regional” no qual os regimes locais tinham alguma margem de negociação. É muito provável que o comércio regional, como existe no Mercosul, decline, já que ficaria subordinado à ALCA. O resultado favorecerá os exportadores dos EUA, especialmente o *agrobusiness*, os fabricantes, os serviços (tecnologias da informação, bancos etc.) enquanto se debilita o *agrobusiness* argentino e os industriais brasileiros. As multinacionais estadunidenses operariam nestes países segundo as regras da ALCA – não segundo as regulamentações dos países onde trabalham – particularmente no que se refere à legislação trabalhista, à saúde e à educação.

O que é provavelmente da maior importância, a ALCA estabelecerá regras e regulamentos ditados pelos EUA ao fixar as condições para o comércio e os investimentos sobre e contra os regimes neoliberais regionais. Isto significa grandes mudanças na educação, saúde, legislações trabalhistas e de meio ambiente, assim como na economia. Por exemplo, a saúde e a educação seriam privatizadas como resultado do fim dos “subsídios”, abrindo a porta para as gigantescas corporações de saúde dos EUA e a altos preços de matrículas para as “universidades públicas”, como é o caso nos EUA. Basicamente, a ALCA imporá suas políticas mercantilistas, estabelecendo regras feitas para favorecer o protecionismo dos EUA, e a abertura da América Latina. A ALCA significa o fim dos últimos vestígios de soberania nacional – a recolonização da América Latina. Significa que as multinacionais dos EUA já não terão que transplantar subsidiárias para a América Latina, podendo exportar diretamente dos EUA.

A ALCA é a extensão lógica das políticas neoliberais do nível nacional e regional para o hemisfério. O “neoliberalismo” dentro

de um sistema mercantilista controlado por e para os EUA e os regimes locais seus subalternos. Se o neoliberalismo permitiu aos EUA participar do saque da América Latina, particularmente na privatização das empresas públicas, com os ricos latino-americanos e o capital europeu e asiático, a ALCA está pensada para maximizar a parte dos EUA nos mercados e nos recursos latino-americanos. A ALCA foi elaborada para criar uma “Fortaleza América” contra a concorrência euro-asiática, e para maximizar a extração de lucros destinados a financiar a crescente crise nos EUA.

Com tanto capital estadunidense no exterior, ou em atividades especulativas ou de consumo, os bancos dos EUA recorrem à lavagem de “dinheiro sujo”, estimado pelo Senado estadunidense em mais de 250 bilhões de dólares ao ano, servindo assim para “compensar” a taxa negativa de poupança interna. A “atividade criminosa” na atualidade é o que o “saque pirata” era no início do capitalismo: a transferência de capital das colônias para o centro imperial. Como argumenta Stephan Hasam, a estrutura do saque requer uma economia criminosa gerando grandes somas de dinheiro que são transferidas para a economia legal. Isto significa que uma economia criminosa deve ser fabricada e “posta a andar”. Na atualidade a criminalização das drogas, o contrabando por seus possuidores de bilhões de dólares e o tráfico de mulheres brancas estimulam o crescimento do setor bancário estadunidense por meio da lavagem de dinheiro sujo. É importante que as elites latino-americanas continuem sendo corruptas e vorazes, e que sua atividade seja criminalizada, para que o fluxo de capital “para o Norte” se multiplique, e que sua posse assegure o poder imperial.

A ALCA provocou uma oposição generalizada, que vai dos movimentos sindicais e camponeses a setores da burguesia nacional, particularmente em São Paulo e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, ambos no Brasil. A avidez da ALCA, que vai além da política neoliberal, por um monopólio mercantilista, centrado no império,

ameaça deslocar certos setores da burguesia. Enquanto a burguesia compartilha com as multinacionais estadunidenses o apoio à mudança radical da legislação social e trabalhista, opõe-se à tomada de posições unilaterais na economia pelo poder imperial. Este é o motivo da indecisão de Cardoso entre sua dependência econômica do capital e dos bancos estrangeiros e sua dependência política dos grandes grupos industriais brasileiros; no entanto, as queixas de Cardoso sobre o mercantilismo estadunidense em nome da “verdadeira liberalização” encontram ouvidos moucos em Washington.

Para por em prática a ALCA, a administração Bush apóia-se em dois regimes: o presidente Fox no México e, no outro extremo da América Latina, o Ministro da Economia da Argentina, Cavallo. Os dois regimes atuam como “Cavalos de Tróia”: a Argentina, rebaixando as tarifas alfandegárias no Mercosul, favorecendo as exportações dos EUA às custas do Brasil, e aprofundando a dependência financeira dos bancos estadunidenses, mediante a reestruturação da dívida. Os planos de Fox para estender o sistema de “maquiadoras” de Puebla ao Panamá, estendem a influência dos EUA para o Sul. Estes dois regimes subalternos fazem parte de uma política em duas etapas: maiores relações bilaterais com os EUA (debilitando os laços econômicos com o Brasil) em primeiro lugar, para continuar promovendo a ALCA na segunda etapa, como a única “alternativa viável” ao isolamento dos mercados globais, ou seja, para o mercado dos EUA.

A essência mercantilista da ALCA já despertou críticas do regime fundamentalista neoliberal do Chile. A intenção do regime de Lagos de ingressar no NAFTA chocou-se contra as medidas protecionistas da administração Bush – o sistema de cotas que afeta a importação de uvas chilenas. O que Washington chama de “livre comércio” inclui cotas de importação para os produtos agrícolas chilenos “em troca” do livre acesso aos mercados e aos recursos do Chile.

No Norte, o projetado Plano Puebla-Panamá do presidente Fox inclui a venda a bancos e corporações estadunidenses dos últimos e mais lucrativos setores da economia mexicana – seus principais bancos, o petróleo, os setores petroquímico e energético, assim como a “maquiladolarização” de todo o México e da América Central. A compra pelo Citibank, por 12,5 bilhões de dólares, do segundo banco mais importante do México, transforma-o no principal banco mexicano. Um pouco antes, em junho de 2000, o banco espanhol, Bilbao, comprou o Grupo Financeiro Bancomer, convertendo-se então no principal banco no México. Com 47 bilhões em ativos combinados e depósitos combinados de 42 bilhões de dólares, o Citigroup está em condições de controlar uma parte substancial da poupança, o crédito, e o financiamento, determinando o futuro do desenvolvimento do México. O projeto básico de Fox é transformar o México no 51º estado dos EUA; uma anexação de fato, por convite. O papel do México é exportar mão-de-obra barata para que seja explorada nos EUA, e importar capital estadunidense para explorar a poupança, os recursos, e as empresas públicas no México. A elite mexicana será incorporada como membros subalternos nos conselhos diretores das empresas privatizadas. A estratégia anexionista de Fox entra, no entanto, em conflito com a estratégia dos EUA, de colonizar os setores lucrativos da economia, apropriar-se de empresas lucrativas, explorar mão-de-obra barata, sem qualquer gasto social para manter e educar a mão-de-obra ou pagar pela repressão aos descontentes. Deste ponto de vista, o “Plano Puebla-Panamá” de Fox inclui a suspensão de todas as leis trabalhistas e benefícios sociais (no estilo das maquiladoras) e o financiamento pelo governo mexicano de uma importante infra-estrutura (estradas, portos etc.). Fox propôs financiar a colonização econômica estadunidense estendendo o imposto sobre valor agregado de 15% aos alimentos, aos remédios e a outros artigos de consumo popular.

A política econômica de Fox para o México é uma pré-configuração do que será a ALCA no resto da América Latina. Os regimes de Fox e de Cavallo, nos dois extremos do continente, representam os principais sustentáculos da estratégia para a ALCA do regime de Bush. O problema é que os dois dirigentes têm uma base de apoio frágil em seus próprios países, e que Washington tem problemas com o tratamento do grande descontentamento no hemisfério, particularmente no triângulo radical no Norte (Colômbia, Equador e Venezuela), e no Brasil.

A ALCA e o Plano Colômbia – Iniciativa Andina: As Facas econômicas e militares do Império

A ALCA tem lugar em um momento economicamente maduro, mas conflituoso, tanto do ponto de vista político como social. O neoliberalismo deu aos EUA uma influência maior nas políticas latino-americanas; os bancos estadunidenses conseguiram o domínio do setor financeiro. O FMI e o Banco Mundial acabaram com todas as barreiras à penetração estrangeira. Os principais elementos de decisão nos bancos centrais, e os ministérios da economia e finanças têm a “confiança” de Wall Street. Estas relações estruturais e políticas, que são tanto a causa como a consequência do neoliberalismo, constituem os elos que viabilizam a ALCA. Por outro lado, as crescentes desigualdades sociais, a pobreza das massas, o subemprego e o desemprego, o deslocamento de milhões de camponeses e a redução da mobilidade de milhões de funcionários públicos e de profissionais de classe média criaram uma oposição generalizada não somente à ALCA, como também às políticas neoliberais que a precedem. Esta oposição desenvolveu-se de maneira desigual e assumiu formas variadas, mas é uma constante que está crescendo, radicalizando-se e desafiando cada vez mais, não somente as elites locais, mas também o domínio dos EUA.

Para defender sua posição dominante, aprofundá-la e estendê-la por meio da ALCA, Washington está empenhado em construir um vasto império militar, militarizando a política latino-americana. O Plano Colômbia – Iniciativa Andina constituem apenas os aspectos mais importantes e visíveis da defesa do império.

Se os mercados brasileiro, mexicano e argentino constituem as peças centrais da estratégia da ALCA, Colômbia, Equador e Venezuela são os objetivos políticos do Plano Colômbia – Iniciativa Andina.

Washington considera a guerrilha e os movimentos populares na Colômbia como a maior ameaça a seu império na América Latina. Uma vitória das forças populares na Colômbia estabeleceria um sistema sócio-econômico alternativo ao modelo neoliberal dirigido pelos EUA. Além disso, estimularia os países vizinhos a romper com a tutela dos EUA, demonstrando que a luta de massas pode vencer o império. Mais ainda, a Colômbia tem petróleo, gás, agricultura e indústria, em um país de 40 milhões de habitantes – capacidade suficiente para resistir às pressões econômicas dos EUA. Finalmente, uma aliança colombiano-venezuelano-cubana seria uma força econômica, política e militar formidável, capaz de resistir à agressão imperial, podendo vir a ajudar outros países da região que queiram mover-se rumo à transformação social. Por todas estas razões, Washington forneceu 1,3 bilhão de dólares e centenas de oficiais militares, assim como apoio logístico substancial, fez alianças secretas com os esquadrões da morte (as chamadas forças paramilitares) para destruir o sustento de milhares de camponeses, e deslocá-los, já que os considera a principal base de apoio das guerrilhas. A pulverização tóxica dos EUA sobre as plantações, o terror paramilitar e militar, e a vigilância aérea com alta tecnologia, são elementos fundamentais na estratégia militar de Washington para sustentar o regime apanigüado de Pastrana. Em seu avanço, o Plano de Guerra Colômbia se estendeu até o Equador, o Peru e o norte do Brasil.

Washington ampliou seu programa de militarização mediante a chamada Iniciativa Andina, que aumenta a ajuda militar dos EUA e a quantidade de conselheiros nestes países para reprimir os movimentos de massas como, por exemplo, o movimento indígena-camponês (CONAIE), nas montanhas do Equador.

Parte integrante do novo império militar é o estabelecimento de bases militares dos EUA no Equador (Manta), El Salvador, e Peru (Iquitos). Washington colonizou o espaço aéreo da maior parte da América do Sul setentrional e meridional, assim como da América Central, fazendo voar com toda liberdade seus aviões de reconhecimento, em flagrante violação das soberanias dos respectivos países. Igualmente, operações militares estadunidenses já são rotina nos rios do Peru e da Colômbia e nas costas do México e do Peru. Além do Plano Colômbia, Washington se empenhou em exercícios militares conjuntos em países latino-americanos, na violação de suas constituições, treinando e selecionando oficiais latino-americanos promissores, que poderão vir a constituir forças mercenárias em qualquer guerra terrestre. O grande aumento de gastos militares dos EUA na América Latina, a proliferação de programas de treinamento, bases militares e a participação direta de oficiais militares estadunidenses em situações de combate mostram que Washington compreende que “construir um império não é tomar um chá”. Considerando o nível de resistência popular que existe na atualidade ao neoliberalismo, está claro que a imposição da ALCA levará a um potencial revolucionário ainda maior. É o motivo pelo qual o avanço da ALCA deve ser visto em relação à construção do império militar dos EUA. A ALCA significa mais concentração de riquezas em mãos das multinacionais estadunidenses, e a eliminação das forças “intermediárias” pequeno-burguesas/burguesas, capazes de “mediar” ou de controlar uma oposição de massas. A aguda polarização resultante da ALCA significa uma maior repressão estatal, na medida em que a oposição combine, cada vez mais, as lutas “nacionalistas” e as lutas sociais.

Limites do Império: Contradições imperialistas e Desafios para a Esquerda

Todo o império mercantilista construído durante a última década sofre severa pressão com o começo da recessão nos EUA, nos anos 2000-2001. A crise da economia dos EUA tem um profundo impacto nas economias exportadoras da América Latina e da Ásia. À medida em que continua a crise nos EUA, há uma violenta redução das importações e dos fluxos de capital para o exterior, diminuindo a capacidade dessas economias de pagar suas dívidas e as importações essenciais. Devido à devastação dos mercados internos pela integração dos países aos mercados euro-estadunidense, a crise dos EUA se estende e se aprofunda no Terceiro Mundo, provocando um declínio ainda maior de suas economias. Precisamente os países mais dependentes da estratégia de exportações são os mais seriamente afetados. Uma recessão prolongada no Norte levará, inevitavelmente, ao colapso as economias exportadoras, e colocará na ordem do dia a necessidade de reconstruir o mercado interno e reorientar os investimentos e o comércio, o que somente poderá ocorrer se houver uma profunda transformação das classes dirigentes e do estado.

No momento, é importante notar que a recessão nos EUA aumentará as tendências mercantilistas neste país: a crise aumentará e acelerará as pressões protecionistas no centro imperial, ao mesmo tempo em que a diminuição dos lucros aguçará a voracidade do capital multinacional por apoderar-se de novas empresas lucrativas na América Latina.

As rivalidades entre capitalistas dentro do império se intensificaram: o complexo militar-industrial, que busca aumentar os gastos militares, está em conflito com o resto da classe dirigente, que busca amplas reduções de impostos e um orçamento reduzido. Os investimentos dos EUA na China, que totalizam mais de 40 bilhões de dólares, estão em conflito com o complexo militar-industrial e a ultra direita, que busca um confronto militar.

A concorrência e as fusões com o capital europeu e japonês se intensificaram: enquanto Washington estendeu a OTAN até as fronteiras da Rússia, e está preparando um novo sistema de mísseis, violando acordos internacionais, a União Européia assinou novos acordos econômicos com a Rússia e se opôs ao acordo dos mísseis.

A posição “unilateralista” de Washington sobre o Acordo de Kyoto para redução de gases tóxicos os isolou da Europa, afastou influentes grupos internos, e levou a que os EUA tenham sido retirados de duas importantes comissões nas Nações Unidas.

O apoio de Washington ao grupo terrorista albanês, o ELK, ameaça desestabilizar seus vizinhos subalternos nas repúblicas da Macedônia, Sérvia e Montenegro – afetando a consolidação do poder imperial nos Balcãs.

Igualmente, enquanto as multinacionais estadunidenses garantem lucrativos contratos de muitos bilhões de dólares para explorar o gás da Arábia Saudita, o regime terrorista de Ariel Sharon em Israel, apoiado pelos EUA, aumenta as tensões em todo o Oriente Árabe. Nos países do Golfo e no Norte da África, o Império sofreu uma série de contratemplos, que rompem o monopólio de sua influência. O Iraque foi reincorporado à Liga Árabe, à OPEC e rompeu o embargo por ar e por mar. O Irã assinou acordos sobre petróleo, entre outros, com potências não somente européias. A Líbia reforçou laços econômicos com a Itália e outros países europeus.

Estas “rachaduras” no Império, ou na Nova Ordem Mundial, se aprofundarão na medida em que aumenta a concorrência e se aprofunda a crise econômica, obrigando os setores políticos imperialistas a adaptarem-se aos novos alinhamentos de poder ou a empenhar-se em novas e arriscadas aventuras militares.

Na América Latina, os principais aliados de Washington, o presidente Fox, do México e Domingo Cavallo, o Ministro da Economia da Argentina, precisam de maiorias políticas para impulsionar a ALCA. Cavallo recebeu somente 10% dos votos antes de ser no-

meado ministro, e depende de uma coalisão instável de partidos no Congresso. Fox, enfrentando uma crise econômica maior, provocada pela total dependência do mercado estadunidense, vai se dar mal tentando convencer os mexicanos a aprofundar sua dependência enquanto o emprego se reduz, os impostos aumentam e a renda despenca.

O Brasil, o país mais importante para um acordo potencial sobre a ALCA, também caminha para a crise, e o ceticismo domina os principais setores capitalistas de São Paulo quanto à entrada em uma relação comercial mercantilista na qual suas exportações se limitam e se abrem seus mercados internos. Além disso, o crescimento do Partido dos Trabalhadores, social-democrata, nas principais cidades, e a decadência precipitada do regime de Cardoso, dão pouco apoio para um acordo sobre a ALCA, apesar do poderoso respaldo do setor financeiro. O crescimento do MST no Brasil, das FARC na Colômbia, e a proliferação de movimentos de massas na Bolívia, Paraguai e Equador, capazes de enfrentar o poder estatal, põem em dúvida a imposição de um acordo sobre a ALCA.

Conclusão

Se Clinton estendeu o Império além da capacidade dos EUA de explorar lucrativamente os principais mercados, a política de Bush, de projetar a “Fortaleza América” mediante decretos unilaterais, afastou seus aliados, radicalizou os opositores, e isolou em muitos aspectos os EUA. A recessão interna e a estratégia da “Fortaleza América” ocorrem em função de um conceito de império mercantilista do qual a força e a violência – como no Plano Colômbia, na Iniciativa Andina, e nos novos programas militares – e o monopólio econômico (como a ALCA), são partes integrantes.

A definição mercantilista-militar da realidade imperial e o estilo unilateral e de confronto para implementá-la aumentam as divisões entre capitalistas, fortalecem novas tendências anti-imperialistas na

China, Rússia, Vietnã e Cuba, e também estimulam novos alinhamentos internacionais: constituem exemplos os laços comerciais europeu-russos, os pactos de defesa russo-chineses, os acordos militares russo-venezuelanos. A Administração Bush mudou de posição, passando da intervenção indiscriminada de Clinton, a priorizar os países do Golfo, a América Latina e o Leste da Ásia. Nestas duas últimas regiões, a recessão nos EUA está afetando o modelo econômico neoliberal e gerando descontentamento generalizado. O que é mais importante, o colapso do modelo e a tentativa dos EUA de impor a política neo-mercantilista da ALCA na América Latina, está fortalecendo a credibilidade das análises revolucionárias anti-imperialistas e a prática da mobilização de massas das forças rurais e urbanas contra os partidos eleitoreiros e os regimes clientelistas neoliberais.

Fonte: *ALCA: Integração Soberana ou Subordinada?*
(São Paulo, Expressão Popular, 2001)

5 – ALCA: PROJETO PARA RECOLONIZAR A AMÉRICA LATINA

Oswaldo Martinez - Presidente da Ordem dos Economistas de Cuba

Depois dos atentados terroristas de 11 de setembro e da guerra absurda que pretende combater o terrorismo com doses ainda maiores de terror, a ALCA vem adquirindo uma nova atribuição. Seus apologistas apregoam que frente à ameaça terrorista, agora mais do que nunca, se deve aprovar a ALCA o mais rápido possível, o que nos leva a pensar que muito mais do que um Acordo de Livre Comércio, a ALCA é também um instrumento contra o terrorismo. Desse modo, estar contra a ALCA implica não só receber o qualificativo pejorativo de globalifóbico, aplicado a todos aqueles que se opõem às atrocidades do neoliberalismo, mas que também se corre o risco de ser acusado de simpatizar com o terrorismo.

Bem sabemos que a ALCA é um projeto estratégico de recolonização e absorção da América Latina e do Caribe. Embora apresente-se sob a aparência inocente e técnica de um Acordo de Livre Comércio, é muito mais do que isso. Prova disso é que o governo dos Estados Unidos demonstra tanta pressa para sua implementação, a tal ponto que um dos poucos temas que – além da guerra – tem merecido o interesse do Congresso depois do 11 de

setembro, tem sido o *fast-track*, que já foi aprovado pelo Comitê de Meios e Árbitros da Câmara de Representantes.

Quais as razões para a ALCA e por que a prensa norte-americana?

As razões não são as opções latino-americanas ou as vantagens da integração, mas sim a voracidade estratégica de domínio norte-americano sobre a região, na disputa com outros centros de poder econômico, e as debilidades que quase todos os governos e elites latino-americanas têm promovido com sua fidelidade ao pensamento único.

A prensa se explica porque está desabando sobre suas cabeças a crise econômica de maior potencial destrutivo desde o pós-guerra e a América Latina serviria de amortecedor para ela, possibilitando um certo alívio comercial. Isso, graças à circulação preferente do capital transnacional norte-americano, aproveitando a força de trabalho muitas vezes mais barata que nos Estados Unidos e as condições excepcionais para o investimento proporcionado por governos submissos e que teriam amarrado as próprias mãos, ao assinar um pacto colonial nos inícios do século 21.

A prensa se deve também, e já não se pode esconder, à crise econômica, social e política do modelo criado nas duas últimas décadas sob a bitola ideológica do Consenso de Washington. Têm que “preservar a estabilidade” frente ao crescimento explosivo da pobreza; frente às pesquisas de opinião que revelam a insatisfação e inclusive a revolta contra as eufóricas privatizações de anos anteriores; diante da apatia pela “política”, entendida como direito a votar para que tudo continue igual; diante da corrupção transformada em sistema de governo e diante do colapso de governos e economias.

Tem mudado o clima em relação ao momento em que a ALCA foi lançada como projeto pelo governo dos Estados Unidos. Não

são estes os tempos de complacência da Cúpula de Miami, e inclusive são bem diferentes aos da Cúpula de Québec, embora neste último já se fez sentir como um novo e vital fator, a resistência de muitos dos que aqui estão presentes.

A ALCA surgiu no clima de triunfalismo de inícios da década de 90, quando a superpotência norte-americana parecia onipotente frente às frágeis, desarticuladas e endividadas economias latino-americanas. Porém, a década começou e continua transcorrendo com a mescla contraditória do triunfalismo verbal e de sucessivas crises econômicas em países desenvolvidos e subdesenvolvidos que indicam uma tendência para desordens maiores e mais profundas.

A década começou com a crise no setor imobiliário do Japão, se estendeu ao sistema bancário e infligiu um golpe na segunda economia do mundo. Passados mais de 10 anos ainda não se recuperaram e além disso estilhaçou a imagem do “milagre econômico japonês”. Em seguida veio a crise mexicana, o efeito tequila, em dezembro de 1994; a crise dos tigres asiáticos em julho de 1997; a crise russa em agosto de 1998; a crise brasileira em janeiro de 1999; e o episódio mais recente da crise Argentina.

Agora, no entanto, a situação é mais grave do que em todas as crises anteriores. Estamos diante de uma recessão global e nunca no pós-guerra havia coincidido uma recessão desta magnitude nos três grandes centros de poder econômico.

A crise não foi desencadeada pelos atentados terroristas do 11 de setembro. Há muito tempo já estava incubada nas entranhas do capitalismo globalizado. Os acontecimentos do 11 de setembro aceleraram-na, mas não foram a sua causa.

Na crise atual, além da quebra de Nasdaq e outras perdas na bolsa, devemos considerar os indicadores da economia real que medem sua “pressão arterial” e mostram a gravidade dos acontecimentos, e o quanto feriu e o quanto mais que poderá ferir o sistema.

O comércio mundial cresceu 12% em 2000. Neste ano espera-se 2% como melhor resultado, e poderá ser 0%. Este ano, pela primeira vez em sua história de quase três décadas, registrou-se queda na venda de computadores.

Os investimentos estrangeiros diretos alcançaram no ano 2000 a marca absoluta em sua história ao totalizar 1.3 bilhões de dólares. Neste ano estima-se que só alcancem a metade, no que seria a maior queda em 30 anos.

Nos Estados Unidos caem o PIB, a produção industrial, os investimentos, a confiança do consumidor, as vendas, os lucros das empresas e a Bolsa. Aumenta o desemprego, o déficit externo e o pânico. A Bolsa hiper-inflacionada cambaleia diante de novas notícias de lucros empresariais em queda. Vai se desfazendo a névoa financeira e ameaça derrubar um sistema bancário-creditício sumamente vulnerável por haver outorgado créditos aceitando como aval os rendimentos inflacionados de ações e outros títulos de valor quando a especulação está desenfreada e quando o consumismo assentado na poupança negativa e em uma cadeia de dívidas alimentava a locomotiva que aparentemente ninguém poderia deter.

Dez reduções da taxa de juros no ano 2001. Dessas, três depois do 11 de setembro não foram capazes nem de evitar e nem tirar da recessão a economia dos Estados Unidos.

A taxa de juros se encontra virtualmente no piso e parece haver margem para maiores quedas.

Agora também o governo norte-americano – campeão do discurso neoliberal para consumo de outros – recorre ao estímulo keynesiano pela via do gasto público, aos subsídios às empresas aéreas e ao gasto militar como velho recurso para estimular a economia. Mas é evidente que para alcançar o montante necessário que aspire a ser efetivo, necessitam de um rival de maior envergadura do que o Afeganistão.

Por outro lado, o gasto militar tem funcionado em circunstân-

cias de “guerra fria” frente a outra potência militar ou em guerras longínquas em que o território norte-americano não foi tocado. Até então as catástrofes dos outros podiam ser vistas na televisão e desaparecer apenas mudando de canal. Agora, com certeza, o pânico e a sensação de vulnerabilidade da população norte-americana influem em toda sua vida social e também na economia.

O presente e o futuro já não se apresentam como uma escalada incessante de consumo e isso não poderá ser revertido apenas baixando a taxa de juros e dando incentivos fiscais.

Os Estados Unidos, agora, não podem se apoiar na Europa ou Japão, igualmente em recessão. O consumo, que foi o motor dos recentes anos dourados está ferido pelo pânico e pela insegurança, enquanto o super-endividamento, a excessiva especulação financeira e a queda dos lucros das empresas apontam para uma crise duradoura e, provavelmente, mais duradoura do que a operação de bombardear civis indefesos sob o nome de “liberdade duradoura”.

Que significa para a economia em crise dos Estados Unidos a pressa em por a ALCA em funcionamento?

Trata-se de aproveitar o espaço regional já transformado pela ALCA em território exclusivo do capital norte-americano – eliminados os capitais europeus e asiáticos e os empresários nacionais atuando como meros administradores de filiais – para explorar força de trabalho barata, combater a tendência à queda dos lucros empresariais, apoderar-se do que resta por privatizar e empurrar sobre mercados desprotegidos mercadorias e serviços que destruiriam o pouco que resta dos tecidos e cadeias produtivas e dos frágeis sistemas de serviços na região.

O discurso tantas vezes utilizado como canto da sereia, acerca das oportunidades de acesso ao mercado norte-americano, seria de agora em diante mais ilusório do que nunca, pois a forte redução das importações, que já está acontecendo nos Estados Unidos, de-

vido ao esfriamento de sua demanda interna é um importante propagador global da crise e prognostica um protecionismo não só encoberto e seletivo como o atual, senão mais agressivo e explícito.

Na vida cotidiana dos latino-americanos e caribenhos isso significa maior pobreza para amortecer a crise na maior economia do planeta.

Os entusiastas da ALCA justificam o pacto colonial com variados e pitorescos argumentos. Alguns afirmam que participar no ALCA seria adquirir o “espírito empreendedor” que falta aos latino-americanos. Outros dizem que os mercados internos não são suficientes para nos desenvolver e que devemos ter disposição para ingressar no maior mercado do mundo. Omitem que nossos mercados não são pequenos por si mesmos, mas sim pela pobreza e pela mais desigual distribuição de rendas no mundo, e é preciso explicar-lhes como ingressar ao maior mercado do mundo do qual estamos separados pelo sistema de subsídios maior e mais sofisticado do mundo e diferenças de produtividade que nas condições de pureza neoliberal de mercado, longe de desaparecer se aprofundam e geram um intercâmbio desigual e arrasador para as economias mais frágeis.

Outros entusiastas da ALCA, como uma funcionária de um posto ministerial de nossa região, nos dão explicações tão curiosas e reveladoras como esta que cito, integralmente, a seguir: “Disso se deduz que com a ALCA será gerada, sem dúvida, maior riqueza. E esta maior riqueza poderia potencialmente ser gerada em toda região. Agora, os países menos desenvolvidos serão beneficiados? As vantagens da integração foram ilustradas por Adam Smith séculos atrás, quando demonstrou que a integração de duas economias mesmo com diferentes níveis de desenvolvimento e competitividade é benéfica para ambas nações, como resultado da especialização. Por exemplo, presume-se que os Estados Unidos sejam mais competitivos em todos os setores produtivos que os demais países da ALCA. Significa então que Estados Unidos arrasará com os países

desenvolvidos da região? A resposta é não. Shaquille O’Neal, a estrela do basquete americano, de 2,14 metros de altura, seguramente é mais eficiente para trocar lâmpadas do que qualquer um dos seus vizinhos. Contudo, o livre mercado, a integração comercial dizem que se pode gerar maior riqueza e maior bem estar se Shaquille O’Neal dedicar-se a gerar milhões de dólares jogando basquete e contratar um mexicano ou colombiano ou dominicano sem emprego para que troque suas lâmpadas; não importando que a tarefa do mexicano seja carregar uma escada”.

Deixando de lado o erro grosseiro de ignorar séculos de História Econômica que demonstram o contrário dessa tese hilária e falsa de que todos ganham no intercâmbio, é impossível não observar que a geração de milhões de dólares na atividade mais glamurosa fica para os Estados Unidos, enquanto os latino-americanos sem emprego devem se resignar a trocar lâmpadas e carregar escadas.

A realidade é que a ALCA poderia ser escrita em forma de equação, ou seja, $ALCA = TLC + AMI = OMC = WC$, em que WC é Consenso de Washington (*Washington Consensus*).

É um projeto que se torna possível pela essencial coincidência neoliberal entre dominador e dominados, depois de duas décadas de prática bastante generalizada e dogmática dessa política na região, e que tem criado condições favoráveis na estrutura econômica e na estrutura mental para propor a ALCA como uma culminação da subordinação, como a aceitação racionalizada e mais ainda, resignada da anexação aos Estados Unidos mediante um pacto colonial, embora este se processe em computadores e se publique na internet. Essa estrutura mental dos dominados aceitou se dispor à integração entre o tubarão e as sardinhas, mas além disso, desarmando as sardinhas.

Assim ocorreu com dois princípios relacionados com a forma de conceber a integração da região e a eventual integração com economias mais fortes e desenvolvidas.

As oligarquias aceitaram mudar o modo de integração regional que – não sendo perfeito nem ideal – concebia esta como a criação de um espaço com preferências para os agentes econômicos regionais e que pretendia ampliar os mercados internos nacionais e alcançar um mercado regional ampliado. Era necessário proteger a ambos dos capitais externos, com o qual não faziam mais que seguir a experiência histórica de todos os países que alcançaram o desenvolvimento mediante a correção do mercado e não mediante a postura positiva diante dele.

Assumiram com pureza doutrinária o discurso do livre comércio e diluíram a criação do mercado regional ampliado, que podia ser protegido com inteligência, em vã ilusão de “inserir-se nos fluxos internacionais de comércio”, que nada mais é do que uma abertura comercial apressada e unilateral que serviu para arruinar setores industriais nacionais e para satisfazer o consumo imitativo das pequenas minorias que têm poder de compra na região. O ALCA é a mesma coisa em maior proporção.

Sabemos também que a inserção nos fluxos internacionais de capital não foram além de uma abertura financeira também apressada e suicida que serviu para o ingresso de capitais especulativos de alto poder desestabilizador, para desarmar os países com a liberalização da conta de capital, para leiloar empresas públicas, para continuar alimentando o círculo viciosos da dívida externa e para iniciar um processo de dolarização impulsionado pela sujeição e pelo desespero.

Outro princípio é o tratamento preferencial aos países de menor desenvolvimento. Este princípio é vital em se tratando – como no caso da ALCA – de integrar economias com grandes diferenças nos níveis de desenvolvimento.

O tratamento preferencial no campo comercial, no financeiro, no tecnológico aplicado por longo período é a única forma sensata de conceber as relações de integração entre economias tão diferentes como as que a ALCA pretende agrupar.

Contudo, nos textos conhecidos da ALCA – concebidos para desinformar mais do que para informar – é possível entender que continuando a filosofia do TLC, do AMI e da OMC o tratamento preferencial aos países de menor desenvolvimento ficou limitado a conceder prazos maiores aos mais pobres para que façam o mesmo que os mais ricos. A reciprocidade é o princípio diretor da ALCA. Ela consiste em legitimar a desigualdade com a folha da parreira da igualdade formal.

A ALCA tem a capacidade de beneficiar muito poucos e prejudicar muitos. Por isso sua instauração teria de se apoiar na ignorância de seu significado, na confusão e na ocultação da verdade. Por isso também sua derrota tem se apoiar, antes de tudo, na explicação e divulgação de sua natureza hegemônica e anti-popular.

Para os 224 milhões de pobres e 90 milhões de indigentes latino-americanos e caribenhos a ALCA significa, em doses maiores, a mesma política que os empobreceu.

Para os trabalhadores da região, que estatísticas oficiais de duvidosas exatidões revelam 9% de desemprego médio, a ALCA significa mais desemprego, desproteção e precarização do trabalho.

Para os camponeses, ALCA significa a irrupção em grande escala do *agrobusiness* norte-americano e o ingresso de produtos agrícolas desse país em condições prejudiciais de competição. É a falência dos produtores nacionais de alimentos, a dependência de importação e a ruptura das formas tradicionais de trabalho e comercialização agrícolas. Para os povos indígenas é a submissão ao mercado de suas formas de organização e também de suas culturas.

Para as mulheres, a ALCA significa exclusão por ser mulheres, discriminação e maior exploração no trabalho e redução de seu valor social ao simples valor de mercado.

Para os jovens o ALCA significa o desemprego ainda maior e educação privada inacessível para os que não podem pagar.

Para toda a população que necessita dos serviços de saúde, a ALCA significa serviços guiados pela lógica do mercado nos quais são atendidos os que podem pagar.

Inclusive para os empresários vinculados aos mercados internos – por mais que sua docilidade tenha sido quase sempre absoluta – e que ainda não foram devorados pelos circuitos transnacionais, a ALCA significa a concorrência danosa.

Para os trabalhadores norte-americanos e canadenses a ALCA significa – como foi demonstrado pelo TLC – a perda de empregos.

Para todos os que respiram o ar, os que são afetados pelas chuvas ou pela seca, os que dependem do mar e dos rios, os que não podem subsistir sem água potável, a ALCA significa o lucro do mercado submetendo o meio ambiente à depredação e o estímulo à louca corrida para a catástrofe ambiental.

Por outro lado, a ALCA é o melhor dos negócios para um punhado de transnacionais, especuladores, redes mafiosas e seus empregados nas oligarquias da região.

Este projeto assombra pela densa concentração das piores propostas para América Latina e Caribe.

No comércio, defende a velha posição defendida na OMC de exigir dos latino-americanos a queda de barreiras alfandegárias e a total abertura e transparência de mercados, enquanto Estados Unidos mantêm intacto seus sistemas de subsídios, suas barreiras alfandegárias e suas medidas *anti-dumping*.

No investimento de capital – prato forte da ALCA – pretende-se adotar uma definição de investimento tão ampla, em que virtualmente qualquer ação do capital norte-americano fique incluída dentro da trama de proteção e privilégio que se estabelecerá.

É o capital que impõe aos Estados uma lista dos chamados “requisitos de desempenho”, mediante os quais o Estado não só o renuncia a regular a atuação do capital norte-americano, mas que aceita se regulado por ele. Nenhum governo poderia decidir sequer

que o capital empregue alguma porcentagem de matérias primas nacionais ou exporte alguma porção do produzido no país.

Qualquer ação de um governo – até uma regulamentação ambiental – que seja apontada por uma empresa norte-americana como causadora da diminuição de seu lucro esperado pode ser incluída entre as chamadas “medida de efeito equivalente a uma nacionalização” e provocar o surpreendente princípio jurídico da relação empresa – Estado, pela qual o Estado abdica de sua soberania ao aceitar ser processado pela empresa e que o processo seja julgado por um tribunal internacional fora da jurisdição das leis nacionais do Estado demandado.

As leis nacionais que se supõe sejam a expressão de interesses sociais decididos democraticamente, são burladas de maneira antidemocrática pela relação empresa-Estado e o mecanismo de solução de controvérsias, que no direito internacional se baseia em acordos entre estados, nesse caso pretende-se mudar sua natureza substituindo-os por acordos preferenciais para as corporações.

No TLC existe já uma lista de demandas e condenações impostas aos governos do México e do Canadá.

Na propriedade intelectual os Estados Unidos pretendem, do mesmo modo que na OMC, mas tentando avançar mais ainda, utilizar sua avassaladora superioridade nas patentes para bloquear o desenvolvimento médico-farmacêutico, manter o monopólio comercial sobre os resultados do conhecimento inclusive nos tratamentos contra a AIDS e entrar a saquear os recursos de biodiversidade e conhecimentos tradicionais da região.

Com relação à política de concorrência, os Estados Unidos pretendem que os governos não só renunciem a regular o mercado, mas que coloquem amarras em si mesmos estabelecendo uma chamada “agência autônoma” que não teria outra função além “zelar para que nenhum monopólio oficial possa distorcer o livre funcionamento do mercado”.

No que se refere às compras do setor público, os Estados Unidos querem que nenhum governo prefira fazer suas compras em empresas nacionais, e propõem que estas sejam feitas em empresas que tenham maior experiência e volume de negócios, o que equivale a indicar as empresas norte-americanas.

Isto não é tudo. Teremos oportunidade durante estes dias de trabalho para escutar e debater sobre outros diferentes conteúdos e significados da ALCA que permitem ratificar seu caráter de projeto para a anexação.

Dizer não a ALCA é o mais urgente e requer um esforço formidável para explicar aos povos, em todos os níveis, o verdadeiro significado deste projeto estranho. Que esta ampla campanha de conscientização conduza a que a ALCA – que nem sequer foi debatida por algum parlamento latino-americano –, seja submetida a uma consulta popular com capacidade para decidir sobre a incorporação ou rejeição de cada país, seria já uma vitória dos que acreditam que outra América é possível.

Elaborar entre todos uma alternativa a ALCA que não só elabore um modelo de integração da região latino-americana e caribenha consigo mesma, mas que articule uma alternativa ao modelo neoliberal reacionário e excludente é a grande tarefa construtiva, criativa para todos os participantes neste encontro e para os demais que não puderam estar presentes.

Derrotar a ALCA e criar simultaneamente a alternativa popular, solidária, antiimperialista ao modelo neoliberal é o grande desafio que encaramos.

Em maio de 1891, um gênio intelectual e político de apenas 38 anos, chamado José Martí, que viveu longos anos nos Estados Unidos e dominava com maestria a língua inglesa, e expressaria pouco antes de morrer em combate, que tudo o que fez e ainda faria tinha como objetivo impedir a tempo, com a independência de Cuba, que os Estados Unidos se estendesse pelas Antilhas e caísse com

essa força mais sobre o que sempre chamou nossa América, escreveu suas impressões acerca de um projeto norte-americano similar em seus desígnios a ALCA de nossos dias.

Tratava-se da Conferência Monetária das Repúblicas da América que pretendeu criar uma união monetária entre os países participantes.

O que Martí escreveu, há mais de um século rejeitando aquele projeto imperialista tem inteira aplicação nesta hora de luta contra a ALCA:

“Quando um povo é convidado à união por outro, poderia fazê-lo com pressa o estadista ignorante e deslumbrado; poderá celebrá-lo sem julgamento, a juventude prendada de belas idéias; poderá recebê-lo como um benefício, o político venal ou demente, e glorificá-la com palavras servis; porém aquele que sente em seu coração a angústia da pátria, o que vigia e prevê, há de inquirir e há de dizer que elementos compõem o caráter do povo que convida e do convidado, e se estão predispostos à obra comum por antecedentes e hábitos comuns, e se é provável ou não que os elementos temíveis do povo que convida se desenvolvam na união que pretende, com risco para o convidado; há de inquirir quais são as forças políticas do país que convida, e o interesse de seus partidos, e os interesses de seus homens, no momento do convite. E aquele que decidir sem investigar, ou deseje a união sem conhecer, ou a recomende por mera frase e deslumbramento, ou a defenda pela pequenez da alma aldeã, fará mal a América.”

Havana, Novembro de 2001

6 – OS OBJETIVOS DA FORMAÇÃO DA ALCA PARA O CAPITAL AMERICANO

Análise crítica de organizações políticas mexicanas

O projeto da ALCA é um produto histórico. Nos anos 90, os Estados Unidos caíram para o 7º lugar em renda *per capita* e nível médio de vida; a tecnologia de ponta, em diversos setores, já não era gerada naquele país. O governo americano assumiu então a necessidade de impulsionar a formação de um megabloco sob seu domínio. O NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte, entre Estados Unidos, Canadá e México – foi um grande avanço nesse sentido. A primeira Cúpula das Américas, realizada em dezembro de 1994 em Miami, foi o passo seguinte. Nela – com exceção de Cuba, pelo suposto princípio de só incluir as “democracias” do continente e da zona do Caribe – os chefes de Estado e do Governo de 34 países concordaram em estabelecer a Área de Livre Comércio das Américas, com a qual se eliminariam progressivamente as barreiras ao comércio e aos investimentos de capitais dentro desse megabloco hemisférico.

O processo de construção da ALCA tem sido levado a cabo no estilo habitual dos governantes burgueses: guardando as devidas formas protocolares para os meios de comunicação e a opinião pú-

blica, mas reservando-se o conteúdo para suas negociações clandestinas. Até agora, as principais etapas estão marcadas pelos seguintes fatos. Desde finais dos anos 80, os estrategistas norte-americanos e os grupos de poder econômico e político conduziram o governo daquele país, encabeçado por George Bush pai, a estabelecer, em 1991, a nova estratégia do império. No “período Clinton”, apesar de ser ele representante não de um governo republicano, mas democrata – o que mostra que os interesses do império e da plutocracia estão acima da luta pelo poder entre os dois partidos – levou-se três anos para montar o cenário e “convencer” a tecnocracia neoliberal governante em nossos países dos “benefícios” da iniciativa. O processo de construção da ALCA começou formalmente em 1994 e o objetivo é concluir as negociações o mais tardar em janeiro de 2005 para que entre em vigor em dezembro do mesmo ano.

Inicialmente houve uma “fase preparatória”, na qual se realizaram quatro reuniões ministeriais: Denver (junho de 1995), Cartagena (março de 1996), Belo Horizonte (maio de 1997) e San José (março de 1998). Nesta última, “os ministros recomendaram aos chefes de Estado e de Governo o início das negociações e estabeleceram a estrutura assim como os princípios e objetivos gerais para guiá-las”. Talvez seja necessário reconhecer que esses governantes, com base na “Declaração de San José”, acordaram que “as decisões se tomariam por consenso”, que “estarão regidas pelo princípio de transparência” e que “se prestará particular atenção às necessidades das economias menores”.

No entanto, perguntamos: por consenso de quem? Quando se submeteu à consulta da cidadania dos povos latino-americanos e caribenhos o princípio de acordo da ALCA e os acordos posteriores relativos aos temas da Agenda? Quando a transparência caracterizou os rufanismos de políticos, grandes empresários e especuladores financeiros na hora de determinar as políticas públicas e os projetos de negócios? E, de que forma se pensa “prestar particular atenção às

economias menores”, quando elas estão caracterizadas por diferenças abismais, atrasos e desvantagens diante das nações mais desenvolvidas como Estados Unidos e Canadá e mesmo em relação ao Brasil, México, Argentina e Chile?

Mais recentemente, na 5ª Reunião Ministerial de Toronto, Canadá (novembro de 1999), deu-se início formalmente às negociações e se acordou em pedir aos grupos de trabalho a elaboração de um esboço de conteúdo central do projeto. Os grupos correspondem aos eixos substantivos da Agenda, na seguinte ordem: 1º) acesso a mercados; 2º) agricultura; 3º) compras do setor público; 4º) investimentos; 5º) política de concorrência; 6º) propriedade intelectual; 7º) serviços; 8º) resolução de divergências; e, 9º) subsídios, *anti-dumping* e direitos compensatórios. A estes grupos se acrescentou a constituição de outras quatro instâncias complementares: a) o grupo consultivo sobre pequenas economias; b) comitê conjunto de especialistas dos setores público e privado sobre comércio eletrônico; c) comitê de representantes governamentais sobre a participação da sociedade civil; e, d) comitê técnico de assuntos institucionais.

O referido documento foi apresentado e aprovado na 6ª Reunião Ministerial de Buenos Aires, Argentina (7 de abril de 2001), na qual se concordou levá-lo para resolução final na 3ª Cúpula das Américas, realizada duas semanas depois em Quebec, no Canadá. Na referida reunião ministerial estabeleceu-se o caráter de “compromisso único” dos acordos e que as negociações deveriam se concluir, em janeiro de 2005, para sua implementação onze meses depois. Em Quebec se deu, pois, a aprovação final para a constituição do bloco hemisférico de livre comércio, a ALCA, sob a hegemonia dos Estados Unidos e orientado essencialmente a satisfazer seus interesses estratégicos. Assim, foi imposto oficialmente o que os especialistas chamam “a visão fundamentalista da globalização”, que se rege pelo critério de que atualmente “as principais decisões não são adotadas pelas sociedades e seus Estados, mas pelos agentes

transnacionais”. Do que se depreende as seguintes considerações:

1ª – A plutocracia norte-americana continua praticando a dubiedade moral que sempre a caracterizou: por um lado subscreve o princípio e a exigência da democracia nos acordos da Cúpula das Américas e, por outro, prossegue suas práticas intervencionistas nos assuntos dos outros Estados do hemisfério, como mostra o prolongado bloqueio econômico a Cuba e seu propósito de complementá-lo com o caráter de extraterritorialidade da Lei Helms-Burton; da mesma forma, com sua ingerência aberta ou velada nos processos de alternância no poder (Colômbia, Bolívia, Equador, Peru, os países da América Central, com exceção da Costa Rica, e muitos outros) e na pressão para designar ministros da fazenda formados em sua ideologia, absolutamente comprometidos com seus interesses (México, Argentina, Brasil, Chile etc.). E essa dubiedade moral hoje se observa na recusa do governo norte-americano em assinar o Protocolo de Kyoto, cujo objetivo é reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera.

2ª – A ALCA representa a adaptação pragmática da “Doutrina Monroe” (1823) aos novos tempos. Responde ao propósito dos Estados Unidos de atualizar-se em relação ao processo dual de reestruturação capitalista internacional das duas últimas décadas: a mundialização e a constituição paralela dos grandes blocos econômicos regionais. Na geopolítica do império obsoleto, a ALCA está prevista como o mecanismo para relançá-lo na disputa pela hegemonia mundial. Para isso, o passo obrigatório consiste em reciclar seu domínio e exploração sobre os países da América Latina e do Caribe.

3ª – Com a ALCA, os magnatas da indústria, das finanças e do comércio norte-americanos pretendem levar a cabo a exploração-depredação de nossos recursos e da força de trabalho, com o argumento de querer implementar o desenvolvimento e a competitividade das economias do hemisfério no contexto da nova con-

frontação entre blocos econômicos. Os propósitos simples e planos, embora não declarados diante dos povos da região, têm sido desde o princípio a ampliação do seu mercado no exterior e a integração sem travas das nações latino-americanas e caribenhas a um circuito único para o livre fluxo de seus capitais e investimentos. Ou seja, o velho expediente de querer “trocar contas de vidro e espelhos por ouro”, essa perversa e velha história que representou três séculos de saque, exploração e morte para os povos do continente.

4^a – A ALCA é essencialmente a extensão do NAFTA a todo o continente. Desde que esse tratado entrou em vigor, por meio da abertura comercial, a privatização e a desregulamentação, favoreceu o setor exportador do México em troca da ruptura e desaparecimento de inúmeras cadeias produtivas, da entrega de seu setor bancário e financeiro aos investimentos estrangeiros, do colapso do campo e do aumento da população em condições de pobreza e miséria até atingir a cifra de 60 milhões de mexicanos. Paralelamente, ocorreu uma grave deterioração das condições de vida dos trabalhadores, com as seguintes conseqüências: a) a poluição na região norte onde se instalaram indústrias montadoras, provocando a proliferação de doenças virais como a hepatite e os nascimentos com malformações congênitas; b) a grave degradação dos direitos trabalhistas básicos e dos salários dos trabalhadores nas empresas montadoras, com jornadas de mais de doze horas, de condições insalubres de trabalho e o aumento desmedido do trabalho infantil, quando ao qual se acrescenta o desamparo legal; e, c) o notável aumento dos índices de delinqüência, da violência e da decomposição social nas zonas onde se instalaram as indústrias montadoras e em muitas outras regiões do país pela falta de suficientes opções dignas de vida.

5^a – A forma de integração econômica imposta pela ALCA não vem acompanhada de um processo político que gere as instituições

necessárias para a distribuição do poder; quer dizer, não considera os mecanismos e procedimentos para a tomada de decisões de caráter multilateral que incluam de uma maneira essencial a participação ativa dos povos do hemisfério. Este elemento é fundamental porque de outro modo, tal como se está levando a cabo o processo de “integração comercial” da ALCA, só pode gerar o esmagamento das economias nacionais menores e desenvolvimento das mais poderosas. Neste sentido, notamos que o processo em curso da ALCA carece de uma proposta real de disposições para superar as enormes desigualdades sociais que há entre os diversos países da região e, sobretudo, entre estes e os Estados Unidos e Canadá. Fora de declarações, talvez bem intencionadas, nada há de concreto com respeito a políticas compensatórias e subsidiárias no âmbito social tal como sempre tem ocorrido no processo de integração da Europa.

6ª – A pauta de negociações da ALCA em lugar de prever medidas para equacionar e apresentar soluções à problemática dos trabalhadores migrantes, pretende conter os fluxos migratórios para os Estados Unidos. Sustentamos categoricamente que nesse sentido colocou-se em operação dois instrumentos da estratégia norte-americana para a integração hemisférica. Com efeito, a ALCA conta com dois “cavalos de Tróia”: o Plano Puebla-Panamá (PPP) e o Plano Colômbia, por meio dos quais já está implementando seus objetivos, passando por cima de três princípios estabelecidos nas negociações: 1 – que o processo de negociação seria absolutamente transparente; 2 – que todos os países participariam da formulação dos acordos e projetos; e, 3 – que as decisões seriam tomadas, igualmente, com o consenso de todos. O que temos constatado é o firme avanço dessa estratégia sem esperar a conclusão das negociações da ALCA.

7ª – O PPP é uma estratégia desenhada por Washington e imposta aos governos da América Central e México, que formalmente se coloca como uma proposta de desenvolvimento econômico e

social incluyente, mas que no fundo busca impulsar grandes projetos de interesse para os capitais estrangeiros como base da integração comercial da América Central no processo de globalização neoliberal. O principal “benefício” que teria para a população dessa região é a venda de mão-de-obra não qualificada a baixo custo. Os referidos governos não se preocuparam em informar e convocar uma consulta com a participação ativa da sociedade civil. Apesar disso, os presidentes desses países se reuniram em San Salvador em 15 de junho de 2001 para assinar o protocolo do PPP.

8ª – O Plano Colômbia é um projeto neoliberal que combina intervencionismo político, econômico e militar, mas que se apresenta como um plano humanitário para defender a democracia e salvar o mundo da ameaça do narcotráfico. Sem dúvida, devemos qualificá-lo como a mais integral e genuína manifestação do capitalismo contemporâneo. Os grupos de poder econômico e político dos Estados Unidos e Colômbia apostam na derrota política e militar do movimento revolucionário, porque é o único processo em que a pauta de negociações contempla a transformação do estado e da sociedade colombiana. Deseja-se derrotar o movimento revolucionário colombiano porque, se mantiver a resistência e chegar à vitória, a Colômbia formaria – junto com Cuba, Venezuela, Nicarágua e Costa Rica – um importante bloco de países opostos às intenções da ALCA.

Com o Plano Colômbia, os Estados Unidos têm o propósito de intervir no conflito social e político colombiano para favorecer importantes multinacionais do petróleo e do carvão, facilitar a privatização das principais empresas estatais, especialmente nos setores de saúde, educação e comunicações, proteger os latifundiários empenhados no desenvolvimento agroindustrial e pecuário e apoderar-se sem impedimento algum das enormes riquezas da Amazônia. É claro, pois, que os Estados Unidos buscam um reposicionamento geoestratégico na região ante o crescente descontentamento

popular provocado pelas políticas neoliberais no Cone Sul da América. O Plano Colômbia constitui um grave risco para as lutas populares na América Latina e no Caribe. Com este plano, os Estados Unidos reconstróem um cenário da nova “guerra fria”, no qual a Colômbia poderia converter-se em “porta de entrada” para uma futura agressão norte-americana a outros países da região.

9ª – Os governantes e ministros do hemisfério têm vindo negociando em segredo e, seguindo a linha do governo norte-americano, pretende impor-se a ALCA ao Congresso de cada nação. Em especial, a ALCA prevê a inclusão de uma cláusula continental de “investimentos reguladores” que privilegia as ambições empresariais sobre as condições de vida e trabalho de nossos povos. Com tal cláusula, as grandes empresas multinacionais teriam o direito de apresentar denúncias contra os governos nacionais em qualquer caso em que esses legislassem em matéria de saúde, trabalho, segurança pública e meio ambiente se considerarem que tais medidas aumentam seus custos de produção. Esta seria a versão, na ALCA, do Acordo Multilateral de Investimentos, que foi repudiado no seio da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – em 1998 diante da pressão mundial de milhares de organizações não governamentais e ativistas opositores da globalização neoliberal.

10ª – O projeto da ALCA vem se desenvolvendo sobre o processo de dolarização pela via dos fatos na América Central e em vários países do Caribe, que complementa as políticas oficiais adotadas na Argentina, Equador e El Salvador, com as desastrosas conseqüências econômicas e sociais que levaram a Argentina à fronteira do colapso em todos os sentidos. Esse processo de dolarização – oficial ou de fato – levará à grave perda de já não muito sólida soberania monetária de nossos países – e que as políticas econômicas terminem definindo-se de maneira absoluta em Washington e nos escritórios do Banco Mundial, do FMI e da OMC – Organização Mundial do Comércio.

11^a – Diante do processo oficial de conclusão da ALCA, fica pendente a última palavra, que corresponde legitimamente aos povos do hemisfério. Isto é o que estará em jogo nos próximos anos. Quer dizer, se aceitamos fatalmente o resultado de uma correlação de forças que até agora nos têm sido desfavorável ou se, pelo contrário, nossos povos e forças políticas progressistas e democráticas, diante do avançado processo da ALCA, conseguirão constituir um bloco social e político de alcance continental para reorientar esta estratégia neoliberal para uma integração econômica que busque o desenvolvimento real das Américas.

Fonte: *Paradigmas e utopias* – Revista teórica do México – Nº 3
Dezembro/Janeiro 2002

7 – A ALCA E A DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Pedro Ivo de Souza Batista* - Palestra no I encontro Hemisférico contra a ALCA, Havana, novembro de 2001

I – A Crise Ambiental Planetária

Vivemos em uma crise profunda e estrutural do sistema capitalista que é multifacetária: econômica, política, social, cultural, ética e também ambiental. Ela põe em cheque todo o modelo hegemônico de desenvolvimento.

Sabemos que toda a ação humana modifica o ambiente, essa ação, no entanto, pode gerar profunda degradação ambiental ou pode se realizar em condições de maior equilíbrio com a natureza. A forma como interagimos com o meio ambiente é decorrente da opção política feita por um determinado tipo de desenvolvimento que se realiza em determinadas condições econômicas e históricas.

Na atual fase que estamos vivendo, o sistema capitalista destrói a natureza em escala global, por isso falamos de uma crise ambiental planetária. Em outras fases da história da humanidade a destruição ambiental não ocorria da forma como ocorre hoje. Ela era grave,

() Presidente do Instituto Terrazul e membro da Coordenação Nacional da Rede Brasileira de Integração dos Povos contra o Livre Comércio (Rebrip)*

causava grandes impactos, como por exemplo à destruição das florestas nas Américas quando da chegada dos colonizadores europeus, mas o modelo de produção e consumo não era suficiente para por em cheque o equilíbrio do planeta em escala mundial.

Com a revolução industrial, passamos para uma fase em que o modelo capitalista de produção e consumo se realiza em grande escala, tendendo a se planetarizar. O argumento da maioria dos ideólogos do capital é que o sistema deve produzir cada vez mais para que todas as pessoas tenham acesso ao consumo e possam conquistar um modelo de bem estar social. Propagandeiam assim, o consumismo e o produtivismo como caminhos seguros para a conquista de melhores condições de vida. Na verdade, o que o modelo vem ocasionando é o crescimento da exclusão social, o esgotamento dos recursos naturais, principalmente dos combustíveis fósseis e o desenvolvimento de forças destrutivas, como poluição, buraco na camada de ozônio, contaminação da água, do ar e dos solos etc, pondo em risco a vida no planeta.

Analisando o problema do buraco na camada de ozônio perceberemos, na prática, como se realiza a crise ambiental planetária. Os países industriais, principalmente, os Estados Unidos da América, são os principais responsáveis pela emissão de gases tóxicos que prejudicam a camada de ozônio, no entanto, sem ainda sabermos o porquê, o buraco apresentou-se em grandes dimensões em regiões como a Patagônia, na Argentina e em outras regiões não industrializadas. Por mais que as pessoas vivam em harmonia com a natureza nessas regiões, mesmo assim elas estão sendo afetadas pela crise ambiental planetária.

Isso ocorre, exatamente porque o capitalismo atingiu a escala planetária de produção e também porque, como as ciências que estudam a natureza vêm mostrando, o planeta tem regras mínimas que garantem seu equilíbrio sutil e nele tudo se relaciona. Assim, não se pode mais pensar em um modelo de desenvolvimento que

continue a destruir a natureza, o planeta e a vida, incluindo a própria humanidade.

A crise ambiental planetária é mais um forte motivo de nossa luta contra o capitalismo. Se já sabíamos que o capitalismo é um modelo de exploração das classes trabalhadoras, e que ele é antagônico à qualquer projeto que vise a constituição de uma sociedade libertária, hoje sabemos que ele é também antagônico à preservação da natureza, pois sua lógica se choca inevitavelmente com a sustentabilidade do meio ambiente e da vida.

O capital em sua tendência a se expandir mundialmente para buscar o lucro, transforma o valor de uso das mercadorias em valor de troca. As mercadorias que deveriam ser produzidas para as reais necessidades humanas (valor de uso) passam a serem produzidas para os interesses das empresas (valor de troca). Assim o mercado, cada vez mais globalizado e oligopolizado, forja um modelo de consumo para a sociedade, realizando, através da mídia, uma verdadeiro culto aos produtos que lhe são mais rentáveis, desta forma, os cidadãos e as cidadãs são vítimas diariamente de verdadeiros pacotes de consumismo que muitas vezes provocam danos à saúde e ao meio ambiente .

O capitalismo realiza uma produção e um consumo insustentáveis, criando uma verdadeira sociedade do descartável e gerando forças destrutivas que prejudicam a saúde humana, desequilibram os ecossistemas e desmantelam as economias locais. Na atual fase neoliberal, onde se exacerba a lógica de mercado, através das privatizações e do “livre comércio”, a destruição é ainda maior, afetando de um só golpe a natureza, a força de trabalho e o próprio planeta.

É importante esclarecer, que a crise ambiental não se manifesta de forma igual no conjunto do planeta. Ela se realiza, também em função do modelo de desenvolvimento que foi adotado pelos países. No caso do 1º mundo, ela está relacionada com o consumo suntuoso, ou seja, com os níveis de produção e consumo atingidos

pela industrialização daqueles países. Nos Estados Unidos, por exemplo, um dos maiores índices de problemas de saúde na população é a hipertensão e a obesidade, doenças provocadas pela forma de vida consumista dos estadunidenses. Já no 3º mundo a crise se relaciona com um modelo que gerou grandes desigualdades sociais, tornando assim um complicador a mais na longa lista de problemas sociais que esses países enfrentam.

Um dado importante para perceber essa situação foi apontado pelo documento final da Conferência dos Povos em Quebec que ao analisar a situação mundial afirmou que 20% dos mais ricos consomem 80% dos recursos naturais, gerando assim, entre norte e sul do planeta, uma desigualdade social e ambiental já mais vistas na história da humanidade.

Concluimos que não é possível mais continuar seguindo o modelo de desenvolvimento capitalista. Qualquer luta ecológica para ser conseqüente deve se dirigir contra o capital, contra o atual modelo de produção e consumo. Devemos ter essa clareza, para não nos iludirmos com os limites dos projetos que são a favor do desenvolvimento sustentável. Esses projetos são importantes, pois podem demonstrar que é possível não seguir a lógica do capitalismo ou para, de forma concreta, realizar atividades que possam diminuir os danos ao meio ambiente, mas a plena vitória da luta ambiental, só se realizará com a derrota definitiva do sistema capitalista e a realização de uma nova sociedade. Por esse motivo as lutas ambientais são partes integrantes e indissolúveis das lutas sociais e de um projeto político de emancipação das classes trabalhadoras.

3 – As Conseqüências da implantação da Alca em relação ao meio ambiente

Os que querem a implantação da Alca defendem sua realização como uma forma de gerar mais riqueza e prosperidade, criando

recursos adicionais para a proteção ambiental e para a realização do desenvolvimento sustentável.

Esses argumentos são falsos. Ao contrário do que eles dizem, é fácil demonstrar que a Alca só agravará a crise ambiental planetária, pois a criação de uma área de livre comércio nas Américas aprofundará ainda mais a mercantilização da natureza, submetendo os ecossistemas e a biodiversidade as leis de mercados e aos ditames das transnacionais, particularmente das americanas. De imediato teríamos os seguintes impactos sobre a natureza:

Privatização dos recursos naturais – Em função do esgotamento dos recursos naturais, particularmente da água e da energia, as transnacionais desejam obter o controle e o monopólio dessas áreas vitais para a humanidade.

Transferência do poder de decisão e gestão dos recursos naturais do público para o privado – Com a privatização dos recursos naturais virá o enfraquecimento dos Estados Nacionais e da Sociedade Civil no controle e na gestão dos mesmos. Essa situação ampliará a presença das empresas no controle do ambiente público, submetendo-o cada vez mais a sua lógica de mercado.

Enfraquecimento das leis ambientais nacionais e locais e da soberania nacional sobre os territórios e o meio ambiente – A Alca pretende submeter às leis e acordos ambientais, nacionais e internacionais, aos acordos de livre comércio, abrindo um espaço ainda maior para mercantilização da biodiversidade e do controle dos territórios pelas grandes empresas multinacionais.

Super-exploração dos recursos naturais e transferências de “indústrias sujas” – Essa tendência já é presente devido à desigualdade entre norte e sul do planeta. Os países de 1º mundo exportam indústrias poluentes não aceitas mais em seus territórios e incentivam, em países do 3º mundo, o aumento da produtividade na exploração dos recursos naturais. A aprovação do Acordo de Livre Comércio das Américas só intensificará esse processo.

Intensificação da produção agrícola baseada na monocultura, nos agrotóxicos, na produção de alimentos transgênicos e na hegemonia do grande capital – A Alca é uma forte aliada dos gigantes da indústria agrícola, particularmente das transnacionais que querem a liberação dos transgênicos, aumentando assim o perigo de contaminação ambiental, problemas para saúde humana e retirada do direito universal dos trabalhadores rurais às sementes. Com o livre comércio, os agricultores, particularmente os que realizam a agricultura familiar teriam ainda mais dificuldades em garantir a comercialização de seus produtos. Já os latifundiários ampliariam as condições de garantir seus interesses, aumentando dificuldades para os trabalhadores sem terra, pois estariam fortalecidos na lógica puramente comercial e monetária de apropriação das terras no campo.

Destruição da Biodiversidade – A Alca vai aprofundar a destruição dos ecossistemas e da biodiversidade. O objetivo das transnacionais é explorar as florestas, particularmente a amazônica, utilizando sem nenhum escrúpulo a biodiversidade, impedindo na prática que as populações locais e indígenas possam realizar o uso sustentável desses recursos. A idéia central é aprofundar um neocolonialismo, as multinacionais roubariam nossa biodiversidade e através da biotecnologia desenvolveriam novos alimentos e medicamentos, patenteando as fórmulas e comercializando esses produtos agora industrializados a preços exorbitantes para nosso país. Ao invés do pau-brasil de 500 anos atrás, teríamos os produtos da floresta amazônica como a nova fonte de exploração capitalista.

Finalmente, a Alca aprofundará o modelo insustentável de produção e consumo, garantindo a supremacia do império americano sobre o continente.

III – O papel dos movimentos sociais nesse processo

Inicialmente é importante ressaltar que independentemente da implantação da Alca, o grande capital está tentando garantir a su-

premacia do mercado internacional no planeta. É então fundamental, intensificarmos nossa luta contra o neoliberalismo e a chamada globalização capitalista ora em curso, como também, é fundamental esclarecermos ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras que não há solução definitiva para os problemas que afligem a humanidade no capitalismo.

Do ponto de vista mais geral, devemos ampliar os laços de solidariedade entre os povos das Américas e lutarmos por uma verdadeira integração, que só será possível nos marcos de uma sociedade socialista.

A luta pelo socialismo hoje nos coloca a necessidade de construir uma consciência social ampla e ao mesmo tempo classista. Um movimento social combativo e ao mesmo tempo capaz de responder aos novos dilemas colocados pela própria crise do sistema e pela dinâmica da luta de classes. Nesse sentido, a crise ambiental planetária deve ser encarada por nós como parte da crise geral do capitalismo e que a tentativa de destruição do mundo do trabalho e do meio ambiente são faces da mesma moeda.

Só as classes trabalhadoras podem abraçar um projeto conseqüente de saída para a crise, inclusive ambiental, pois além de serem os principais afetados, são os únicos com possibilidade de elaborar um projeto de sociedade capaz de tirar o conjunto da humanidade da destruição iminente.

Nesse processo, os movimentos sociais têm um papel decisivo: devem incorporar em suas estratégias a defesa do meio ambiente e a luta por um outro modelo de produção e consumo. Elaborando, ao mesmo tempo, sob sua lógica, uma agenda política sócio-ambiental capaz de impedir a destruição do planeta.

Lutas que garantam que o meio ambiente não esteja submetido a qualquer tipo de lei de mercado ou comércio são fundamentais pois o direito a vida deve estar acima de tudo e deve ser um direito inalienável das espécies.

É de grande atualidade a luta pela segurança alimentar soberana de todos os povos conforme seus interesses econômicos, ecológicos e culturais. Nessa perspectiva a luta contra os transgênicos se coloca na ordem do dia, juntamente com o direito universal as sementes. Essas e outras questões relacionadas com as questões de justiça ambiental devem entrar fortemente nas lutas dos movimentos sociais.

Devemos estar cada vez mais conscientes que a defesa do meio ambiente é uma tarefa histórica, urgente e intransferível, já que se trata de defender a nossa sobrevivência como espécie, a biodiversidade e o próprio planeta. Essa luta não deve ser separada da luta mais geral pela transformação social, ao contrário, é parte dela. Mas para que possamos agir com consequência nessa luta é necessário também que os movimentos sociais se engajem nessa batalha e estejam abertos para realizar uma nova relação com a natureza. Os militantes das lutas sociais devem ser também militantes ecologistas, pois não haverá sociedade realmente nova, se não houver uma integração maior entre o homem e a natureza, afinal somos parte inseparável e indissolúvel dela, somos a parte que tem condições de antever o futuro, portanto de forjar um projeto capaz de libertar a todos do jugo do capital.

Referências Bibliográficas:

BATISTA, Pedro Ivo – El Alca y la destrucción del medio ambiente – Jornal Punto Final, Santiago, enero de 2002

MAIA, Kátia e Guimarães Roberto – Padrões de Produção e Consumo: Dimensões e Critérios de Formulação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – Brasil Século XXI – Os caminhos da sustentabilidade – Edições Fase – 1992

PÁDUA, José Augusto – Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário – Cadernos de Debate – No. 6 – Edições Fase – Programa Brasil Sustentável e Democrático – 1999

8 – AO MENOS SEIS BOAS RAZÕES PARA REJEITAR A ALCA

Kjeld Jakobsen*

Introdução

A proposta de constituição de uma área de livre comércio, abrangendo todos os países membros da Organização dos Estados Americanos, partiu dos Estados Unidos no vácuo da estabilização econômica que se implementou na América Latina com base nas diretrizes do “Consenso de Washington”¹ e na entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta)².

Inicialmente poucos deram a devida atenção a esta proposta, pois não se imaginava que a abolição de barreiras comerciais entre países com economias tão desiguais pudesse prosperar. Porém subestimou-se o nível de submissão de nossos governos, a omissão de nossos parlamentos e o desconhecimento do tema pela maioria da sociedade, inclusive de setores do movimento social organizado e chegamos a uma situação onde já se apresentam os primeiros ras-

* *Secretário de Relações Internacionais e Presidente do Observatório Social da CUT, e Diretor da CIOSL e da ORIT.*

cunhos para conformar o texto final do acordo da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), bem como, está definido o cronograma de negociações a serem concluídas até 1º de janeiro de 2005, na prática o final de 2004 e em maio de 2002 se iniciam as negociações substantivas para a desgravação tarifária.

Isto representa pouco mais de três anos para impedir a aprovação de um acordo absolutamente lesivo à já combatida e vulnerável economia brasileira, uma vez que além de reduzir as tarifas externas dentro da Alca a valores mínimos, pretende-se chegar também a acordos sobre outros temas considerados “comerciáveis” hoje em dia, como serviços, investimentos, agricultura, compras governamentais, propriedade intelectual e comércio eletrônico. Portanto não se trata apenas de um tratado comercial, mas principalmente de um acordo de desregulamentação financeiro e o abandono de qualquer opção de desenvolvimento com base na soberania e interesses nacionais.

A falta de transparência e a ausência de participação da sociedade civil constituem uma das características marcantes do processo de negociações da Alca. Diferentemente de outros, como o Mercosul³, apesar de sua baixa institucionalidade, ainda assim foram criados alguns mecanismos de participação da sociedade, em particular dos sindicatos, empresários e ONG's. As negociações da Alca são conduzidas por burocratas dos Ministérios de Comércio e das Relações Exteriores. Os empresários tem o seu Fórum Empresarial reconhecido e por meio deste tentam influenciar as negociações. Porém as organizações dos trabalhadores, parlamentares, camponeses, indígenas, ambientalistas, mulheres e outros, estão totalmente excluídas. Por tudo isto e diante das conseqüências que derivam do resultado destas negociações, cresce a idéia de submeter o acordo da Alca a plebiscitos, para que seja o conjunto das populações dos países participantes a decidir pela sua aprovação ou não.

O cenário atual é um dos piores para países como o Brasil se meterem em negociações desta envergadura. Por um lado revela-se o fracasso das políticas neoliberais como o modelo adequado para ajustar as economias dos países latino-americanos, onde o melhor exemplo é a Argentina que esgotou todas as medidas previstas pelas Instituições Financeiras Multilaterais, desde o monetarismo dos “Chicago Boys”⁴, imposto pela ditadura militar a 25 anos e posteriormente as privatizações, liberalização do comércio e investimentos, desregulamentação, reforma cambial etc, durante os dois mandatos de Menem e hoje não tem a menor possibilidade de sair de sua crônica crise por meio do modelo neoliberal. Outros países, como o Brasil, demonstram esta mesma fragilidade e conseqüentemente maior dependência dos recursos avalizados pelo FMI, que por sua vez insiste em mais liberalização de investimentos e comércio, conforme previsto na Alca e na OMC, como condição para tal. Por outro lado o mundo encontra-se numa recessão, cuja dimensão e duração ainda é imprevisível, mas que além de fragilizar ainda mais as economias dependentes, tende a fortalecer as barreiras de proteção dos países mais desenvolvidos. Isto sem falar nas conseqüências que ainda não se conhecem do atentado terrorista de 11 de setembro nos EUA, que certamente contribuirão para o aprofundamento da recessão, mas que não se sabe ainda de que modo afetarão as regras do comércio internacional.

Todo o processo até aqui se desenvolveu sob premissas econômicas liberais, “mas por maior que fosse esta tendência principalmente nos anos 90, o que as recentes discussões políticas sobre o assunto parecem indicar é que tal visão reflete, antes de tudo, os interesses muito específicos dos EUA no âmbito da economia globalizada”. (Holanda Filho, 1998). A Alca é um processo avassalador de cima para baixo e com o risco de ser apenas uma extensão do Nafta ao restante do continente ou o “Nafta com

Esteróides”, como alguns já apelidaram. O perfil de “global trader” do Brasil certamente se alteraria com a sua aprovação, tornando-o altamente dependente do mercado norte-americano e dos humores de sua economia, como ocorre hoje com o Canadá e México, sendo que os efeitos do Nafta sobre este último é um bom exemplo do que a Alca poderá representar para os países latino-americanos.

“O Brasil é o único país devido às suas dimensões e ao seu potencial que pode competir político e economicamente com os EUA na América do Sul. Assim é preciso encarar a Alca como um projeto essencialmente entre o Brasil e os EUA”. (Guimarães, 2000). É verdade, pois o Canadá e o México já fazem parte do Nafta e a negociação real é de fato entre os Estados Unidos e o Brasil, que tem o maior PIB e população da América Latina, ainda assim, quase doze vezes menor que a norte-americana. A Alca se vier a ser aprovada, será um acordo negociado entre as economias mais desiguais do planeta. Os EUA e Canadá representam 80% do PIB do continente, o Mercosul 8% e os demais 28 países somados possuem 12%! Mas a tomada de decisões é por consenso, um dos princípios da negociação, o que em tese daria a qualquer um dos 34 países, mesmo ao menor de todos e desde que haja ousadia para tal, o poder de veto sobre qualquer aspecto das negociações.

No entanto, os diplomatas brasileiros apostam na possibilidade de conseguir algumas concessões dos EUA, na área da agricultura e no abrandamento de sua legislação *anti-dumping*⁵, exatamente dois temas onde o governo norte-americano não pretende conceder nada, pois se o fizer não conseguirá os votos necessários no Congresso para aprovar o “Trade Promotion Authority” (TPA), o novo nome dado ao “Fast Track”.

A exemplo do que já acontece em outras partes, onde sindicatos, organizações sociais, ONG’s, igrejas e congressistas, pressio-

nam o governo para impedir a liberalização sem controle da sua economia, preservando direitos sociais e melhores condições de vida, no Brasil a sociedade civil começa a despertar para as conseqüências dos chamados “acordos de livre comércio”. A formação de redes de organizações sociais contra a Alca, conectadas a movimentos similares em outros países americanos, já é uma realidade. O movimento social brasileiro já foi anfitrião de um evento sindical paralelo em 1997, em Belo Horizonte, onde se discutiu vários aspectos relativos ao acordo, e mais recentemente se constituiu enquanto uma rede de organizações civis brasileiras frente à Alca, denominada Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP). É por meio de alianças como esta que a sociedade poderá fazer frente a Alca e para contribuir com este debate, seguem alguns argumentos sobre suas desvantagens para o Brasil.

1) A Alca representa uma nova onda de abertura econômica

O modelo de substituição de importações entrou em crise no Brasil na década de 80 e a partir de 1990, com a posse de Collor de Mello, como presidente da República, iniciou-se o ajuste estrutural por meio da aplicação do “Consenso de Washington”, que foi aprofundado durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Um dos seus pressupostos, a abertura comercial, foi devidamente aplicada, no particular com a assinatura do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul e no geral a partir das decisões da Rodada Uruguai do GATT.

Os principais resultados dessa Rodada iniciada em 1986 e concluída apenas em 1994, foram:

- A maior redução tarifária obtida até então, com a média mundialmente abaixando para 7%, o que para os países latino-americanos significou uma redução de 25 a 35% nas suas tarifas externas.
- Fortalecimento de regras e disciplinas que resultaram na cria-

ção da Organização Mundial do Comércio (OMC) que foi inaugurada em 1995 e com sede em Genebra.

- Retorno do tema agricultura para a agenda de negociações, além da inclusão de uma série de novos temas “negociáveis”, como serviços, propriedade intelectual, investimentos, compras governamentais e meio ambiente.

A Rodada Uruguai consagrou um dos maiores acordos de liberalização comercial da história da humanidade. No entanto, apesar de ter criado mecanismos de solução de controvérsias que foram posteriormente aprimorados pela OMC, não conseguiu eliminar as causas dos contenciosos comerciais entre os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento. Além disso, embora criasse mecanismos para evitar acordos “especiais”, não conseguiu obrigar os países desenvolvidos a eliminar seus mecanismos de proteção unilaterais, como por exemplo a legislação norte-americana de comércio que permite aos EUA adotar medidas contra importações que julgue “desleais” à sua economia ou o Pacto Agrícola Comunitário (PAC) da União Européia que subsidia sua produção e exportação agrícola.

A participação dos países desenvolvidos no comércio mundial foi muito fortalecida pela Rodada Uruguai em detrimento dos países em vias de desenvolvimento que até hoje não se recuperaram dos efeitos dos seus acordos. Na verdade os países industrializados somente decidiram iniciar estas negociações porque suas estruturas produtivas, que gozaram de uma série de proteções no passado, estavam preparadas e consolidadas para enfrentar a concorrência comercial internacional, o que não era o caso dos demais, ainda mais pela dimensão que a liberalização comercial acabou tomando.

O quadro seguinte, mostra a evolução do comércio de bens por regiões, a partir da aceleração da liberalização comercial impulsionada pela Rodada Uruguai.

QUADRO I
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS POR REGIÕES E PAÍSES (%)

Regiões e Países	Participação							
	1980		1985		1990		1995	
	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.	EXP.	IMP.
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Am.doNorte	14,5	15,5	16,0	21,7	15,4	18,4	15,9	18,7
EUA	11,1	12,4	11,3	17,7	11,6	14,8	11,6	15,3
Eur.Ocidental	40,2	44,8	40,1	39,9	48,3	48,8	44,8	43,5
Ásia	15,6	16,7	20,8	18,8	21,8	20,3	26,6	25,5
Japão	6,4	6,8	9,1	6,5	8,5	6,8	9,1	6,7
China	0,9	1,0	1,4	2,1	1,8	1,5	3,0	2,6
Am.Latina	5,4	5,9	5,6	4,2	4,3	3,6	4,6	4,9
Brasil	(...)	(...)	1,3	0,7	0,9	0,7	1,0	1,1
México	0,9	1,0	1,4	0,9	1,2	1,2	1,6	1,5
Outros	24,3	17,1	17,5	15,4	10,2	8,9	8,1	7,9

FONTE:- BARBOSA, Alexandre de Freitas (2000/2001). Alca e OMC: a inserção externa do Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho. Revista Proposta da FASE, [s.l. : s.n.].

A partir deste quadro podemos comparar os resultados da liberalização comercial para os países desenvolvidos com os da América Latina e Brasil, principalmente o significativo aumento das importações na década de 90 como resultado da drástica redução de tarifas:

- As exportações da América do Norte, Japão e Europa Ocidental somados, tiveram um crescimento de 14,2% entre 1980 e 1995, saindo de 61,1% das exportações mundiais para 69,8%, enquanto suas importações cresceram apenas 2,7% no mesmo período, apresentando um saldo positivo na balança comercial.

- Para os EUA, as exportações cresceram 4,5% entre 1980 e 1995, porém suas importações no mesmo período aumentaram 23,4%, agravando seu déficit na balança comercial.

- Entre 1985 e 1995 as exportações latino-americanas reduziram-se 21,7%, bem como as importações 16,7%. Em 1995 já havia um déficit comercial de U\$ 21 bilhões, ao contrário do saldo que era positivo entre 1985 e 1990.

- O Brasil por sua vez teve suas exportações reduzidas em 30,0% entre 1985 e 1995, enquanto as importações cresceram 57,1% devido à abertura econômica, o que nos levou de um resultado positivo entre 1985 e 1990 para um déficit na Balança Comercial em 1995. O superávit em 1994 foi U\$ 10,4 bilhões e entre 1995 e 1998 o déficit médio a.a. foi U\$ 5,6 bilhões, caindo posteriormente devido à recessão.

Em 2000 os EUA sozinhos foram responsáveis por 15,1% do total das exportações mundiais, os países da Europa Ocidental por 42,33% e o Japão por 8,97%, enquanto “a participação brasileira despencou em valores relativos de 1,4% em 1984 para 0,86% em 1999, basicamente devido à redução da participação das exportações de produtos manufaturados no total mundial. A oitava economia mundial em 1998 era apenas a 28ª maior exportadora”. (Barbosa, 2000).

Mesmo obtendo um resultado comercial positivo no Mercosul, não nos recuperamos ainda dos efeitos da onda de abertura econômica impulsionada pela Rodada Uruguai, que abaixou as nossas tarifas externas para a média de 13%, levando uma série de empresas à bancarrota, internacionalizando nossa economia e destruindo um terço dos postos de trabalho na indústria e já pretendem que reduzamos as tarifas a “zero” na Alca. Se a década de 80, que foi o período de crise do modelo de substituição de importações e transição para o modelo neoliberal, ficou conhecida como a “década perdida” devido ao seu crescimento médio do PIB de 2,8% a.a., não se sabe ainda como classificar a neoliberal década de 90, período em que o PIB cresceu ainda menos, 1,9% a.a. em média.

É perceptível que o modelo neoliberal nos países em vias de desenvolvimento, não é a resposta adequada para a crise do modelo

anterior e se sustenta inclusive em bases contraditórias, como por exemplo a redução de tarifas externas ao mesmo tempo em que se supervaloriza a moeda local, duas medidas que favorecem as importações em detrimento das exportações, colocando a indústria local que não estava preparada, de joelhos. Os resultados sociais são a taxa de desemprego superior a 10%, trabalho informal superior a 50% e renda per capita retrocedendo aos valores de 1979.

2) A assimetria entre os participantes não permite um acordo justo

A Rodada Uruguai atendeu a todos os interesses das Corporações Multinacionais e portanto não se preocupam tanto com a falta de início de uma nova rodada, sob os auspícios da OMC. Quem mais tem insistido é a União Européia, com o discreto apoio dos EUA. As decisões da Rodada Uruguai já tem sido ampliadas por intermédio de acordos regionais e no caso da Alca, as propostas que vem sendo apresentadas até o momento são ainda mais liberais que os parâmetros do próprio GATT/OMC. Este novo acordo, se implementado, colocaria ainda maiores dificuldades para os países em vias de desenvolvimento do continente pois além de não terem ainda se recuperado dos efeitos da última “Rodada”, já teriam que lidar com um novo processo, até mais profundo ao se propor a reduzir as tarifas comerciais a zero num prazo de dez anos. Além de introduzir outras áreas onde a competitividade também é difícil, como por exemplo a liberalização dos serviços.

O desenho da Alca não prevê um processo de complementação econômica, mas sim de competição entre os países participantes a partir da eliminação das poucas barreiras ainda existentes e o grave disso é que a possibilidade de uma competição justa, onde todos possam ganhar algo, não existe na realidade, devido à brutal assimetria de suas economias, conforme demonstra o próximo quadro.

QUADRO2

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS DAS AMÉRICAS

Países por bloco comercial	PIB U\$ Bilhões	Ranking	PIB per capita	Ranking	IDH	Ranking	População (ml)	Área Milhões de KM ²
Nafta								
Estados Unidos	7 903.0	1	29 240	1	0,929	2	275 562	9 809
Canadá	580.9	3	19 170	2	0,935	1	31 281	9 976
México	368.1	4	3 840	12	0,784	13	100 349	1 958
Mercosul								
Brasil	767.6	2	4 630	10	0,747	19	172 860	8 512
Argentina	290.3	5	8 030	5	0,837	5	36 955	2 767
Uruguai	20.0	10	6 070	8	0,825	9	3 334	177
Paraguai	9.2	16	1 760	25	0,737	21	5 585	407
SICA								
Guatemala	17.8	12	1 640	28	0,619	30	12 639	109
El Salvador	11.2	14	1 850	23	0,696	27	6 122	21
Costa Rica	9.8	15	2 770	18	0,797	8	3 710	51
Honduras	4.6	20	740	32	0,653	28	6 249	112
Nicarágua	1.8	24	370	34	0,631	29	4 812	130
CAN								
Colômbia	100.7	6	2 470	21	0,764	18	39 685	1 139
Venezuela	82.1	7	3 530	14	0,770	16	23 542	912
Peru	60.5	9	2 440	22	0,737	21	27 012	1 285
Equador	18.4	11	1 520	29	0,722	25	12 920	284
Bolívia	8.0	18	1 010	30	0,643	29	8 152	1 099
CARICOM								
Trinidad e Tobago Jamaica	5.8	19	4 520	11	0,793	9	1 175	5
Bahamas	4.5	21	1 740.2	26	0,735	22	2 652	11
Haiti	3.5	22	400	3	0,844	4	294	14
Barbados	3.2	23	410	33	0,440	31	6 867	28
Guiana	1.7	25	6 610	6	0,858	3	274	0.3
Suriname	0.7	27	780	31	0,709	26	697	215
Belize	0.7	26	1 660	27	0,766	17	431	163
	0.6	28	2 660	19	0,777	14	249	23
OECS								
Antigua-Barbuda	0.6	30	8 450	4	0,833	6	66	0.4
St.-Lucia	0.6	29	3 660	13	0,728	24	156	0.6
Granada	0.3	31	3 250	15	0,785	10	89	0.3
St.-Vincent-Grenadine	0.3	32	2 560	20	0,738	20	115	0.4
St.-Kitts-et-Nevis Dominique	0.3	33	6 190	7	0,798	8	38	0.3
	0.2	34	3 150	16	0,793	9	71	0.7
Outros								
Chile	73.9	8	4 990	9	0,826	7	15 153	757
Rep. Dominicana Panama	14.6	13	1 770	24	0,729	23	8 442	49
	8.3	17	2 990	17	0,776	15	2 808	76

FONTE: WORLD DEVELOPMENT REPORT (2000/2001). [Washington, DC] : Banco Mundial; WORLD FACTBOOK (2000). [s.l.] : CIA.; RAPPORT SUR LE DÉVELOPPEMENT HUMAIN (2000). [s.l.] : PNUD. INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS NAÇÕES UNIDAS (1998). [s.l.] : IDH/ONU. Nafta: Acordo de Livre Comércio da América do Norte; CARICOM: Comunidade do Caribe; SICA: Sistema de Integração Centro Americano; OECS: Organização dos Estados do Caribe Oriental; MERCOSUL: Mercado Comum do Cone Sul.

As principais diferenças são entre as economias dos EUA e Canadá e as demais, pois 80% do PIB do continente é representado por estes dois países versus 20% dos outros 32. Como imaginar uma integração econômica entre EUA e Haiti, por exemplo? Mais que isto, trata-se também de diferenças entre regiões. O PIB do Mercosul é 53 vezes superior ao do Caricom e 473 vezes ao da OECS.

Porém a assimetria abarca também outros aspectos, como os sociais que são demonstrados na coluna do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que no seu cálculo inclui itens como níveis educacionais e distribuição de renda. E novamente surgem as enormes diferenças, mesmo entre EUA e Brasil, por exemplo, onde o primeiro é o número dois no IDH do continente e o segundo não passa da posição 19 na escala, perdendo até para o Suriname. Os temas educação e desenvolvimento tecnológico são dois itens determinantes em relação à competitividade, fator crucial num acordo de livre comércio e da mesma forma o estado de bem estar social dos trabalhadores, igualmente importante para determinar os níveis de produtividade. Visivelmente a América Latina, além da dimensão econômica, também está em desvantagem em relação a estes quesitos.

3) Os Estados Unidos não mudarão sua política comercial

A grande depressão de 1929 atingiu em primeiro lugar e mais profundamente os EUA que já havia superado a Grã Bretanha enquanto o país capitalista mais desenvolvido do mundo. Entre as várias respostas do governo norte-americano à crise, uma das mais significativas foi a aprovação de uma série de medidas frente ao comércio internacional de modo a reduzir as importações como forma de estimular a retomada da produção doméstica. As tarifas externas foram elevadas e reformou-se a Legislação Comercial com a aprovação do “Tariff Act” de 1930 prevendo medidas retaliatórias, como a imposição de sobre-taxas, quotas, proibição de importações, etc, nos casos de subsídios à produção e *dumping* nos países de origem e a violação de patentes, marcas e direitos autorais ou ainda a falsificação de produtos norte-americanos considerada ilegal e sujeito à pesadas multas. A linguagem utilizada já era ampla na época, citando os subsídios e *dumping* que prejudicassem indús-

tria existente nos EUA ou retardassem a instalação de determinada indústria, o que dava margem à diversas interpretações.

Toda a discussão sobre liberdade comercial após o fim da II Guerra Mundial se originou desta situação de proteção às economias nacionais, pois os demais países afetados pela depressão, também elevaram suas proteções contra as importações. No entanto, embora as várias Rodadas de negociação no GATT tenham levado à redução destas barreiras, percebe-se que as várias regras instituídas, sobre subsídios, *anti-dumping*, propriedade intelectual etc, tem forte influência da legislação norte-americana. Aliás, enquanto muitos países, principalmente os em vias de desenvolvimento, adotaram o GATT e posteriormente a OMC como o foro para resolver controvérsias sobre comércio, os EUA tomam como base a sua própria legislação comercial, o que sem dúvida lhe dá uma enorme vantagem, mesmo que venha a cometer algum equívoco, pois o país que se sentir prejudicado deverá interpor recurso junto às próprias instâncias que aplicam as regras de comércio norte-americanas ou então junto ao GATT e agora a OMC. Esta prática também lhe permite manter um Sistema Geral de Preferências (SGP) unilateral, importante para suas relações políticas bilaterais, sem a necessidade de estender este benefício a todos os países, pois é feito ao largo das negociações na OMC.

Ao final dos anos 60, as despesas com a guerra do Vietnã e da corrida espacial, produziram um exagerado déficit orçamentário nos EUA, impossível de ser sustentado por intermédio do câmbio fixo, sem gerar inflação. Quase 54% do orçamento era gasto com assuntos internacionais, cooperação, guerra etc. Ao mesmo tempo aumentava a pressão da concorrência japonesa e alemã sobre o mercado norte-americano, em particular na disputa do setor automotivo e eletro-eletrônico. Era o começo do fim do modelo “fordista” enquanto paradigma de acumulação de capital, devido às medidas que o governo norte-americano adotaria, favorecendo o acúmulo de capital financeiro.

Primeiramente “em 15 de agosto de 1971, o Presidente dos Estados Unidos anunciou que seu país já não se comprometia a manter um valor específico para o dólar americano”. (OIT, 2001). Esta medida afetou o comércio mundial, pois quando a “flutuação” do dólar americano levava a desvalorização, os países com moeda mais valorizada eram inundados por importações, estimulando a adoção de medidas protecionistas e gerando muitas críticas em relação ao GATT. A implementação da estabilidade financeira mundial também custou caro. Os países desenvolvidos gastaram cerca de U\$ 40 bilhões numa tentativa de manter a flutuação de suas moedas na época dentro de um parâmetro não superior a mais ou menos 2,5% em relação ao dólar. Em 1973 a recessão se aprofundou nos EUA e o desemprego subiu para 5,6% em 1974 e alcançou 8,3% no ano seguinte.

A segunda medida do governo dos EUA em 1974 foi então a de reformar sua legislação comercial. Sem abrir mão do “Tariff Act” implementou novas regras, como a Seção 201 do “Trade Act” de 1974, que quando é aplicado suspende as importações quando “os bens importados forem em tal quantidade que prejudiquem ou ameacem prejudicar o produtor doméstico”. (Estatutos do ITC). Neste caso a palavra final cabe ao Presidente dos EUA que poderá aprovar um plano de reestruturação da indústria doméstica ameaçada ou prejudicada, com recursos públicos, durante quatro anos, prazo que pode ser prorrogado várias vezes, desde que não ultrapasse oito anos. Outros ainda, como a Seção 406 da mesma lei que permite ao Presidente dos EUA suspender ou dificultar as importações provenientes de países comunistas por até oito anos, se estes ampliarem rápido demais suas exportações para os EUA danificando o mercado e o Capítulo I do Título III que trata das medidas em que os EUA forem discriminados ou restringidos por outros países no comércio, ao lhe ser negado benefícios previstos em acordos comerciais.

Além destas regras há outras relacionadas ao comércio realizado em circunstâncias que ameacem a Segurança Nacional e também

relacionadas à agricultura. Porém a mais draconiana e que vem sendo aplicada constantemente é a Seção 301, também conhecida como a “Super 301” que prevê sanções em casos de “competição desleal” no comércio. Embora caiba o direito de recurso ao prejudicado, suas importações ficam submetidas à medidas *anti-dumping* até a decisão final e quem apresenta a queixa, não precisa apresentar provas, bastam indícios e a Comissão Internacional de Comércio (ITC), uma agência independente fará as verificações, o que poderá levar muito tempo, pois se o ITC mantiver as restrições, o apelante ainda pode recorrer à justiça norte-americana ou à própria OMC. O Nafta, embora seja um acordo de livre comércio, também prevê as medidas previstas na Seção 201, no caso de importações do México em quantidade ou condições que prejudiquem ou ameacem causar danos à indústria local, embora o prazo para a reestruturação neste caso seja de apenas três anos.

Para administrar a política comercial dos Estados Unidos, existe todo um aparato, incluindo a participação do próprio presidente do país, que tem o poder de decisão final em muitos casos. Esta estrutura se compõe de:

- United States Trade Representative (USTR) que é um organismo que faz parte da “Casa Branca” desde 1962 para assessorar o presidente, definir e coordenar as políticas comerciais que são efetuadas pelos demais departamentos (equivalentes aos nossos ministérios). O atual secretário é Robert Zoellick que tem o apoio direto de cerca de 200 funcionários.
- Departamento de Estado é o que administra a política externa norte-americana e uma de suas seis áreas é o comércio externo. A ampla maioria das embaixadas no exterior contam com a presença de técnicos ligados ao comércio externo (Trade Attachés).
- Departamento de Comércio que implementa os acordos comerciais já firmados.

- Além destes, participam também do processo inter-agências, os Departamentos do Tesouro, da Justiça, da Agricultura e do Trabalho.

Este último é único no mundo a ter a participação do Departamento do Trabalho e é justificado devido ao fato que entre as condições para acesso ao SGP dos EUA, está o respeito às normas básicas de trabalho previstas em convenções da OIT. O grupo inter-agências foi criado em 1962 e é presidido pelo USTR, mas as decisões finais cabem ao Presidente dos EUA. O Departamento de Comércio junto com o USTR administram os milhares de acordos comerciais que os EUA tem com outros países. São numerosos justamente porque envolvem acordos no nível da OMC, acordos regionais como o Nafta, bilaterais com diferentes países, especiais como os acordos de SGP e acordos por produtos.

Conforme já mencionado, as denúncias de *dumping* ou subsídios peticionados pela indústria norte-americana, são analisados pelo ITC, uma agência independente estabelecida pelo Congresso em 1916 como uma Comissão de Tarifas, cujo nome mudou em 1974 para o atual.

Tudo isto representa uma estrutura sem igual no mundo, tecnicamente capaz e respaldado por um poder político sem igual, pois até o presidente do país age como um comerciante, como foi o caso de Bill Clinton pressionando o governo brasileiro a optar pela empresa Raytheon para instalar o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), o que aliás acabou conseguindo.

No entanto este aparato de proteção não evitou a concorrência internacional e nem o enorme déficit comercial que atualmente equivale a mais de U\$ 300 bilhões a.a., mas somado à flutuação do dólar e ao choque de juros que o Banco Central norte-americano (FED) aplicou em 1979, foi um estímulo importante para que as empresas que buscavam este mercado, ao invés de tentar exportar

para os EUA, passarem a investir neste país, instalando indústrias. Por exemplo a Alemanha exporta U\$ 40 bilhões em bens para os EUA, mas produz e vende U\$ 240 bilhões a partir de suas empresas instaladas nos EUA. Hoje o déficit comercial norte-americano é compensado pelos investimentos externos que atraem, além da repatriação de lucros e recebimento de royalties de suas empresas instaladas no exterior.

O quadro seguinte demonstra bem como funciona esta lógica:

QUADRO 3

REALIZAÇÃO DAS CORPORAÇÕES MULTINACIONAIS (U\$ TRILHÕES)

Vendas de filiais norte americanas no estrangeiro	Vendas de filiais estrangeiras nos EUA	Importações dos EUA	Exportações dos EUA	Exportações de empresas norte americanas para os EUA
2,4	1,9	1,2	0,9	0,6

FONTE: DUPAS, Gilberto (2001). Palestra proferida na Escola Sul da CUT. [s.l. : s.n.]. set

Este quadro demonstra perfeitamente que não há a menor intenção dos EUA de fazer concessões em relação à sua política comercial, pois esta é parte intrínseca de sua política econômica. O seu interesse na Alca é justamente ampliar seu espaço no mercado latino-americano que hoje não é expressivo, bem como conseguir regras ainda mais liberais para sua política de investimentos, outra pedra angular de seu desenvolvimento econômico.

4) Nossa economia tem mais a perder

Os empresários brasileiros que tem se preocupado com o assunto, sabem que só há possibilidades de auferirem alguma vantagem com a Alca, se os EUA abrirem seu mercado, eliminando suas barreiras não tarifárias e se conseguirem competir com a escala produtiva norte-americana. Estas condicionantes são as que traçam alguns parâmetros para os seus posicionamentos, sendo no entanto

difícil alcançarem uma posição comum, pois todos apoiam a liberalização comercial, mas existem muitas incertezas sobre o que pode ocorrer em cada setor econômico. Exceção feita à Sociedade Rural Brasileira que reiteradas vezes tem manifestado sua oposição a Alca, porque avalia que os subsídios à agricultura norte-americana serão mantidas e aos representantes do setor de serviços que também tem levantado reservas sérias.

Além destas entidades, algumas outras organizações empresariais no Brasil também tem estado bastante ativas nos debates sobre a Alca e nas reuniões da Seção Nacional da Alca (SENALCA), o organismo criado pelo Itamaraty para discutir o tema com a sociedade civil organizada. São principalmente a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Estas em geral manifestam-se a favor das negociações e da necessidade de se prepararem para elas, embora alguns discursos são construídos mais a partir de um sentimento de inexorabilidade da aprovação da Alca e que devem estar preparados para negociar os “termos da rendição”.

Vários estudos tem sido realizados no Brasil pelo próprio governo federal, CNI, Câmara Americana de Comércio, revistas especializadas, entre outros, tentando identificar no Brasil, quem ganha e quem perde com a Alca. Importante pesquisa foi realizada pela Professora Lia Valls Pereira da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, sobre o impacto da redução tarifária no hemisfério e apontando setores que ganhariam e os que tenderiam a perder. Porém não considera e nem teria como, medir este impacto a partir da manutenção ou modificações das medidas não tarifárias ora existentes.

Tomando por exemplo, um destes levantamentos, feito pelo Centro de Pesquisa e Comunicação (CEPAC), ouvindo 53 empresas e publicado pela revista Exame no mês de março, que aponta uma série de dados, inclusive contraditórios, veremos que:

- a maioria das empresas, 60%, avalia que o Brasil ganhará com a Alca e 47% acham que serão também beneficiadas. Ao mesmo tempo, apenas 7% discutiram o tema e tomaram providências para se adequar e apenas 25% admitem a antecipação do cronograma de negociações, enquanto 72% acham que o Brasil não está preparado para a Alca e 55% das empresas ouvidas, admitem não estar preparadas ou apenas parcialmente.

Numa enquete feita pela Câmara Americana de Comércio, 50,4% dos que opinaram eram contrários a Alca e 49,6% a favor, acreditando que terão acesso ao mercado norte-americano. Estudos feitos sobre alguns setores produtivos, como o do CEPAC e outro realizado pela Fundação do Comércio Exterior (FUNCEX) (FSP, 2001), apontam para as seguintes situações setoriais:

- Máquinas e equipamentos – é competitivo na América Latina, mas perde perante os EUA.
- Eletro-eletrônico – perde para os EUA.
- Químico – possui baixa competitividade e contribui para o déficit comercial. Perde.
- Farmacêutico – depende mais de políticas nacionais de saúde, que de políticas comerciais. Tende a perder perante a política dos EUA.
- Papel e celulose – embora modernizado, não compete com a escala norte-americana e canadense. Perde.
- Móveis – não está preparado. Perde.
- Siderurgia – se os EUA eliminar medidas *anti-dumping*, ganha.
- Álcool – mesma situação.
- Sucos – mesma situação.
- Calçados – se tarifa for a “zero”, ganha. Se não, fica como está.
- Têxteis – reestruturou-se após a primeira onda de abertura. Se EUA eliminar medidas *anti-dumping*, ganha. Se não, fica como está.

- *Agro-business* – se EUA eliminar subsídios à sua agricultura, ganha.
- Soja – mesma situação.

Além dos produtos sob contencioso comercial, já citados, há ainda o caso do açúcar, fumo, vários produtos siderúrgicos, óleos vegetais, carnes, pescados, gasolina, etc, prejudicados pelas barreiras não tarifárias dos Estados Unidos.

Mesmo uma leitura superficial como esta, deveria colocar os empresários brasileiros em alerta, mas até o momento não tem sido assim. Por enquanto os aliados do movimento social em oposição a Alca no setor empresarial, tem sido apenas pequenos e médios empreendedores, cada vez mais esmagados pela globalização em geral e com tendência a piorar caso o acordo se viabilize pois as pequenas e médias empresas brasileiras atuam principalmente para o mercado interno e apenas 2% de sua produção se destina a exportação, enquanto nos EUA o setor pequeno e médio exporta 50% de sua produção.

No caso da agricultura, os precedentes dos acordos de livre comércio com a liberalização e a desregulação, como o MERCOSUL e o NAFTA, demonstram que os beneficiados são as grandes propriedades agrícolas e as empresas de *agro-business*, pois são as únicas que tem capacidade de enfrentar a queda dos preços das *commodities* devido à escala de sua produção, os subsídios à agricultura norte-americana e também pelas mudanças nos hábitos de consumo que tem privilegiado a alimentação industrializada. O nível atual dos subsídios agrícolas concedidos pelo governo dos EUA chegam a representar até 70% da renda líquida dos agricultores e em determinados estados, como o estado de Montana, a agricultura só existe devido aos subsídios. No entanto, mesmo assim a concentração de renda no campo norte-americano também é expressiva. Por exemplo, na cultura de maçã, para cada Kg vendido ao consumidor final, as empresas processadoras da fruta e os super mercados, divi-

dem 68% deste preço, enquanto os trabalhadores que a colhem e os proprietários dos pomares, ficam respectivamente com 4% e 7% apenas. Os 21% restantes pagam os custos de transporte e armazenagem.

As conseqüências da liberalização comercial nas Américas causaram sérios problemas sociais, econômicos e ambientais ao campo, como o êxodo rural e crescimento de zonas de pobreza, pois os pequenos agricultores não conseguem manter a posse de suas terras e a estrutura de comercialização existente não atende às necessidades da pequena propriedade e da agricultura familiar. O uso cada vez mais intensivo de agrotóxicos tem provocado problemas sérios de saúde para os trabalhadores rurais, além de prejuízos ambientais. Agora a nova ameaça é a possibilidade do patenteamento de sementes transgênicas, onde poucas mas poderosas Corporações Multinacionais possuem a tecnologia da produção de transgênicos e sustentam esta capacidade com base nos tratados internacionais de propriedade intelectual da OMC e NAFTA, o que num futuro próximo deixará toda a produção de sementes e conseqüentemente de alimentos sob seu controle exclusivo.

5) A Alca será a “mexicanização” do Brasil

As negociações do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA na sigla em inglês) entre EUA, México e Canadá, terminaram em dezembro de 1992, o acordo foi ratificado pelos poderes legislativos dos três países em 1993 e entrou em vigor em janeiro de 1994, extinguindo um acordo anterior e menos abrangente que havia entre EUA e Canadá, o CUSFTA. O conteúdo do NAFTA é muito detalhado, com mais de um milhar de itens e sub-itens, mas que basicamente definem as seguintes regras:

- Desgravação tarifária progressiva, até sua eliminação total em dez anos; regras de origem para garantir que a desgravação favoreça aos países do NAFTA e impedir que outros se utilizem do acordo

como plataforma de acesso ao mercado da América do Norte; unificação de padrões técnicos em consonância com as normas internacionais; acesso dos sócios do NAFTA aos programas de compras governamentais; tratamento não discriminatório sobre investimentos entre os sócios do NAFTA; unificação da política de competitividade; abertura do comércio transfronteiriço nos setores de serviços, incluindo os financeiros; garantia de direitos de propriedade intelectual; direitos de entrada temporária para comerciantes profissionais; tratamento diferenciado para os setores têxtil, vestuário, automotriz, energia, agricultura, transporte terrestre e telecomunicações. (Compa, 1998).

O NAFTA é o modelo que o governo norte-americano vem sustentando como o padrão ideal de desenvolvimento para todo o hemisfério ocidental. Neste acordo, desenvolvimento é definido estritamente como uma expansão do volume de bens e finanças que cruzam a fronteira. Coerentemente, os itens executivos do acordo protegem extraordinariamente os investidores, mas deixa os trabalhadores, meio ambiente e consumidores à mercê do mercado desregulado. Isto resultou em benefícios majoritariamente para o capital, enquanto os trabalhadores tem arcado com o custo do deslocamento industrial, insegurança crescente e infra estrutura pública superada em ambos os lados da fronteira. (Faux, 2001).

Segundo a análise do Economic Policy Institute (EPI) baseado em Washington sobre os sete anos de NAFTA, as conseqüências foram graves para os trabalhadores dos três países. Porém no México a situação é a mais grave. O único emprego que está crescendo é o das “maquilas”. Expandiu-se 13,4% de 1999 a 2000, ocupando 1,3 milhões de pessoas. Esta indústria é responsável hoje por 47% do total das exportações mexicanas e por 54% da exportação da indústria manufatureira, faturando U\$ 57,4 bilhões em 2000. No entanto dos U\$ 40,5 bilhões gastos em matéria prima, U\$ 39,2 bilhões foram com importações, o que significa que o valor agrega-

do dos produtos “maquilados” é apenas U\$ 0.02 por U\$ 1.00 exportado, contra U\$ 0.18 por U\$ 1.00 na indústria de exportação em geral, o que também não representa muito.

A indústria de “maquilas” ou “maquiladoras”, como as chamamos, surgiu no México na década de 60, como uma forma de se tentar promover a industrialização e empregos para as pobres regiões de fronteira com os EUA. Idéia parecida com a instalação da nossa Zona Franca de Manaus, que acabou atraindo também todo um parque industrial de montagem de produtos eletrônicos principalmente. Porém diferentemente da experiência brasileira, cujo atrativo principal era a isenção fiscal, no caso mexicano outros fatores acabaram sendo também importantes, como os baixos custos de mão-de-obra devido à inexistência de sindicatos ou a conivência dos que existiam, inclusive em relação à violação sistemática da própria legislação trabalhista, igualmente em relação à legislação ambiental e principalmente a proximidade da fronteira norte-americana.

Este último levou a instalação de uma avalanche de empresas norte-americanas nas zonas de “maquilas” mexicanas, após a ratificação do Nafta. O EPI calcula que quase 800.000 postos de trabalho foram encerrados nos EUA devido à simples transferência de fábricas para o México, entre elas muitas do setor têxtil e vestuário, mas também processadoras de alimentos e indústrias de autopeças e eletrônicos. São empresas multinacionais muito conhecidas, como Alcoa, Delphi (subsidiária da GM), GE, Hyundai, Panasonic, Sony, Phillips etc. O México recebeu U\$ 10,2 bilhões em investimentos externos diretos em 1998, sendo que 60% se dirigiu à indústria manufatureira e 54% do IED sob o Nafta provém dos EUA.

Poder-se-ia pensar que é um processo interessante de industrialização e geração de empregos. Porém não é. Este tipo de indústria praticamente não agrega valor, não agrega tecnologia, os empregos são mal remunerados e deterioram gravemente o meio ambiente. As empresas atravessam a seu bel prazer a fronteira mexicana insta-

lando-se e retirando-se da mesma forma, muitas vezes encerrando atividades sem aviso prévio e sem indenizar os trabalhadores. Além de tudo, as “maquilas” não representam um setor que se soma a indústria tradicional mexicana, mas sim a transformação dela, o que significa transformar empregos regulares e com direitos assegurados em contratos coletivos, em empregos precários, mal pagos e sem direitos regulares, além da perda de capacidade produtiva do segundo parque industrial latino-americano.

O pior no entanto é o que ocorreu com o salário mexicano na indústria. Nas “maquilas”, o salário mínimo fixado em lei, equivale a U\$ 3,50 por dia. A jornada de trabalho diária é em média 10 horas, embora a jornada legal seja de 48 horas semanais. O salário médio na indústria de transformação diminuiu de U\$ 2.10 por hora em 1994 para U\$ 1.90 em 1999. O dos EUA neste mesmo ano era dez vezes superior. O número de trabalhadores informais neste mesmo período cresceu significativamente, mas a sua renda individual reduziu-se 40% em média, pois o “colchão” do trabalho informal para receber os desempregados do setor formal é limitado, rapidamente se satura e nada mais que divide o mesmo mercado entre mais participantes. De forma geral, o salário médio real teve uma queda de 5% em 2000 e nesse ano 18% da população subsistia com menos de U\$ 1.00 ao dia, contra 15% em 1993. Segundo a ONU, o México hoje ostenta o primeiro lugar na América Latina na dimensão do trabalho infantil com 5 milhões de menores de 14 anos trabalhando.

Ainda assim, o último relatório do Banco Mundial sobre o México recomenda mudanças na legislação trabalhista mexicana, tornando-a mais flexível para assim “atrair mais investimentos”. As mudanças sugeridas são a exclusão:

- Da negociação coletiva garantida por lei, das restrições a contratos temporários, das promoções por senioridade, dos programas de treinamento pagos pelas empresas, da seguridade social paga pelas

empresas e dos planos habitacionais. Trata-se de uma perda total de compostura e inclusive de uma interferência indevida em relação a tratados internacionais, caso do direito a negociação coletiva, assegurada pela Convenção 98 da OIT.

O Governador do Estado do México, Arturo Montiel Rojas, ao participar de recente palestra no Brasil, reconheceu os possíveis efeitos negativos do processo de globalização e regionalização no tocante à distribuição de renda e as vastas desigualdades sociais da América Latina. (Tempo Real, 2001).

Uma outra preocupação é com a agricultura, onde as empresas multinacionais de *agrobusiness* jogam com as diversas situações criadas pelo NAFTA para obter vantagens, pois este é um dos setores que recebeu tratamento diferenciado, isto é, os EUA mantiveram os seus subsídios. O volume de comércio de produtos agrícolas entre os três países cresceu significativamente, mas nem os consumidores e nem os pequenos e médios produtores rurais foram beneficiados.

Durante os primeiros cinco anos do NAFTA, as exportações dos EUA de produtos agrícolas para o México e Canadá cresceram 35%, mas a renda média dos agricultores permaneceu a mesma e no caso de 45% de pequenos e médios produtores, esta decaiu. O Canadá ampliou suas exportações em 57%, mas a renda não recuperou os níveis de 1986. O mesmo ocorreu com o México com o agravante que alguns de seus produtos básicos, como o milho, tem restrições à sua exportação para os EUA. A pobreza na zona rural mexicana cresceu 15% desde 1984. Os lucros das empresas processadoras de alimentos no mínimo duplicaram desde o início do NAFTA, enquanto o preço da alimentação a domicílio nos EUA cresceu 20%, o preço de *commodities* agrícolas como o trigo, por exemplo, caiu 42% entre 1995 e 2000.

Este é o quadro atual da segunda maior economia da América Latina. O primeiro país no nosso continente a implementar uma reforma agrária nacional e também o primeiro a criar um código de

trabalho constitucional. Um importante exportador de petróleo e o segundo país mais industrializado. Será que queremos isto para o Brasil?

6) A Alca eliminará a nossa soberania nacional

Um balanço do rascunho dos acordos da Alca, divulgados após a campanha liderada pela Aliança Social Continental solicitando a liberação dos textos, pois o conteúdo de suas negociações até recentemente era secreto, mostra que mais uma vez as corporações multinacionais estão sendo atendidas. Embora grande parte do texto esteja entre colchetes, indicando que ainda há um considerável desacordo entre os negociadores, já se percebe que a Alca poderá vir a ser uma cópia do Nafta no que se refere não somente aos investimentos mas a vários outros temas.

No acordo de livre comércio negociado entre EUA e Canadá (CUSFTA), ainda no final dos anos oitenta, havia um capítulo sobre liberalização de investimentos, bastante amplo e favorável a movimentação das Corporações Multinacionais entre um país e outro. A partir deste acordo, os EUA principalmente, também forçaram a discussão de um acordo no âmbito da Rodada Uruguai do GATT e que foi preservado pela OMC. O Capítulo 11 do NAFTA sobre investimentos ampliou o que havia no CUSFTA e foi também a base das negociações do fracassado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

As negociações do AMI iniciaram-se secretamente ou pelo menos com muita discrição em 1972, o mesmo ano em que se concluíram as negociações do Nafta. Participaram seus 29 integrantes da época, além de alguns países convidados como observadores, entre eles o Brasil. A intenção deste acordo era a de restringir definitivamente a capacidade dos governos nacionais de regular as movimentações dos capitais externos, além de garantir toda

a segurança a sua movimentação. No entanto no momento de definir a exclusão de setores sensíveis houve divergências entre os negociadores, pois os EUA não aceitaram que a indústria cultural francesa fosse um setor a ser excluído e o acordo não foi adiante.

No entanto, sempre que possível, o seu conteúdo reaparece aqui e acolá e a proposta do governo norte-americano para um acordo de investimentos na Alca é quase uma cópia do Capítulo 11 do Nafta, que possui tantos inconvenientes para a soberania nacional, que até o neoliberal governo canadense quer rever este capítulo. As análises iniciais da proposta sobre investimentos na Alca, que estão sendo realizadas no âmbito da Aliança Social Continental, apontam os seguintes problemas:

Mecanismos de solução de controvérsias: é uma cópia fiel do Nafta. Tais mecanismos outorgam às corporações transnacionais direitos especiais para o uso de arbitragem internacional de forma secreta e sem controles públicos. Substituem as legislações nacionais e as cortes jurídicas dos países hospedes dos investimentos estrangeiros. Leis e regulações nacionais estabelecidas depois de anos de processos democráticos correm o risco de serem derogadas.

Expropriação: estabelece definições tão amplas quanto no Nafta e se aplicam a expropriações diretas ou indiretas, bem como a qualquer medida pública cujos efeitos possam ser considerados equivalentes a uma expropriação pelas transnacionais, se afetarem seus interesses. Dessa forma, uma empresa multinacional poderá, como ocorre no Nafta, processar um governo cujas ações provoquem uma diminuição dos lucros esperados

Controles de Capital: pretende ir além do Nafta no sentido de prevenir que os governos exerçam qualquer tipo de controle sobre o movimento de capital. Considerando que existe um aparente consenso com respeito aos danos provocados pelos capitais voláteis e a necessidade de controla-los para combater efetivamente as crises financeiras, a Alca caminha na direção oposta.

Tratamento Nacional: assim como no Nafta, a Alca obrigará os governos a dar aos investidores estrangeiros o mesmo tratamento concedido aos investidores domésticos. Atualmente os governos ainda têm uma oportunidade de negociar exceções.

Requisitos de desempenho: é praticamente uma cópia fiel do Nafta e de sua ampla série de proibições dos requisitos de desempenho às inversões estrangeiras. Estes requisitos deveriam servir para assegurar o desenvolvimento econômico e social, conforme previsto em outros tratados internacionais, em nível nacional e local. Ao proibir os governos de impor requisitos aos investidores externos, o acordo cerceia a soberania dos Estados, restringe o seu poder de decisão dos rumos do desenvolvimento econômico e social e ameaça a formulação democrática das políticas públicas

Definição de investimentos: o rascunho do acordo em discussão relaciona diferentes definições de “investimentos”. Quase todas são mais amplas do que a definição de investimento do Nafta. Algumas simplesmente repetem as definições que constavam do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), liberalizando investimentos, dando-lhe proteção e assegurando a repatriação dos lucros, passando por cima de legislações nacionais.

O proposto é tão draconiano que o atual e liberal Ministro de Relações Exteriores do Canadá, Pierre Pettigrew, afirmou que não assinaria um Alca com capítulo semelhante. (The Globe and Mail, 2000). Já existem vários exemplos de como o Capítulo 11 do NAFTA vem sendo aplicado por intermédio de julgamentos secretos e sem direito a apelação, que vale a pena reproduzir.

A Ethyl Corporation dos EUA que adiciona chumbo ao tipo de gasolina que vende, moveu um caso contra o governo do Canadá, porque sua legislação ambiental impedia a venda de gasolina com o aditivo MMT, considerado prejudicial à saúde. A Ethyl pediu uma indenização de U\$ 251 milhões pelo prejuízo de não poder vender o MMT no Canadá. Este sentindo que iria perder o caso pagou U\$

13 milhões para a Ethyl a título de indenização e declarou o MMT como um produto não danoso a saúde. Um caso típico onde os interesses de uma empresa modificaram uma lei soberana, mesmo com a possibilidade de afetar o meio ambiente e os interesses da sociedade.

Há também um caso movido pela United Parcell Service (UPS), empresa norte-americana de entregas de pequenas encomendas, contra o governo canadense porque o serviço de correio daquele país é estatal e portanto o serviço de entregas, justamente onde a UPS atua, estaria indiretamente sendo subsidiado.

O exemplo mais escandaloso é o caso do Loewen Group, uma empresa funerária canadense que tem mais de 100 lojas nos EUA. Este foi condenado em 1995 por um tribunal de Mississippi por práticas empresariais fraudulentas e temerárias, onde se fez um acordo fixando a multa em U\$ 150 milhões. Agora está movendo um caso contra o governo norte-americano, alegando que a condenação violou os direitos do investidor assegurados pelo NAFTA e pede U\$ 750 milhões de indenização. (Rep. Card, 1998).

Se isto vier a ser aprovado, cai por terra qualquer possibilidade de um Estado Nacional definir por si mesmo sobre sua política de desenvolvimento, quais setores quer induzir, quais mecanismos deseja adotar para a atração de capitais e o orçamento público fica disponível para indenizar investimentos mal sucedidos de empresas privadas. Estas regras para investimentos representam uma verdadeira “Declaração de Direitos do Capital” e que os países em vias de desenvolvimento não tem a menor condição de aceitar sob o risco de comprometer definitivamente o seu futuro.

Bibliografia

- BARBOSA, Alexandre de Freitas (2000/2001). *Alca e OMC: a inserção externa do Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho*. Revista Proposta da FASE, [s.l. : s.n.].
- BATISTA, Paulo Nogueira (1995). *O Consenso de Washington*. Cadernos de Debates das Associações da CESP, No. 1, 1995.
- COMPÁ, Lance (1998). *El Acuerdo de Cooperación Laboral del TLCAN: Dimensión social o decepción social? SINDICALISMO y Globalización*. [s.l.] : Nueva Sociedad.
- DUPAS, Gilberto (2001). Palestra proferida ne Escola Sul da CUT. [s.l. : s.n.]. set.
- ESTATUTOS (2000). [s.l.] : United States International Trade Commission.
- FAUX, Jeff (2001). *The Global Alternative*. In: *The American Prospect*, [s.l. : s.n.].
- FOLHA DE SÃO PAULO (2001). São Paulo, 15 abr.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *A política dos Estados Unidos para o mundo e para o Brasil*. Consulta Popular – Cartilha [s.l. : s.n.].No. 8, 2000.
- HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de (1998). *Livre comércio versus protecionismo*. Estudos Econômicos, [s.l. : s.n.], v.28, n.1.
- JUNIOR, Paulo Nogueira Batista (1998). *O mito da Globalização*. [s.l. : s.n.]. (Cadernos do SENGE).
- OIT (2001). *Texto sobre instituições multilaterais produzido pela ACTRAV*. [s.l. : s.n.].
- REPORT CARD (1998). Washington : Public Citizen's Global Trade Watch.
- TEMPO REAL (2001). [s.l. : s.n.], n.7, 7 maio.
- THE GLOBE AND MAIL (2000). [s.l. : s.n.], dez.

Notas

- 1 Consenso de Washington é como ficou conhecida a política incentivada pelo FMI e Banco Mundial para combater a inflação e estabilizar as economias latino americanas a partir do final da década de 80. É composta de dez pontos, entre eles as privatizações, redução tarifária, reforma cambial, reforma fiscal, etc.
- 2 Nafta ou North America Free Trade Agreement é o acordo de livre comércio entre EUA, Canadá e México, em vigor desde 1º de janeiro de 1994.

- 3 O Mercado Comum do Cone Sul é uma União Aduaneira Incompleta, pois sua tarifa externa é comum com exceção de determinada lista de produtos, entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai inaugurado em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção.
- 4 Tese que foi desenvolvida na Escola de Economia da Universidade de Chicago defendendo o controle do volume da massa de moeda, que somente deveria se expandir de forma moderada e regular para apoiar o crescimento econômico. Seu principal defensor era Milton Friedman um economista liberal norte americano. As ditaduras Chilena e Argentina adotaram esta tese como base para sua política econômica.
- 5 Dumping significa vender um produto por um preço menor que o real para derrotar a concorrência e assim tomar conta do mercado.

DOCUMENTOS

9 – DECLARAÇÃO DA VI REUNIÃO DOS MINISTROS DE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

(Buenos Aires, Argentina, 7 de abril de 2001)

1. Nós, os Ministros Responsáveis pelo Comércio no Hemisfério, em representação dos 34 países que participam das negociações da Área de Livre Comércio das Américas, celebramos nossa Sexta Reunião Ministerial em Buenos Aires, Argentina, em 7 de abril de 2001.

2. Tomamos nota dos importantes avanços registrados nas negociações da ALCA nesta segunda etapa de dezoito meses sob a Presidência da República Argentina. Reafirmamos os princípios e objetivos que guiaram nosso trabalho desde a Primeira Cúpula das Américas; em particular, o consenso como princípio fundamental para a tomada de decisões do processo da ALCA e a consecução de um acordo equilibrado, abrangente e em conformidade com as regras e disciplinas da Organização Mundial do Comércio. Reafirmamos que o resultado das negociações da ALCA constituirá um compromisso único (*single undertaking*), abrangente, que incorpore os direitos e obrigações que sejam mutuamente acordados para todos os países-membros. Reiteramos que a ALCA pode coexistir com os acordos bilaterais e sub-regionais, na medida em que os

direitos e obrigações contidos nesses acordos não estejam cobertos ou superem os direitos e obrigações da ALCA. Levando em consideração os progressos alcançados no processo de negociação, recomendamos aos mandatários que, na Terceira Cúpula das Américas, estabeleçam as diretrizes para assegurar que as negociações do Acordo da ALCA sejam concluídas, o mais tardar, em janeiro de 2005 para a sua entrada em vigor o quanto antes, até, no máximo, dezembro de 2005.

3. Acreditamos na importância da liberalização do comércio, tanto no nível mundial quanto no regional, para gerar crescimento econômico e prosperidade no hemisfério. Nesse sentido, consideramos importante o fortalecimento dos processos de integração em andamento, os quais podem facilitar a consecução de uma integração hemisférica plena. Reafirmamos nosso compromisso com um sistema de comércio mundial mais aberto e equilibrado e entendemos que as negociações da ALCA facilitarão a consecução desse objetivo. Por conseguinte, reiteramos nosso compromisso de evitar, na medida do possível, a adoção de políticas ou medidas que possam afetar negativamente o comércio e o investimento regional e a aplicação de barreiras comerciais adicionais a países extra-hemisféricos.

4. Na Terceira Cúpula das Américas, a ser celebrada na cidade de Quebec entre os dias 20 e 22 de abril de 2001, nossos Chefes de Estado e de Governo analisarão os progressos alcançados na implementação dos desafios identificados nas Cúpulas das Américas anteriores e na identificação de novas prioridades para a ação hemisférica. Reconhecemos a significativa contribuição que a integração econômica, principalmente através da ALCA, pode representar para a consecução dos objetivos previstos no processo da Cúpula das Américas, que inclui o fortalecimento da democracia, a criação de prosperidade e a realização do potencial humano. Reiteramos que a negociação da ALCA levará em consideração a vasta

agenda social e econômica contida nas Declarações e Planos de Ação de Miami e Santiago, no intuito de contribuir para elevar os padrões de vida, melhorar as condições trabalhistas dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente. Reiteramos que um dos nossos objetivos gerais é buscar que nossas políticas de meio ambiente e de liberalização comercial se apoiem mutuamente, levando em consideração os esforços realizados pela Organização Mundial do Comércio e outras organizações internacionais; e garantir, de acordo com nossas respectivas leis e regulamentos, a observância e promoção dos direitos trabalhistas, renovando nosso compromisso de respeitar as normas fundamentais do trabalho reconhecidas internacionalmente e reconhecendo que a Organização Internacional do Trabalho é a entidade competente para o estabelecimento e tratamento dessas normas trabalhistas fundamentais.

5. Reafirmamos nosso compromisso, contido em Declarações Ministeriais anteriores, de levar em consideração, no desenho da ALCA, as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias de nosso Hemisfério, de forma a criar oportunidades para a plena participação das economias menores e aumentar seu nível de desenvolvimento. Reconhecemos as amplas diferenças existentes no nível de desenvolvimento e no tamanho das economias em nosso Hemisfério e levaremos em consideração essas diferenças em nossas negociações, para assegurar que recebam o tratamento requerido, a fim de garantir a plena participação de todos os membros na construção e nos benefícios da ALCA.

6. Reiteramos a importância que tem a cooperação para permitir o fortalecimento da capacidade produtiva e da competitividade dessas economias. Assim sendo, e à luz dos princípios gerais que aprovamos na Declaração Ministerial de Costa Rica, reafirmamos a necessidade de contar com assistência técnica, bem como disposições especiais, a fim de atender as necessidades dos países com economias de diferentes níveis de desenvolvimento e tamanho, dentre

elas, as necessidades específicas das economias menores, de forma que realizem sua capacidade para obter os máximos benefícios de sua participação na ALCA.

7. Reconhecemos a importância da estabilidade macroeconômica como fator de previsibilidade que permitirá atingir maior bem-estar, colaborando para o aumento dos fluxos comerciais, da integração econômica e do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, destacamos a importância do desenvolvimento de uma maior integração hemisférica, consistente com os objetivos previstos nas sucessivas Cúpulas das Américas.

8. Consideramos que a Terceira Cúpula das Américas constitui uma oportunidade para prosseguir aprofundando os Planos de Ação aprovados em Cúpulas anteriores, a fim de fortalecer programas de cooperação hemisférica que permitam apoiar os esforços de cada país em questões relevantes para sua participação efetiva nas negociações e benefícios da ALCA.

Presente e futuro das negociações

9. Examinamos o Relatório preparado pelo Comitê de Negociações Comerciais e, dos êxitos obtidos nesta segunda fase de negociações, queremos sublinhar, em especial: a elaboração de uma primeira minuta de um Acordo ALCA, decorrente da compilação das minutas de texto elaboradas pelos Grupos de Negociação; o início das discussões sobre a estrutura geral do Acordo ALCA (aspectos gerais e institucionais); os avanços nos relatórios sobre a inter-relação entre comércio e política de concorrência, incluindo medidas *anti-dumping* e sobre a interação entre os Grupos de Acesso a Mercados e Agricultura; sobre o tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias nos acordos de comércio e de integração; na transferência da Secretaria Administrativa para o Panamá, em cumprimento do decidido em nossa Quarta Reunião Ministerial; os avanços na preparação de um Manual de

Organização para a Secretaria Administrativa e o avanço na implementação das dezoito medidas de facilitação de negócios aprovadas em nossa Quinta Reunião Ministerial.

10. Apreciamos o considerável trabalho realizado pelos Grupos de Negociação no desenvolvimento das minutas de texto. À luz desses progressos, instruímos os Grupos de Negociação a intensificar os esforços para resolver as divergências existentes e alcançar consenso, com vista a eliminar os colchetes das minutas de texto, na maior medida possível, e trabalhar na consolidação de textos com base nas instruções específicas incluídas no Anexo I e enviar ao CNC uma nova versão de capítulo em suas respectivas áreas, oito semanas antes de nossa próxima reunião, o mais tardar.

11. O Comitê de Negociações Comerciais deverá assegurar que sejam obtidos avanços em todos os Grupos de Negociação, de acordo com os princípios gerais acordados em nossa Reunião de São José. Nesse âmbito, deverá avaliar os progressos alcançados nos Grupos de Negociação no que diz respeito às tarefas contidas no Anexo I desta Declaração e resolver as eventuais divergências existentes nas recomendações, dando instruções para que as negociações de acesso a mercados se iniciem em 15 de maio de 2002, o mais tardar.

12. Instruímos o Comitê de Negociações Comerciais a elaborar uma segunda versão da minuta do Acordo ALCA, incluídos os capítulos de cada Grupo de Negociação e os capítulos que abarquem os aspectos gerais e institucionais, para que seja por nós considerada na próxima reunião Ministerial.

13. Também instruímos o Comitê de Negociações Comerciais a continuar examinando o tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério, dentre elas, das economias menores, e fornecer, a respeito, a orientação permanente aos Grupos de Negociação para que considerem as propostas concretas enviadas pelos países, ou grupos de países, em cada um dos temas substantivos de negociação.

14. Com o apoio do Grupo Consultivo de Economias Menores e do Comitê Tripartite, o Comitê de Negociações Comerciais deverá formular, em 1º de novembro de 2001, o mais tardar, bases ou diretrizes para o modo de aplicação do tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias.

15. Para a realização desses trabalhos, acordamos que o CNC deveria realizar, no mínimo, três reuniões, no decurso dos próximos dezoito meses, que culminam em nossa próxima reunião Ministerial, a ser realizada, o mais tardar, em 31 de outubro de 2002. As reuniões serão realizadas na Nicarágua, Venezuela e República Dominicana, sucessivamente.

16. Consideramos e tomamos nota do relatório do Comitê de Negociações Comerciais e reafirmamos seu papel como órgão executivo do processo de negociação. Essa atividade de condução geral do processo inclui, entre outras atividades: guiar o trabalho das diferentes entidades da ALCA, procurando manter um avanço equilibrado em todas as áreas de negociação, de acordo com seus objetivos e mandatos; decidir a estrutura geral do Acordo ALCA – aspectos gerais e institucionais –, supervisionando as tarefas gerais do Comitê Técnico de Assuntos Institucionais; assegurar a transparência do processo negociador; supervisionar o trabalho da Secretaria Administrativa; supervisionar o trabalho do Sub-comitê de Orçamento e Finanças; supervisionar as solicitações feitas ao Comitê Tripartite, estabelecendo prioridades quando for necessário; supervisionar a implementação das medidas de facilitação de negócios acordadas e continuar analisando o tratamento das diferenças no nível de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério.

17. Reiteramos nossas instruções ao Comitê de Negociações Comerciais para que continue identificando vínculos entre as entidades da ALCA, especificando os procedimentos apropriados para garantir a sua efetiva e oportuna coordenação.

18. Instruímos o Comitê de Negociações Comerciais a avaliar, em consulta com os Grupos de Negociação, e de modo permanente, a necessidade de criar novos Grupos de Negociação, com base nos avanços registrados pelos Grupos existentes, estabelecendo outros Grupos ou Subgrupos de Negociação, conforme seja necessário.

Facilitação de Negócios

19. Recebemos o relatório do Grupo *ad hoc* de Peritos Aduaneiros e tomamos nota dos progressos alcançados na implementação das medidas de facilitação de negócios aprovadas em nossa reunião anterior. Instamos os países a prosseguir trabalhando, com vista a implementar plenamente essas medidas, com o apoio de planos de cooperação e de assistência técnica, no entendimento de que as mesmas deverão contribuir significativamente para agilizar as transações no Hemisfério e criar um ambiente de negócios mais eficiente e previsível.

20. Nesse sentido, celebramos a aprovação do projeto de cooperação técnica do Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN) – subordinado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – que contribuirá para facilitar a implementação das medidas aduaneiras, levando em consideração as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias, e, dentre elas, das economias menores.

21. Recebemos, igualmente, o relatório do Comitê Tripartite sobre as medidas de facilitação de negócios em matéria de transparência e ratificamos a importância de uma plena e contínua implementação das mesmas. Instamos os Governos que forneçam a informação necessária para manter atualizada a página oficial da ALCA, permitindo às comunidades empresariais e outros setores interessados o acesso rápido e útil à informação.

Revezamento de Presidências e Vice-Presidências

22. Agradecemos o trabalho realizado pelos Presidentes e Vice-Presidentes dos Grupos de Negociação, Grupo Consultivo e Co-

mitês, nesta segunda fase de negociações. Seus esforços e dedicação profissional contribuíram de modo significativo para o progresso alcançado até esta data. Em cumprimento do critério de revezamento decidido em nossa Quarta Reunião, aprovamos uma nova lista – incluída como Anexo II desta Declaração – dos países que exercerão a Presidência e Vice-presidência das diferentes entidades da ALCA na terceira fase de dezoito meses de negociações.

Transparência e participação da sociedade civil

23. Na Cúpula de Santiago, nossos Mandatários deram aos negociadores da ALCA a instrução de assegurar que o processo de negociação seja transparente e de realizar as negociações de forma a gerar amplo respaldo e compreensão pública a respeito da ALCA. Em concordância com esse mandato, e segundo nosso compromisso de transparência, concordamos em tornar pública a minuta do Acordo ALCA, nas quatro línguas oficiais, depois da Terceira Cúpula das Américas. Acreditamos que a divulgação desse texto atenuará consideravelmente a preocupação pública a respeito da ALCA e estabelecerá novos padrões de transparência nas negociações comerciais. Também decidimos divulgar, após cada Cúpula das Américas, os resultados alcançados no processo de negociações.

24. Reafirmamos nosso compromisso com o princípio de transparência do processo ALCA e reconhecemos a necessidade de uma participação crescente dos diferentes setores da sociedade civil na iniciativa hemisférica. Agradecemos as contribuições realizadas pela sociedade civil nesta fase de negociações da ALCA e instamos-lhe a prosseguir fornecendo suas contribuições de forma construtiva nos assuntos relacionados com o comércio que sejam de relevância para a ALCA. Apreciamos as recomendações na matéria apresentadas pelo Comitê de Negociações Comerciais para nossa consideração.

25. Consideramos que o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil é um importante mecanis-

mo para a consecução do compromisso de transparência e recebemos com satisfação o relatório que apresenta a variedade de pontos de vista recebidos, nesta fase, dos indivíduos e organizações do Hemisfério.

26. Nesse sentido, instruímos o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil a possibilitar um processo de comunicação crescente e sustentado com a sociedade civil, no intuito de conseguir que esta tenha uma percepção clara do desenvolvimento do processo de negociações da ALCA. Com esse propósito, instruímos esse Comitê a desenvolver uma lista de opções para a consideração e decisão do Comitê de Negociações Comerciais em sua próxima reunião, entre as quais poderão ser indicados programas de divulgação nas economias menores, que poderão contar com o apoio do Comitê Tripartite ou de outras fontes de financiamento internacional.

27. Da mesma forma, instruímos o Comitê de Negociações Comerciais a analisar a possibilidade de incorporar mais informação sobre o processo ALCA na página oficial, incluindo a divulgação do Segundo Relatório do Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil.

28. Também instruímos o Comitê de Representantes Governamentais a enviar aos Grupos de Negociação as contribuições apresentadas pela sociedade civil no que se refere aos seus temas respectivos, assim como aquelas relacionadas com o processo ALCA em geral.

29. Agradecemos as recomendações efetuadas pelo Sexto Foro Empresarial das Américas, as quais, do mesmo modo que as realizadas em foros anteriores, constituem valiosa contribuição às negociações.

30. Tomamos nota dos foros e seminários sobre as negociações da ALCA que diferentes organizações da sociedade civil têm realizado nos países da região e os convidamos a apresentar as conclusões de seus trabalhos ao Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil.

Comércio Eletrônico

31. Agradecemos, também, o novo relatório do Comitê Conjunto de Peritos do Setor Público e Privado sobre Comércio Eletrônico. Suas recomendações serão remetidas às autoridades governamentais competentes e ficarão à disposição do público em geral. Acordamos que o Comitê conjunto continue mantendo reuniões, no intuito de formular novas recomendações sobre assuntos incluídos em seu mandato, e que nos apresente um novo relatório em nossa próxima reunião. Instruímos o Comitê de Comércio Eletrônico a aprofundar a revisão dos assuntos específicos que figuram em sua agenda de trabalho, a identificar novos temas relativos a essa matéria, incluindo mecanismos voltados a reduzir a crescente brecha digital existente entre os países do Hemisfério.

Grupo Consultivo de Economias Menores

32. Recebemos o relatório do Grupo Consultivo de Economias Menores e agradecemos suas recomendações sobre ações e tarefas para levar a cabo o trabalho futuro do Grupo, no intuito de concretizar o tratamento das diferenças no nível de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério. Lembramos que as recomendações relativas às diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério deverão ser levadas em consideração no âmbito de cada Grupo de Negociação. Instruímos o CNC a analisar mecanismos voltados ao fortalecimento do fluxo de informação entre os Grupos de Negociação e o GCEM sobre assuntos de relevância para os interesses e preocupações das economias menores, de modo que o GCEM possa cumprir adequadamente o seu mandato. Apreciamos o considerável progresso realizado no desenvolvimento de um banco de dados contendo as necessidades e fontes de fornecimento de assistência técnica às economias menores e agradecemos a realização de esforços adicionais voltados ao fortalecimento do sistema.

Comitê Tripartite

33. Destacamos a contribuição analítica, técnica e financeira fornecida pelo Comitê Tripartite – constituído pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pela Organização dos Estados Americanos e pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe – às diversas entidades da ALCA. Reconhecemos que esse apoio foi importante para o avanço das negociações até esta data e instamos essas instituições a prosseguir colaborando com o processo de integração hemisférica.

Secretaria Administrativa

34. Reconhecemos o apoio logístico dado às negociações pela Secretaria Administrativa. Agradecemos ao Governo e à comunidade da Flórida pelo substancial apoio dado à Secretaria Administrativa durante sua permanência em Miami e ao Governo e à comunidade do Panamá pelos esforços realizados para permitir o funcionamento eficiente da Secretaria Administrativa nesse país até fevereiro de 2003.

35. Tomamos nota da transferência da Secretaria Administrativa ao Panamá, de acordo com as disposições da Quarta Reunião Ministerial, e dos avanços obtidos na preparação de um Manual de Organização para a Secretaria Administrativa.

36. Agradecemos ao Comitê Tripartite o apoio dado para a instalação da Secretaria Administrativa em sua nova sede.

Agradecimento

37. Agradecemos à Guatemala, a Barbados e ao Peru pela organização das reuniões do Comitê de Negociações Comerciais, e à República Argentina pelo exercício da Presidência da ALCA durante esta segunda fase de negociações e pela organização desta Sexta Reunião Ministerial. Nossa próxima reunião será no Equador, em outubro de 2002, o mais tardar.

ANEXO I

INSTRUÇÕES AOS GRUPOS DE NEGOCIAÇÃO

Instruções Gerais

1. Instruímos os Grupos de Negociação a dar continuidade a seu trabalho segundo o princípio geral de que qualquer delegação tem o direito de apresentar as propostas de texto que considere relevantes para o avanço efetivo do processo, as quais, eventualmente, ficarão entre colchetes.

Muitos Ministros reconheceram que as questões ambientais e trabalhistas não deveriam ser invocadas como condicionantes, nem submetidas a disciplinas cujo descumprimento esteja sujeito a restrições ou sanções comerciais.

2. Instruímos os Grupos de Negociação a ter presente que as propostas de texto já apresentadas ou por apresentar não devem deixar sem efeito as obrigações a serem assumidas pelos países com relação aos temas ou áreas substantivas que integram a agenda de negociações da ALCA.

3. Instruímos os Grupos de Negociação que elaboram disposições especiais sobre solução de controvérsias a enviar suas propostas ao Grupo de Negociação sobre Solução de Controvérsias, para que esse Grupo examine, de forma coordenada com esses Grupos de Negociação, a compatibilidade dessas disposições com as regras elaboradas sobre a matéria e remeta suas conclusões para consideração do Comitê de Negociações Comerciais ou do Comitê Técnico de Assuntos Institucionais, conforme o caso.

4. Reiteramos aos Grupos de Negociação a obrigação de considerar propostas que assegurem o tratamento das diferenças de níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério, em particular a situação das economias menores, através da consideração das propostas que sejam apresentadas pelos países ou grupos de países.

Acesso a Mercados

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, de forma coordenada com o Grupo de Negociação sobre Agricultura, recomendações sobre métodos e modalidades para a negociação tarifária no prazo de 1º de abril de 2002, para sua avaliação pelo CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002.

2. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a definir, no prazo de 1º de abril de 2002, o calendário e as modalidades para o estabelecimento de regras de origem na ALCA, para sua avaliação pelo CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002.

3. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a acelerar o processo de identificação das medidas não-tarifárias, de forma a contar, em 1º de abril de 2002, com um primeiro inventário de medidas, a fim de estabelecer uma metodologia, incluindo um cronograma, quando for apropriado, para a eliminação, redução, definição, redefinição, reordenamento e/ou prevenção das barreiras não-tarifárias.

4. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a trabalhar, em coordenação com o Grupo de Negociação sobre Agricultura e o Comitê Tripartite, no intuito de permitir a plena operacionalidade do Banco de Dados Hemisférico em 1º de novembro de 2001.

5. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a intensificar a negociação de um regime de salvaguardas aplicável aos produtos do Hemisfério e a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, no prazo de 1º de abril de 2002, um relatório dos avanços registrados na matéria.

6. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados a trabalhar, de forma coordenada com o Grupo de Negociação so-

bre Agricultura, quando considerarem necessário, para tratar de temas de interesse comum.

Agricultura

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, de forma coordenada com o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados, recomendações sobre métodos e modalidades para a negociação tarifária no prazo de 1º de abril de 2002, para sua avaliação pelo CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002.

2. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais recomendações sobre o alcance e metodologia para a eliminação dos subsídios às exportações que afetam o comércio dos produtos agrícolas no Hemisfério, no prazo de 1º de abril de 2002, para sua avaliação pelo CNC em sua primeira reunião após essa data.

3. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, no prazo de 1º de abril de 2002, recomendações sobre os tipos de medidas e a metodologia para o desenvolvimento das disciplinas a serem adotadas para o tratamento de todas as práticas que distorçam o comércio de produtos agrícolas, incluindo aquelas com efeito equivalente aos subsídios às exportações agrícolas, para sua avaliação no CNC em sua primeira reunião após essa data. Essas recomendações não terão limitação alguma para a discussão de todos os elementos e temas considerados necessários pelas delegações para abordar a totalidade das práticas mencionadas.

4. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a acelerar o processo de identificação das medidas não-tarifárias, a fim de contar, em 1º de abril de 2002, com um primeiro inventário de medidas, a fim de estabelecer uma metodologia, incluindo um cronograma, quando for apropriado, para a eliminação, redução,

definição, redefinição, reordenamento e/ou prevenção das barreiras não-tarifárias.

5. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a trabalhar em coordenação com o Grupo de Negociação de Acesso a Mercados e o Comitê Tripartite, no intuito de permitir a plena operacionalidade do Banco de Dados Hemisférico em 1º de novembro de 2001.

6. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a estabelecer um processo de notificação e contra-notificação das medidas sanitárias e fito-sanitárias e a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, no prazo de 1º de abril de 2002, recomendações sobre o tratamento a ser adotado para evitar que essas medidas constituam obstáculos injustificados ao comércio no Hemisfério.

7. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Agricultura a formular mecanismos que facilitem a plena implementação do Acordo MSF da OMC no Hemisfério.

Investimentos

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Investimentos a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais suas recomendações sobre modalidades e procedimentos de negociação, no prazo de 1º de abril de 2002, para avaliação por parte do CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações no mais tarde em 15 de maio de 2002.

Subsídios, Anti-dumping e Direitos Compensatórios

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Subsídios, *Anti-dumping* e Direitos Compensatórios a intensificar o trabalho de identificação de opções para o aprofundamento, se for o caso, das disciplinas relativas aos subsídios existentes no Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC, e a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais recomendações sobre metodologias

para aprofundar as disciplinas sobre subsídios, no prazo de 1º de abril de 2002, para avaliação por parte do Comitê de Negociações Comerciais em sua primeira reunião após essa data.

2. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Subsídios, *Anti-dumping* e Direitos Compensatórios a intensificar os esforços para alcançar um entendimento comum a fim de melhorar, quando possível, as regras e procedimentos relativos à operação e aplicação de leis *anti-dumping* e de direitos compensatórios, a fim de não criar obstáculos injustificados ao livre comércio no Hemisfério, e a apresentar suas recomendações sobre a metodologia a ser utilizada para alcançar esse objetivo no prazo de 1º de abril de 2002, para ser avaliado pelo Comitê de Negociações Comerciais em sua primeira reunião após essa data.

3. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Subsídios, *Anti-dumping* e Direitos Compensatórios a identificar, com base no estudo sobre a Interação entre Comércio e Políticas de Concorrência (documento FTAA.ngadcv/inf/07/Cor.1), aspectos relevantes que mereçam maior consideração pelo Comitê de Negociações Comerciais, e a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais seus resultados no prazo de 1º de abril de 2002.

Política de Concorrência

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Política de Concorrência a intensificar esforços para resolver os quatro questionamentos para pesquisa contidos na Proposta de Trabalho Posterior do Comitê Tripartite sobre o Estudo de Política de Concorrência nas Economias Menores e Economias sem Regimes de Concorrência (FTAA.ngcp/w/56/Cor.1), de acordo com uma metodologia de trabalho acordada.

2. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Política de Concorrência a identificar, com base no Estudo *Anti-dumping* e Acordos de Comércio Regionais (documento FTAA.ngcp/inf/17/Cor.2),

aspectos relevantes que mereçam maior consideração pelo Comitê de Negociações Comerciais, e a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais seus resultados no prazo de 1º de abril de 2002.

Serviços

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Serviços a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais suas recomendações sobre modalidades e procedimentos de negociação, no prazo de 1º de abril de 2002, para avaliação por parte do CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002.

Compras Governamentais

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Compras Governamentais a identificar, no prazo de 1º de abril de 2002, o alcance e detalhamento da informação estatística que deverá estar disponível para os países, para efeitos de seu intercâmbio e como apoio a suas negociações.

2. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Compras Governamentais a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais recomendações sobre diretrizes, procedimentos e prazos de negociação até 1º de abril de 2002, para sua avaliação por parte do CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002

Solução de Controvérsias

1. Instruímos o Grupo de Negociação sobre Solução de Controvérsias a apresentar ao Comitê Técnico de Assuntos Institucionais suas idéias preliminares sobre as instituições necessárias para a adequada implementação do mecanismo de solução de controvérsias previsto na ALCA.

ANEXO 2

Grupos de negociação da alca	Presidente	Vice-presidente
Grupo de negociação sobre acesso a mercados	Argentina	Colombia
Grupo de negociação sobre agricultura	Guatemala	Uruguai
Grupo de negociação sobre compras governamentais	Costa rica	Colombia
Grupo de negociação sobre investimentos	México	Bolívia
Grupo de negociação sobre política de concorrência	Colombia	Perú
Grupo de negociação sobre direitos de propriedade intelectual	Estados unidos	República Dominicana
Grupo de negociação sobre serviços	Caricom	Venezuela
Grupo de negociação sobre solução de controvérsias	Paraguai	Chile
Grupo de negociação sobre subsídios, <i>anti-dumping</i> e direitos compensatórios	Peru	Caricom

Outras entidades da alca	Presidente	Vice-presidente
Grupo consultivo sobre economias menores	Bolívia	Nicarágua
Comitê conjunto de especialistas do governo e do setor privado sobre comércio eletrônico	Canadá	Perú
Comitê de representantes governamentais sobre a participação da sociedade civil	República Dominicana	Panamá
Comitê técnico de assuntos institucionais	Brasil	Equador

10 – DECLARAÇÃO DA SEGUNDA CÚPULA DOS POVOS DA AMÉRICA FRENTE À ALCA

Quebec, abril de 2001

Outra América é possível

Nós, as delegadas e delegados da Segunda Cúpula dos Povos da América, afirmamos nossa oposição ao projeto da Área de Livre Comércio das Américas que está sendo negociado conjunta e secretamente entre os chefes de Estado e de governo e o Fórum dos Empresários das Américas.

Quem somos?

Somos a Aliança Social Continental e vimos de todos os rincões das Américas para que se escute a voz das organizações sindicais, populares, de meio ambiente, de mulheres, de associações indígenas, camponesas, de estudantes e de grupos ecumênicos.

Rechamos esse projeto de liberalização do comércio e dos investimentos, de regulamentações e privatizações. Opomo-nos a um projeto neoliberal racista, sexista, injusto e destruidor do meio ambiente. Propomos a construção de novas vias de integração continental, baseadas na democracia, igualdade, solidariedade, respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Promessas não cumpridas

Desde a Reunião de Cúpula de Miami em 1994, os chefes de Estado e de governo acordaram fortalecer a democracia e os direitos humanos, apoiar a educação e reduzir a pobreza nas Américas. Passados sete anos, nada se fez. A única agenda que prosperou, amparada pelo déficit democrático, foi a negociação da Área de Livre Comércio das Américas.

Não é a primeira vez que os presidentes e chefes de Estado prometem um mundo melhor. Não é a primeira vez que nos pedem, aos povos das Américas, que esperemos os hipotéticos frutos do livre comércio. Não é a primeira vez que enfrentamos o não cumprimento das promessas dos chefes de Estado.

O projeto da ALCA é um estatuto de direitos e liberdades para os investidores e consagra a supremacia do capital sobre o trabalho, transforma a vida e o mundo em mercadorias, nega os direitos humanos, sabota a democracia e solapa a soberania dos Estados.

As assimetrias nas Américas

Vivemos, sem dúvida alguma, em uma América marcada por intoleráveis desigualdades e injustificáveis assimetrias políticas e econômicas:

- Uma população de 800 milhões de pessoas, das quais cerca de 500 milhões vivem na América Latina e a metade delas na pobreza.

- Uma dívida inaceitável de 792 bilhões de dólares com os países do Norte, dos quais 123 bilhões de dólares se destinaram ao pagamento da dívida somente em 1999.

- Uma concentração no Norte de capital, tecnologia e patentes.

- Estados Unidos e Canadá concentram 80% do peso econômico.

- Um mercado laboral em que uma alta proporção dos empregos pertencem ao setor informal, um setor sem voz nem direitos e onde os direitos trabalhistas são constantemente agredidos.

Os acordos de livre comércio agravam as desigualdades entre ricos e pobres; entre homens e mulheres; entre os países do norte e os do sul, e destroem os vínculos ecológicos entre o homem e o meio ambiente. Vinte por cento da população mundial consome oitenta por cento dos recursos naturais do planeta. Esses acordos dirigem a economia para a exportação, em detrimento das necessidades das comunidades locais. Estamos presenciando a consolidação do poder econômico e legal das empresas, em prejuízo da soberania dos povos.

Os acordos de livre comércio podem causar a fragmentação do tecido familiar e social, o que terá repercussões graves para o crescimento e o desenvolvimento dos jovens.

Os acordos de livre comércio favorecem a mercantilização dos bens comuns da humanidade e do planeta. A lógica neoliberal reduz o cidadão a um simples consumidor. Essa lógica favorece a rentabilidade a curto prazo, sem considerar os custos ambientais e sociais.

Os acordos de livre comércio propiciam a privatização sistemática dos serviços públicos tais como a saúde, a educação e os programas sociais, mediante programas de ajuste estrutural nos países do Sul e cortes orçamentários nos países do Norte.

Os acordos de livre comércio fomentam a marginalização dos povos indígenas e a apropriação de seus conhecimentos com fins comerciais.

Os acordos de livre comércio implicam uma crescente feminização da pobreza e a exacerbação das desigualdades já existentes entre homens e mulheres. Incrementam-se consideravelmente as desigualdades salariais, o trabalho sem direito à sindicalização, em condições infra-humanas e freqüentemente degradantes e o trabalho não remunerado e não reconhecido pressuposto no cuidar de uma família e de uma comunidade, a violência doméstica e o comércio sexual de mulheres que já chegou a ser a terceira atividade mais lucrativa depois do tráfico de armas e de drogas.

Nesse contexto, não há possibilidade de chegar a um acordo equitativo.

O que queremos

Queremos colocar os direitos humanos e coletivos tal e como estão definidos nos tratados internacionais, acima dos acordos comerciais. Esses direitos devem ser respeitados sem distinção nem exclusão baseada no gênero, orientação sexual, idade, etnia, nacionalidade, religião, convicções políticas ou condições econômicas.

Queremos o absoluto respeito dos direitos humanos que são universais, iguais e indivisíveis.

Queremos construir pontes entre os povos das Américas, inspirar-nos no pluralismo de nossas histórias e de nossas culturas, fortalecer-nos mutuamente no exercício de uma democracia representativa e participativa.

Queremos experimentar uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres, assegurar o cuidado a todas as crianças, respeitar o meio ambiente, partilhar as riquezas de modo solidário e equitativo.

Queremos o respeito integral dos direitos fundamentais do trabalho, entre eles o direito de associação, o direito à negociação de acordos coletivos e o direito de greve, assim como sua aplicação aos trabalhadores migrantes.

Acolhemos a Declaração da Reunião de Cúpula dos Povos Indígenas celebrada em Ottawa, entre 29 e 31 de março de 2001, e reclamamos o reconhecimento de seus direitos fundamentais.

Queremos Estados promotores do bem comum, capazes de intervir ativamente para assegurar o respeito de todos os direitos humanos, incluindo, para as mulheres, o direito a uma maternidade livremente consentida; para fortalecer a democracia, incluído o direito à comunicação; assegurar a produção e distribuição da riqueza.

Queremos que os Estados garantam o acesso universal e gratuito a uma educação pública de qualidade, aos serviços sociais e de saúde, particularmente no que se refere aos serviços destinados às mulheres (maternidade, contracepção, aborto); eliminem a violência contra a mulher e as crianças e velem pela defesa do meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

Queremos investimentos socialmente produtivos e ecologicamente responsáveis. As regras aplicáveis em escala continental devem promover os investimentos que garantam a criação de empregos de qualidade, em lugar dos investimentos especulativos. Devem igualmente favorecer uma produção duradoura e uma estabilidade econômica.

Queremos um comércio justo e equitativo.

Exigimos a abolição do embargo estadunidense contra Cuba.

Exigimos o fim imediato do Plano Colômbia, que militariza toda a região e piora a situação já deplorável dos direitos humanos.

Exigimos mecanismos democráticos para a adoção de qualquer possível acordo, o que inclui sua ratificação por referendun.

Acolhemos com alegria as conclusões dos diferentes Fóruns da Reunião de Cúpula dos Povos. Essas conclusões enriquecerão nosso projeto alternativo para as Américas.

Chamamos os povos das Américas a intensificar sua mobilização contra o projeto da ALCA e a desenvolver outros modos de integração baseados na democracia, na justiça social e na defesa do meio ambiente.

Outra América é possível!

Quebec, 19 de abril de 2001.

II – DECLARAÇÃO DO ENCONTRO HEMISFÉRICO DE LUTA CONTRA A ALCA

CONSENSO DE HAVANA – 16 de novembro de 2001

Construamos Américas solidárias, lutemos contra a ALCA

As organizações e os movimentos sociais, religiosos e sindicais, de mulheres e homens trabalhadores, jovens, estudantes, religiosos, grupos parlamentares, partidos políticos, intelectuais, ambientalistas, camponeses, organizações indígenas e grupos de defesa dos direitos humanos do continente, realizamos, na Cidade de Havana, de 13 a 16 de novembro de 2001, o Encontro Hemisférico de Luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com o propósito de impulsionar as mobilizações continentais e de repudiar a agenda neoliberal e esse acordo de livre comércio, que constitui um processo, já em andamento, de anexação e recolonização de nossos povos.

Assim como sucedeu na Segunda Cúpula dos Povos da América, realizada em Québec, em abril de 2001, reiteramos que combatemos a ALCA e o modelo neoliberal, que provocou um desastre para a maioria dos habitantes de nosso continente. As políticas da Organização Mundial de Comércio (OMC), do Fundo Monetário

Internacional (FMI) e do Banco Mundial, sustentadas e aplicadas pelos governos neoliberais, aprofundaram a pobreza no interior dos países e as diferenças entre os países do Norte e do Sul.

Nos momentos em que o mundo enfrenta uma crise de consequências imprevisíveis, lamentamos a tragédia provocada pelos ataques terroristas a Nova York e Washington e condenamos todas as manifestações de terrorismo, incluindo a que provém dos Estados, e nos solidarizamos com suas vítimas em todo o mundo. Portanto repudiamos e denunciemos a guerra conduzida pelo governo dos Estados Unidos contra o Afeganistão, cujo povo é quem sofre, em primeiro lugar, as consequências. Do mesmo modo, repudiamos a iniciativa do governo dos Estados Unidos, de promover a militarização da América Latina com o Plano Colômbia, o Plano Puebla-Panamá e outros projetos regionais que se traduzem em mais intervenção e repressão contra os crescentes protestos populares. Exigimos o fim do bloqueio contra Cuba e o desmantelamento das bases militares norte-americanas em Vieques e Manta.

Frente ao Consenso de Washington, que estabeleceu a agenda neoliberal nas Américas, os 800 delegados e delegadas, representantes de 34 países do continente, alcançamos um amplo consenso alternativo. O Consenso de Havana está baseado na perspectiva da integração solidária entre iguais, por conquista da justiça social e do bem-estar de nossos povos. Ao contrário do Consenso de Washington, fundado sobre o fundamentalismo do mercado, temos por objetivo ir construindo uma agenda alternativa, solidária, baseada na globalização dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Sustentamos que a ALCA, como manifestação da rapinagem imperialista, representa uma opção inaceitável para nossas nações. Os povos da América lutam por uma integração que tenha como objetivo central alcançar um verdadeiro desenvolvimento econômico, social e cultural, que tenda a eliminar as enormes desigualdades existentes entre os países e entre mulheres e homens. Os povos

não podem permitir que nossos governos se submetam à ALCA e devemos exigir que assumam sua responsabilidade na definição de políticas nacionais de desenvolvimento econômico e da promoção do bem-estar e da equidade social, sobre a base do respeito à auto-determinação e soberania nacionais.

ALCA é uma versão ampliada do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e, como tal, confere às transnacionais o poder de ditar aos Estados a estandardização de regras e de políticas macroeconômicas.

Na prática, a ALCA significa:

- Que a liberalização dos mercados de bens, serviços, investimentos e direito de propriedade intelectual conduza a uma integração corporativa e à desintegração das economias nacionais, das sociedades e das culturas, assim como a uma escalada na depreciação ambiental, ao impor os direitos privados das empresas multinacionais sobre as Constituições nacionais.

- Que o déficit democrático nas Américas se aprofunde, com a vigência de uma chamada Carta Democrática Interamericana, adotada em Lima, em 11 de setembro de 2001, pelos Estados membros da OEA. Essa Carta ignora a soberania dos povos e pretende, de acordo com parâmetros totalitários, restritivos e excludentes, certificar, a partir da ótica imperial, a legitimidade de um governo.

- Que os povos de nossos países não possam exercer o direito de rechaçar aqueles investimentos que comprometam seu presente e seu futuro socioeconômico, particularmente os fluxos de capital especulativo.

- Que os governos nacionais, submetidos ao supra-poder das transnacionais, não fomentem políticas de fortalecimento da demanda interna e se tornem completamente dependentes dos mercados externos.

- Que os países do Sul disputem ferozmente entre si pelo favor dos mercados e pelos investimentos do Norte, oferecendo seus bai-

xos salários, a discriminação sistemática contra a mulher, contra os povos indígenas e os imigrantes, a falta de proteção social e ambiental e a lassitude de suas leis.

- Que se estenda e aprofunde o desemprego, como uma pandemia implacável, ao mesmo tempo em que se multiplicam desmesuradamente as maquiladoras e zonas francas, onde os trabalhadores da América Latina e do Caribe são super-explorados, com salários várias vezes inferiores aos que as corporações pagam em seus países de origem, e sem respeito aos direitos trabalhistas, ambientais, de saúde, seguridade social, gênero e sindicalização, práticas que, ao se generalizarem extraordinariamente, tornarão o emprego mais precário e barato em todo o hemisfério, com particular efeito sobre mulheres e menores de idade, que são hoje suas principais vítimas.

- Que se ampliem os fluxos migratórios, ao mesmo tempo em que se aprofundam a super-exploração, a discriminação, a perseguição e a repressão aos trabalhadores migrantes e indocumentados, expressando, assim, a contradição entre a extrema abertura para a circulação de bens e serviços e a limitação da circulação dos seres humanos.

- Que as nações se precipitem no abismo da subordinação financeira, agravada pelo imenso peso das dívidas externas, e percam até a menor capacidade de resistência frente às corporações da superpotência continental e mundial.

- Que a agricultura, setor essencial para a maioria dos países da América Latina e do Caribe, fique exposta a uma competição ruíno-
sa, frente ao poderio tecnológico das corporações transnacionais. Os trabalhadores rurais ver-se-ão obrigados, em maior medida, ao êxodo para uma vida miserável nas cidades, prejudicando assim a riqueza cultural e multiétnica, a biodiversidade, as reservas de água potável e as florestais, além de corroer, em grande medida, o trabalho agrícola como fonte de emprego e de sustentabilidade alimentar.

- Que os direitos de propriedade intelectual constituam um monopólio tecnológico das empresas transnacionais e tendam a perpetuar a brecha entre América do Norte e os países da América Latina e do Caribe. Além disso, que se explore o conhecimento tradicional dos povos originários, que se verão despojados de grande parte de suas riquezas naturais e privados do acesso à nova tecnologia, para atender a necessidades básicas e do desenvolvimento.

- Que, ao converter os direitos sociais em pura mercadoria, aprofundem-se ainda mais a pobreza e a crise generalizada, que já sofrem nossos povos, em direitos básicos, como à educação e à saúde.

- Que as transnacionais e os investidores apresentem demandas contra governos e que estas se resolvam em juízos arbitrais internacionais, sob o princípio de que o interesse corporativo transnacional deve impor-se sobre o direito e o interesse nacionais.

- Que os governos da grande maioria dos países do continente cedam inclusive a prerrogativa de realizar compras ao setor privado ou público de sua própria nação, ainda que inspirados no interesse social ou com um fim de desenvolvimento, se as empresas transnacionais consideram-se capazes de demonstrar que sua oferta é superior em termos competitivos.

- Que qualquer fundo público para programas de subsistência básica, ou qualquer tipo de serviços públicos essenciais, incluindo a seguridade social, programas de saúde, educação ou transporte, sejam privatizados, eliminados ou severamente restringidos.

Construindo uma agenda social nas Américas

Consideramos que, no centro de um verdadeiro processo de integração, deve estar o respeito à Declaração Universal dos Direitos dos Povos, que inclui todos os direitos humanos básicos, em sua dimensão civil, cultural, econômica, política e social.

Na referida Declaração, afirma-se que “todo povo cujos direitos fundamentais sejam gravemente ignorados, tem o direito de fazê-los valer...”

Propomos uma política continental alternativa à ALCA, que não reduza a capacidade de nenhum dos Estados de cada país, de defender as necessidades sociais, culturais e econômicas de seus habitantes, e de enfrentar, quando necessário, os interesses das corporações e a pretensão de domínio de qualquer país estrangeiro.

Advogamos por uma alternativa de integração que, longe de minar, paralisar e eliminar os processos integradores que se vêm desenvolvendo na América Latina e no Caribe, dê-lhes abrigo e alento, em benefício do conjunto de países envolvidos nesses processos e de todos que formam nosso continente. Para levar a cabo uma verdadeira integração continental, é indispensável fomentar um processo de cooperação internacional que conte com o financiamento para o desenvolvimento, por parte das nações mais poderosas, a fim de equilibrar as possibilidades dos países mais empobrecidos da área, após uma longa história de exploração colonial e neocolonial, e, sobretudo, depois de haver sofrido as conseqüências de duas décadas de neoliberalismo.

Consideramos que todo acordo entre países com distintos níveis de desenvolvimento deve incluir, entre outras condições, o reconhecimento das desigualdades e o trato preferencial, nos planos comercial, financeiro e tecnológico, para aspirar a equilibrar os níveis de desenvolvimento, bem como para impulsionar programas sociais.

Pelas razões enumeradas anteriormente, consideramos que são excludentes os propósitos de uma integração continental sã e viável e a horripilante realidade de uma dívida externa que sufoca as economias da maior parte das nações latino-americanas e caribenhas.

Por fim, pronunciamos-nos por um projeto alternativo de integração, que contemple, desde sua base, a anulação da impagável

e ilegítima dívida contraída pelos diferentes governos, nas últimas décadas, sem o consentimento dos povos, muitas vezes com propósitos fraudulentos, malbaratada em projetos que não beneficiaram à cidadania; dívidas que cresceram pela determinação unilateral, por parte dos credores, de aumentar as taxas de juros.

Expressamos, finalmente, a confiança irrestrita em que nossa luta de hoje, como continuidade das numerosas batalhas travadas com exemplar resistência pelos mais bravos filhos da América durante as últimas décadas, nos levará juntos ao destino anunciado pelo libertador Simón Bolívar, que, há quase dois séculos, em meio a sua colossal campanha contra o colonialismo, expressou: “Desejo, mais que qualquer outra coisa, ser testemunha da criação, na América, da maior nação do mundo, não tanto por seu imenso território e suas riquezas, senão por sua liberdade e por sua glória.”

Encontremo-nos no Fórum Social de Porto Alegre, em fevereiro próximo, levantando as bandeiras contra a guerra, contra o terrorismo, contra a ALCA, contra a dívida externa, pela globalização da solidariedade, porque outro mundo e outra América são possíveis!

Plano de Ação Hemisférica e Luta contra a ALCA

No Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA, aprovamos o seguinte Plano de Ação, para aprofundar o Consenso de Havana:

Chamamos a impulsionar o movimento de unidade entre as organizações do continente, para atingir, o mais rápido possível, a mobilização de nossos povos contra a chamada Área de Livre Comércio das Américas.

Convocamos as organizações presentes a este Encontro a somar forças na construção de um espaço de consenso político, para a elaboração de propostas alternativas de desenvolvimento para os povos das Américas, em contraposição ao atual modelo de desenvolvimento neoliberal.

Finalmente, convocamos a uma frente comum em torno a dois grandes eixos: 1) a promoção de uma agenda continental de integração social, de desenvolvimento sustentável e de luta contra a desigualdade, a exclusão social e a pobreza, e 2) a continuidade e o fortalecimento de campanhas de mobilizações populares contra a ALCA, em sintonia com os eventos do Fórum Social Mundial e as atividades programadas pela Aliança Social Continental.

Iniciativas imediatas:

1. Formar grupos continentais de trabalho para projetar as políticas delineadas no primeiro eixo, a partir das experiências nacionais, regionais e locais já existentes, em torno dos seguintes temas:

- defesa e promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental dos povos e países do continente;
- políticas de inclusão social;
- monitoração e acompanhamento das negociações.

2. Promover uma campanha continental de formação e informação, de forma que os movimentos populares assumam seu papel protagonista, para explicar a todos os setores, incluindo os pequenos e médios empresários, as verdadeiras intenções da ALCA.

3. Estabelecer relações mais estreitas entre os movimentos sociais, as redes de informações alternativas e os grupos acadêmicos e profissionais, e as igrejas e organismos ecumênicos.

4. Chamar os parlamentares e grupos e/ou comitês parlamentares do continente a desenvolver um debate com a sociedade civil, para que assumam um papel protagonista, fortalecendo, dessa forma, a luta contra a ALCA.

5. Mobilizar os povos, as organizações e movimentos sociais, nos momentos em que se efetuam as reuniões dos grupos de negociações, os Encontros de Ministros (Quito, novembro de 2002) e a III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo (Buenos Aires, abril de 2003), na luta antiimperialista.

6. Preparar o processo de consultas populares e plebiscitos sobre a ALCA, como uma forma de conscientizar e mobilizar os povos e pressionar os governos, construindo comitês nacionais.

7. Exigir dos governos que apresentem estudos e pesquisas seriamente fundamentados sobre o impacto da ALCA nos diferentes setores das economias nacionais e sobre os mercados de trabalho, a indústria cultural e o meio ambiente.

8. Realizar jornadas continentais, regionais, nacionais ou setoriais de luta contra a ALCA.

9. Denunciar e condenar a ALCA e continuar lutando contra as tentativas de adiantar os prazos para pôr em marcha o Acordo, em meio à frágil situação econômica e social da América Latina e do Caribe na atualidade, tendo em conta que a crise imperante poderia romper a unidade latino-americana, tornando-a mais vulnerável frente aos Estados Unidos, nessa negociação.

10. Denunciar toda tentativa de criminalizar nossos protestos e nossas lutas, no âmbito hemisférico e mundial, reforçando a solidariedade entre todos os movimentos sociais.

11. Apoiar o trabalho para estender as redes setoriais e a constituição de instâncias nacionais e regionais da Aliança Social Continental, como um dos elementos para implementar este Plano de Ação.

12. Participar ativamente nos preparativos nacionais para a realização do Segundo Fórum Social Mundial em Porto Alegre e fazer o lançamento do plebiscito popular contra a ALCA.

13. Realizar o II Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA e divulgar amplamente as resoluções adotadas neste Encontro.

Outras propostas:

Realizar encontros contra a ALCA, nas fronteiras compartilhadas dos países da América.

Criar brigadas cidadãs de “alfabetização” sobre a ALCA.

Realizar uma caravana que percorra toda a América, para informar e mobilizar todos os povos contra a ALCA.

Realizar manifestações diante das embaixadas norte-americanas, nos primeiros dias do próximo mês, quando será votado o *fast track*, pelo Congresso dos Estados Unidos.

Estimular o debate sobre a ALCA no X Encontro do Fórum de São Paulo, que será realizado em Havana, de 2 a 7 de dezembro de 2001, e enviar uma representação deste Encontro àquela reunião.

Apoiar as propostas das igrejas sobre educação e mobilização das massas populares.

Participar da Segunda Conferência pela Paz e contra o Plano Colômbia, a realizar-se nos dias 4 e 5 de março de 2002, no México.

Promover encontros de juristas, para abrir um debate sobre a ALCA.

Apoiar a realização do Encontro Internacional de Economistas, que será celebrado na Cidade de Havana, de 11 a 15 de fevereiro de 2002, onde serão debatidas a ALCA e suas conseqüências.

Declarar o dia 28 de março como Dia Continental da Luta pela Defesa da Educação Pública e da Soberania e contra a ALCA.

Cidade de Havana, 16 de novembro de 2001.

12 – SIGNIFICADO DA ALCA RAZÕES PARA DIZER NÃO A ALCA

Via Campesina – Brasil - novembro de 2001

“Nós queremos vender mercadorias, tecnologia e serviços norte-americanos, sem obstáculos ou restrições, para um mercado único de 800 milhões de pessoas, com uma renda total de 11 trilhões de dólares anuais, num território que irá do ártico até o cabo de Horn.”
General Colin Powell, Secretário de Estado do governo Bush.

1. O Acordo da ALCA é muito mais do que um acordo de livre comércio; vai submeter a produção e os mercados latino-americanos e caribenho às necessidades do grande capital dos Estados Unidos, elevando sua taxa de lucro, mantendo o monopólio tecnológico, a economia de escala, o controle dos preços e do mercado americano à concorrência internacional.

2. O Acordo da ALCA anulará a soberania das nações latino-americanas e caribenhas sobre a política econômica e social; acelerará a subordinação e desnacionalização das empresas e mercados latino-americanos ao grande capital dos Estados Unidos, incorporando as grandes empresas nacionais e subjugando as pequenas e médias.

3. O Acordo da ALCA reorganizará a economia latino-americana e caribenha na função apenas de exportadora de matérias-primas e de mão-de-obra barata e como importadora de capital, tecnologia e bens de consumo sofisticados.

4. O Acordo da ALCA estimulará a adoção do dólar como moeda nacional e do continente, extinguindo paulatinamente as moedas nacionais. A dolarização aprofundará e acelerará a perda de auto-

nomia dos Estados para gerirem as políticas monetárias. O monopólio da emissão do dólar por parte do governo dos Estados Unidos transferirá o peso de seu déficit comercial sobre os povos dos países latino-americanos e caribenhos.

5. A ALCA implicará em maior abertura financeira e, portanto, provocará maior vulnerabilidade externa das economias latino-americanas e caribenhas frente às instabilidades, crises e pressões externas.

6. O Acordo da ALCA trará o domínio do comércio agrícola por parte das grandes empresas norte-americanas, que imporão preços e controlarão o mercado local. Esse acordo afetará também a soberania alimentar de cada país, pois o abastecimento dos principais produtos será controlado por grupos transnacionais.

7. O Acordo da ALCA aprofundará o domínio da biotecnologia e a tentativa de impor sementes transgênicas no agro latino-americano e caribenho, por parte das empresas de capital norte-americano, com gravíssimas conseqüências para a natureza e para a saúde humana.

8. O Acordo da ALCA aprofundará e acelerará o controle e domínio da biodiversidade continental pelas empresas transnacionais norte-americanas – com destaque à Amazônia. O Acordo determinará a generalização, ampliação e uniformização das leis de patentes e de propriedade industrial, aprofundando o domínio pelo grande capital norte-americano da ciência e da tecnologia, inclusive, através da apropriação do patrimônio humano, animal e vegetal americano.

9. O Acordo da ALCA acelerará e aprofundará a formação de um mercado internacional de bens, serviços e da cultura, uniformizando de acordo com os interesses do grande capital e ensejando uma empobrecedora padronização de gostos, costumes, tradições e idiomas.

10. O Acordo da ALCA restringirá a circulação legal de pessoas e de mão-de-obra pelo continente. Os trabalhadores terão rebaixa-

dos seus direitos trabalhistas e sociais, e as empresas impedirão que os níveis de salários do norte cheguem ao sul. O acordo do Nafta já provocou a migração ilegal de mais de oito milhões de mexicanos rumo ao norte.

11. O Acordo da ALCA facilitará a extensão das leis e do sistema judiciário e penitenciário norte-americano para as nações latino-americanas e caribenhas. E certamente haverá uma tentativa de maior criminalização e penalização das pessoas e militantes sociais que se revoltarem contra esse sistema de dominação. Qualquer revolta ou problema social em um determinado país será acionado o acordo da OEA para ingerência dos demais e em especial dos Estados Unidos.

12. O Acordo da ALCA facilitará a integração e subordinação plena dos exércitos nacionais ao imperialismo norte-americano, reservando-lhe exclusivamente a função de polícias contra seus próprios povos. E ao Exército norte-americano caberá então a missão “salvadora” de proteger o hemisfério e suas fronteiras.

13. Enfim, o acordo da ALCA propiciará uma crescente perda de autonomia dos Estados sobre seus territórios e populações, colocando em questão a médio prazo, sua própria existência como nações independentes.

O acordo representa então uma maior dependência e vulnerabilidade econômica externa e a recolonização política e militar de todo continente sob controle dos Estados Unidos de América.

Nota:

Estados Unidos possui 240 milhões de habitantes e PIB de 9 trilhões de dólares.

Demais países americanos: 560 milhões de habitantes e PIB de 2 trilhões de dólares.

Brasil, 170 milhões de habitantes e PIB de 800 bilhões de dólares.

13 – II ENCONTRO DE DIRIGENTES SINDICAIS CLASSISTAS LATINO- AMERICANOS

29 e 30 de janeiro de 2002 – Porto Alegre – Brasil

NÃO A ALCA

Em novembro último, Havana foi a sede do Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA, que contou com mais de 700 participantes que debateram e firmaram um acordo sobre o Plano de Ação Hemisférico de Luta sobre esta ameaça que hoje recai sobre nossos povos.

Embora os participantes felizmente tenham formado um grupo diverso, todos se entusiasmaram com a necessidade de conhecer e, como consequência, enfrentar esta nova colocação hegemônica que os EUA pretendem aplicar contra os países do hemisfério. Neste sentido, o movimento sindical classista da América Latina sente a necessidade e o dever de fixar com maior precisão sua posição e sua vontade neste processo de enfrentamento de tal pretensão.

A este respeito, ratificamos que a ALCA é uma opção absolutamente inaceitável para as nossas nações, dadas às consequências nefastas que traria para a ordem econômica e, particularmente, para os trabalhadores e suas famílias. Nos últimos tempos a ALCA se mostra como a expressão suprema e moderna das políticas

neoliberais que estão sendo aplicadas em nossos países e cujos povos já não mais as suportam.

É por isso que há a necessidade imperiosa de lutar por uma integração que garanta a forma efetiva de desenvolvimento econômico, social e cultural dos nossos povos, com base na cooperação, na solidariedade e na justiça em todos os níveis.

Devemos encarar esta luta na unidade, que deve ser uma das premissas fundamentais para o êxito. Encarar este projeto sem a união significará novamente debilitar as forças existentes e continuar fazendo o jogo de quem, como já foi demonstrado, teme o enfrentamento de todos unidos, com o mesmo objetivo, contra o inimigo comum que deseja converter a nossa América Latina e o Caribe em um local seguro para continuar a fazer valer sua hegemonia global.

Façamos nosso, o Plano de Ação firmado em Havana e atue-
mos unidos em prol da promoção de uma agenda continental de
integração social, de desenvolvimento sustentável e de luta contra
a desigualdade, a exclusão social e a pobreza; vamos dar força e con-
tinuidade às mobilizações populares contra a ALCA; sejamos todos
de uma só vez protagonistas desta luta e deixemos assim para as
futuras gerações um mundo mais justo e uma vida mais plena.

Federação Sindical Mundial – FSM
Central de Trabalhadores de Cuba
Corrente Sindical Classista/Brasil
Movimento Político Sindical de Libertação/Argentina
Força Bolivariana de Trabalhadores/Venezuela
Associação de Trabalhadores do Estado/Argentina
Associação Para a Unidade de Nossa América/Cuba
Federação Judicial da Argentina
Sindicato dos Telefônicos/Colômbia
Sindicato Mexicano de Eletricistas
Ademys – Docentes da Capita/Argentina
Sind. Dos Trabalhadores em Hospitais/Honduras
Confederação Intersindical Galega
Disk-Genel-Is/Turquia
Confederação Nacional dos Trab. no Comércio/Brasil

14 - MANIFESTO DA MARCHA CONTINENTAL CONTRA A ALCA

Porto Alegre, Brasil – Fórum Social Mundial
4 de fevereiro de 2002.

O grito das Américas

Nós, com todos os povos das Américas, a partir da nossa mais profunda convicção e da nossa utopia, queremos levantar a voz e manifestar nossa inquietude e indignação diante de tantas injustiças, praticadas há séculos contra nossos Povos pelo capital internacional e por governos irresponsáveis.

Os países do Terceiro Mundo, como os do nosso Continente, ainda sofrem – e hoje de modo sistematicamente estrutural – problemas cruciais que atingem a maioria de sua população. São negados os direitos ao trabalho, alimentação, terra, moradia digna, educação e informação.

Globaliza-se a miséria, mas não o verdadeiro progresso. Essa globalização gera dependência, e cerceia a soberania dos povos. Os capitais circulam livremente, mas as pessoas não. Prioriza-se a competitividade, em vez da solidariedade. Absolutiza-se a mercadoria ao mesmo tempo em que são ignorados os valores éticos. Tudo tem preço, inclusive a dignidade humana. Depreda-se os recursos naturais e põe-se em risco a sobrevivência da humanidade.

Privatizou-se a terra, e agora se tenta privatizar a água, a biodiversidade, as plantas, os animais, quem sabe um dia os ventos, o sol... A cobiça está acima da fraternidade. A propriedade tem mais valor do que a vida.

Basta! esse sistema de morte não pode continuar!

Para isso, aqui, neste porto do Rio Guaíba, Porto Alegre e solidário, encontram-se pessoas de todos os Continentes, trabalhadores do campo e da cidade, habitantes de todos os lugares, migrantes, jovens e estudantes, brancos, negros e indígenas, homens e mulheres, crentes e não crentes, ecologistas, lutadores do Povo... Viemos para gritar e manifestar ao mundo a nossa indignação e a nossa esperança!

Porém, sabemos que não basta gritar. É necessário lutar conscientemente, unindo as forças e as aspirações!

Para isso queremos fazer deste porto de encontro, um porto de compromisso para cada uma e cada um de nós e para nossas respectivas organizações.

* Lutaremos pelos direitos fundamentais dos nossos povos: soberania, identidade, autonomia, liberdade, alimento, trabalho, terra, habitação, educação pública de qualidade e gratuita.

* Lutaremos contra o monopólio da informação dos grupos econômicos e dos governos imperialistas, que controlam os principais meios de comunicação de massa.

* Lutaremos contra o capital financeiro e seus insaciáveis interesses.

* Lutaremos contra o pagamento da Dívida Externa, a qual denunciamos como verdadeira usura internacional.

* Lutaremos contra a violência e o machismo, contra a manipulação política e a corrupção econômica.

* Juntemo-nos todas e todos, contra o domínio imperialista que utiliza o FMI, o Banco Mundial e a OMC. E que favorece, em nosso Continente, o militarismo, a violência, a repressão, com suas

bases e com os seus planos militares – Plano Colômbia, Plano Puebla-Panamá, Plano Dignidade na Bolívia – e sua ganância sobre a Amazônia.

* Juntamo-nos agora para desmascarar e combater a ALCA, que o sistema quer nos impor, como uma nova forma, continental, de dominação colonialista. Propomos especialmente, que se realize neste ano de 2002, em toda a Nossa América, um grande Plebiscito, uma verdadeira consulta popular continental, para que os nossos Povos decidam sobre a ALCA e sobre todos os assuntos que nos afetam diretamente.

Conscientizemo-nos, organizemo-nos, em todos os espaços e rincões. E caminhemos sempre com o povo, como povo.

*Porto Alegre, Brasil,
Fórum Social Mundial,
4 de fevereiro de 2002.*

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DA CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA

O calendário de atividades da campanha nacional contra a ALCA, está assim estabelecido:

04 de fevereiro – Porto alegre – RS

Marcha contra a ALCA – grande passeata continental com participantes do FSM e a população de Porto Alegre, para manifestar-se contra a ALCA. Ao final, um ato político com a participação de personalidades e dirigentes políticos continentais. Nesse ato, será lançado o Manifesto Continental do povo americano contra a ALCA – O GRITO DAS AMÉRICAS.

08 de março:

Mobilização nacional do Dia Internacional da Mulher. Atos em todas as capitais.

16 e 17 de março – São Paulo – SP e 23 a 24 de março - nordeste
Seminário de formadores – Haverá uma reunião nacional, com companheiros que atuam na área de formação. Essa reunião vai

discutir e preparar orientações e a metodologia de trabalho de base para a campanha da ALCA.

Até esta data deverão estar prontos todos os materiais básicos da campanha, que Serão distribuídos pelos participantes do curso para todas as regionais.

21 de março:

Greve geral / paralisação nacional programada pelo movimento sindical. Na ocasião será distribuído o Jornal especial contra a ALCA, mostrando que a flexibilização dos direitos trabalhistas é também uma imposição da ALCA.

Abril:

Encontro Estaduais de preparação de MIL MILITANTES em todas as capitais e regiões. Nos estados maiores como MG, SP e BA será também nas grandes cidades regionais. Devemos reunir mil militantes em cada lugar, num ginásio de esportes, para durante dois dias fazer o trabalho de preparação da campanha na base. Serão distribuídos os materiais que orientem a militância a construir os comitês populares e a informar a população sobre o perigo da ALCA: cartilhas, o livro e materiais de formação.

1º. de maio:

Dia Nacional de Propaganda contra a ALCA. Durante as manifestações do Dia do Trabalhador distribuir o cartaz e panfleto nacional contra a ALCA para politizar e informar os trabalhadores.

Maio a agosto:

Trabalho de base, organização de comitês populares e atividades de formação e informação para a população.

3 a 5 de junho:

Plenária nacional com todas as entidades, movimentos e partidos envolvidos na campanha, para definir o modelo de cédula do Plebiscito Popular contra a ALCA.

1 a 7 de setembro:

Realização do Plebiscito Popular contra a ALCA.

Setembro:

Anúncio e divulgação do resultado.

Outubro:

Mobilização de protesto contra a reunião de ministros em Quito
- Equador

MATERIAL DE SUBSÍDIO DA CAMPANHA PARA USO DOS MILITANTES

LIVROS

1. **ALCA: integração soberana ou subordinada?** Org. Emir Sader
Editora Expressão Popular – Preço R\$ 10,00
2. **A Vida Acima da Dívida** - Relatório do Tribunal Internacional da Dívida Externa - Oficina do Autor - Rio de Janeiro
3. **ALCA: quem ganha e quem perde com o livre comércio das Américas.** Kjeld Jakobsen e Renato Martins
Editora Fundação Perseu Abramo - Preço: R\$ 9,00
4. **A Bolsa ou a Vida – a dívida externa do Terceiro Mundo: As finanças contra os povos.** Eric Toussaint - Editora Fundação Perseu Abramo - Preço: R\$ 30,00
5. **A armadilha da dívida – Como a dívida interna impede o desenvolvimento econômico e aumenta a desigualdade social.** Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar
Editora Fundação Perseu Abramo Preço: R\$ 9,00

CARTILHAS:

1. **Cartilha da campanha para trabalho de base** - Soberania sim, Alca não.
R\$ 1,00
2. **O Neoliberalismo: mecanismo de fabricação de pobres** - Comunidades de El Salvador - Cartilha n°. 5 – Movimento Consulta Popular – R\$ 2,00
3. **O Consenso de Wasghinton** - Embaixador Paulo Nogueira Batista
Cartilha n°. 7 – Movimento Consulta Popular - R\$ 2,00
4. **A política dos Estados Unidos para o mundo e o Brasil**
Embaixador Samuel P. Guimarães
Cartilha n°. 8 – Movimento Consulta Popular – R\$ 2,00

VÍDEOS

1. **Soberania sim, Alca não** - Produção Fisenge - R\$ 5,00
2. **Mitos da globalização** - Entrevista com Paulo Nogueira Batista Jr
Movimento Consulta Popular R\$ 5,00
3. **Globalização ou desnacionalização** - Entrevista com Reinaldo Gonçalves
Movimento Consulta Popular R\$ 5,00
4. **A vida acima da dívida** - Depoimentos durante o tribunal da Dívida, RJ.
Movimento Consulta Popular R\$ 5,00

OUTROS MATERIAIS

Programa de rádio:

CD com quatro entrevistas com intelectuais sobre as conseqüências da ALCA, para passar em quatro programas diferentes. Produzido pela Universidade Católica Santos/ MST

Jornal especial da Campanha Nacional contra a Alca para distribuição massiva.

PEDIDOS

1. Secretaria da Campanha Nacional contra a Alca
2. Editora Expressão Popular – editorapopular@uol.com.br
Telefax: (11) 3105-5087 - Reembolso postal
3. Editora Fundação Perseu Abramo – www.fpabramo.org.br – Telefax: (11) 367-34531
4. Movimento Consulta Popular – consultapopular@uol.com.br – Telefax: (11) 31055087

SECRETARIA OPERATIVA DA

Campanha Nacional contra a Alca

R. do Glicério, 221 - Liberdade

CEP 01415-000 - São Paulo - SP

Fone: (11) 3341-0201

Correio eletrônico: jubileubrasil@hotmail.com

ENTIDADES QUE FAZEM PARTE DA CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA

Coordenação Nacional

1. Pastorais Sociais – CNBB
2. MST/VIA CAMPESSINA
3. CUT
4. UNE
5. CMP
6. Movimento Consulta Popular
7. UNAFISCO/Sindical
8. Grito dos Excluídos
9. CNTE
10. Federação Nacional de Advogados
11. ANDES
12. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC
13. CESE
14. FISENGE
15. PACS
16. Cáritas Brasileira
17. Marcha Mundial das Mulheres
18. REBRIP
19. CONTAG
20. FASUBRA
21. Conselho Federal de Economia
22. Conselho Federal de Engenharia
23. Conselho Federal de Psicologia
24. UBES
25. Rede Brasil

**ENTIDADES QUE FAZEM PARTE DA CAMPANHA
CONTRA ALCA / PARTICIPANTES DAS PLENÁRIAS:**

26. Partidos (PT, PSB, PSTU, PCdoB)
27. FASE
28. CERIS
29. Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos / RS
30. IBRADES
31. CPT
32. Pastoral da Criança
33. Koinonia
34. Pastoral da Juventude do Brasil
35. Pastoral Operária
36. Juventude Operária Católica
37. Pastoral do Migrante
38. ATTAC
39. CORECON/SINDECON
40. Sindicato dos Aposentados
41. IBASE
42. CRS Brasil
43. Conferência Nacional dos Leigos – CNL
44. Missão Urbana e Rural da América Latina
45. MPA
46. MAB
47. ANMTR
48. CEPIS